



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO

CAMILLA SOUZA BARBOSA

**OS CAMINHOS DA ÁGUA NA CIDADE DE MACAPÁ-AP:**  
espaço amazônico e territorialidades contracoloniais

BELÉM-PA  
2025

CAMILLA SOUZA BARBOSA

**OS CAMINHOS DA ÁGUA NA CIDADE DE MACAPÁ-AP:**  
espaço amazônico e territorialidades contracoloniais

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

BELÉM-PA  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

B238c Barbosa, Camilla Souza.  
Os caminhos da água na cidade de Macapá-AP : espaço  
amazônico e territorialidades contracoloniais / Camilla Souza  
Barbosa. — 2025.  
173 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Maria Ramos de Castro  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2025.

1. Espaço urbano. 2. Macapá. 3. Rio Amazonas. 4.  
Colonialidade. I. Título.

CDD 711.4098116

---

CAMILLA SOUZA BARBOSA

**OS CAMINHOS DA ÁGUA NA CIDADE DE MACAPÁ-AP:**  
espaço amazônico e territorialidades contracoloniais

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 18 de novembro de 2025.

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro**  
Orientadora - PPGDSTU/NAEA/UFPA

**Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro**  
Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

**Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo**  
Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

**Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer**  
Examinador Externo – IPPUR/UFRJ

**Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte**  
Examinador Externo – PPGAU/UFPA

BELÉM-PA  
2025

Aos meus avós, Eulália e Benedito, Maria e José, que atravessaram caminhos e tornaram Macapá seu lar.

## AGRADECIMENTOS

Com o coração cheio de gratidão, eu me recordo de todos que me acompanharam nesta caminhada. Reconheço que, sem eles, os dias seriam mais difíceis e as noites seriam mais longas. Nestes anos de doutorado eu não somente desenvolvi a minha pesquisa, mas cresci e amadureci enquanto pessoa, fui muito amada, e teci lindas memórias com aqueles que me querem bem.

Agradeço a Deus por ter conseguido atravessar as dificuldades da pandemia, por conseguir chegar ao fim do doutorado com saúde mental e física, e por ter colocado pessoas especiais em meu caminho. À Nazinha, minha doce Senhora de Nazaré, por me abençoar e me iluminar a cada abrir dos olhos, por sempre me acompanhar e ser meu acolcho quando eu me sentia perdida. Ao meu anjo da guarda, por me proteger e me guiar entre os caminhos do meu dia-a-dia. Mesmo morando longe da minha família, eu nunca me senti sozinha, por estar sempre acompanhada por aqueles que me protegem. Sou muito agradecida por todas as forças que me fizeram chegar até aqui. Agradeço a todas as forças, anjos, santos e encantados que me auxiliaram durante este período.

Todo o meu amor à minha família, que me ajudou durante toda essa jornada. Diariamente, sou grata ao trabalho e sacrifício dos meus pais em minha criação e das minhas irmãs. Foi com eles que aprendi as lições mais valiosas da minha vida. Agradeço aos meus pais por sempre me incentivarem aos estudos e por alimentarem a minha criatividade. Tenho muito orgulho de ser filha de vocês, obrigada por sempre me permitirem voar.

À minha mãe, Selma Balieiro, agradeço por me ensinar, através dos seus exemplos, como um coração bondoso pode levar carinho e afeto aos outros, pelas suas preces que iluminaram os meus passos e por ser um exemplo de força e determinação. Ao meu pai, Raimundo Barbosa, agradeço por sempre acreditar em mim, por me ensinar a levar a vida leve e de modo íntegro, com o seu bom-humor e caráter, e pela sua atenção e cuidado com as minhas ansias do mundo acadêmico. Às minhas irmãs, Suellem e Isabella, agradeço pelos momentos de incentivo e de brincadeiras, que me mostram como é bom ter crescido ao lado de vocês. Sou grata pela ajuda de vocês em momentos tão decisivos, em especial, quando Su me ajudou com a minha terapia e Bella me auxiliou

com a revisão final desta tese. Também sou grata por ter tido a presença do Mingau durante os primeiros semestres do doutorado, obrigada por ter escolhido a nossa família.

Não posso esquecer dos que vieram antes de mim e me permitiram vivenciar essa linda existência. Agradeço aos meus avós, vovô Benedito, vovó Eulália e vovó Maria, que já partiram para alcançar voos mais longos, mas continuam perto de mim, tendo morada em meu coração. Agradeço ao vovô Zeca pelo apoio durante a pesquisa de campo e pelas ligações que me acalentavam.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por me mostrar novas maneiras de ver o mundo amazônico. Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pela oportunidade de realizar a minha pesquisa em um ambiente de excelência. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado concedida a partir do meu segundo ano.

Os meus sinceros agradecimentos às pessoas que aceitaram responder aos questionamentos da minha pesquisa de campo. Foram todos cruciais ao andamento desta tese, muito obrigada por terem fornecido o tempo de vocês. Agradeço aos entusiastas sobre a história de Macapá, por alimentarem sites e blogs com documentos, jornais e fotografias antigas.

À minha orientadora, Edna Castro, agradeço pela sabedoria e humildade nas orientações, pelos incentivos e palavras gentis em nossas conversas e caronas. Obrigada por me inspirar com a sua energia e força de vontade. Ao Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM), pela boa convivência e por ser um lugar de muito aprendizado e parceria.

Aos professores Carlos Vainer, Fábio Castro, Juliano Ximenes, Saint-Clair Trindade Júnior e Silvio Figueiredo, pela participação nas minhas bancas e por terem compartilhado conhecimentos, apontamentos e críticas que enriqueceram a minha trajetória acadêmica e contribuíram para a conclusão desta tese.

Ao corpo docente do NAEA, pelos ensinamentos e ajuda nestes anos de formação. Ao corpo técnico, por ter me proporcionado um ambiente seguro e tranquilo, agradeço pelas conversas pelos corredores, pelas ajudas do cotidiano, pelos lanches e cafezinhos. À equipe da biblioteca por construírem um ambiente acolhedor, no qual boa parte desta

tese foi escrita. Agradeço à querida Simone Ribeiro, por ser refúgio em meio ao caos do cotidiano na universidade. Obrigada pelas conversas e pela dedicação em seu trabalho, sobretudo pela ajuda na homologação desta tese.

Agradeço às minhas colegas de turma, Alana Aires, Flávia Gomes e Tabilla Verena, por dividirem comigo as ânsias e as esperanças de fazer um doutorado em meio às dificuldades impostas pela pandemia. Aos demais colegas do dia a dia do NAEA, em especial aos da biblioteca, obrigada pelos momentos de descontração, pelas trocas acadêmicas, e que sigamos fortes em nossos propósitos.

À minha amiga Cassia Vieira, agradeço pela companhia diária e essencial nos últimos anos, pela sensibilidade com as coisas da vida e pela lucidez com as coisas do mundo acadêmico. Sou muito agradecida pelas conversas e pelo ombro amigo. Ao Alan Tiago, pelas risadas e companheirismo, pela energia que anima mesmo nos momentos de maior cansaço e, principalmente, por ter sido a primeira pessoa que me estendeu a mão quando retornei ao NAEA. À Laiane Castro, pela amizade e pelos momentos de alegria compartilhados, pelas conversas sobre a vida e nossos sonhos.

Às minhas amigas Emanuella e Letícia, por todo o apoio e afeto desde os tempos de faculdade. À minha psicóloga Eliana Souza, pelo profissionalismo e pelo cuidado ao longo desses anos.

Agradeço a Raiana Siqueira por todo o zelo e acolhimento na etapa final do doutorado, por me incentivar a lutar pelo que acredito, pelas risadas e cervejas, pela força nos dias difíceis e por compartilhar comigo o amor do Cacau e do Antônio. Sou grata por ter seguido meu coração e tentado o processo seletivo do NAEA, pois foi lá que tive a oportunidade de me tornar uma pesquisadora mais completa, e de encontrar pessoas que levarei para minha vida toda. Carinhosamente, eu me despeço da Universidade Federal do Pará (UFPA) após quinze anos de vínculo. Sou muito grata por ter a UFPA como uma segunda casa e por fazer parte de momentos tão especiais em minha história.

Gratidão à beleza do encontro, aos desconhecidos que partilharam gentilezas, aos sorrisos e às pequenas felicidades do cotidiano. Muito obrigada!

“Era tudo tão lindo que nem coube nos seus pequenos  
sonhos. Ela precisou aprender a sonhar mais”

(Socorro Acioli)

“Quem avistar o Amazonas nesse momento  
E souber transbordar de tanto amor  
Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui”

(Val Milhomem e Joãozinho Gomes)

## RESUMO

Esta tese é um estudo sobre a interação entre a cidade de Macapá-AP e o rio Amazonas, com uma abordagem pelo mundo sensível à procura do entendimento da multidimensionalidade presente na relação entre a cidade e a água. Neste sentido, buscamos uma nova maneira de ver a cidade, com o intuito de contribuir no pensamento sobre as cidades do amanhã. A inversão do olhar é o que nos vai levar ao futuro, para conseguirmos atravessar, como sociedade, o horizonte do Antropoceno. A questão-problema que movimenta esta tese é: qual a relação entre a significação do rio Amazonas e a produção de espaço urbano em Macapá-AP? A tese é desenvolvida a partir do entendimento das relações de poder inerentes aos processos urbanos que envolvem o rio Amazonas e a cidade de Macapá, a partir do entendimento das colonialidades que perduram no espaço de acordo com a reprodução de formas de dominação entre sujeitos sociais detentores de poder na produção de espaço e os que são invisibilizados. O objetivo principal é compreender o entrelaçamento entre a percepção da realidade e a produção de espaço urbano ao longo das temporalidades inerentes a cidade de Macapá. Os caminhos desta pesquisa buscam esclarecer se o espaço também é um dos campos da reprodução da dinâmica entre conquistados e conquistadores, para investigar se as colonialidades perduram em arranjos e formas urbanas. Desta maneira, os objetivos específicos são: a) discutir o poder da colonialidade no espaço urbano; b) revelar os significados, discursos e imagens existentes na relação da água com o espaço urbano em Macapá; c) analisar como os processos urbanos da cidade de Macapá se encontram associados à sua relação com a água. Os fundamentos teórico-metodológicos desta tese estão na pluriversidade existente no pensamento crítico à dimensão colonial, além de usar da interdisciplinaridade e fenomenologia que se alinham para reconhecer a singularidade que existe no mundo amazônico. Através dos caminhos da água conseguimos ter uma dimensão da multisociodiversidade presente em Macapá, pois mostrou a complexidade existente no espaço amazônico e a possibilidade de contracolonizar através de seus territórios.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano. Macapá. Rio Amazonas. Colonialidade.

## ABSTRACT

This thesis is a study on the interaction between the city of Macapá-AP and the Amazon River, using a sensory-world approach to understand the multidimensionality present in the relationship between the city and the water. In this sense, we seek a new way of seeing the city, with the aim of contributing to thinking about the cities of tomorrow. A shift in perspective is what will lead us to the future, enabling us, as a society, to traverse the horizon of the Anthropocene. The central question driving this thesis is: what is the relationship between the significance of the Amazon River and the production of urban space in Macapá-AP? This thesis is developed from an understanding of the power relations inherent in the urban processes involving the Amazon River and the city of Macapá, based on an understanding of the colonialities that persist in the space according to the reproduction of forms of domination between social subjects who hold power in the production of space and those who are made invisible. The main objective is to understand the intertwining between the perception of reality and the production of urban space throughout the temporalities inherent to the city of Macapá. This research aims to clarify whether space is also one of the fields in which the dynamics between the conquered and the conquerors are reproduced, in order to investigate whether colonialities persist in urban arrangements and forms. Thus, the specific objectives are: a) to discuss the power of coloniality in urban space; b) to reveal the meanings, discourses, and images existing in the relationship between water and urban space in Macapá; c) to analyze how the urban processes of the city of Macapá are associated with its relationship with water. The theoretical and methodological foundations of this thesis lie in the pluriversality existing in critical thought on the colonial dimension, in addition to using interdisciplinarity and phenomenology that align to recognize the singularity that exists in the Amazonian world. Through exploring the waterways, we were able to grasp the multi-social diversity present in Macapá, as it revealed the complexity of the Amazonian landscape and the possibility of counter-colonization through its territories.

**Keywords:** Urban Space. Macapá. Amazon River. Coloniality.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> - Localização geográfica da cidade de Macapá. ....   | 21  |
| <b>Figura 2</b> - As delimitações da Zona Urbana de Macapá e da APA do Rio Curiaú. ....  | 26  |
| <b>Figura 3</b> - Pintura rupestre na Formação Cultural Chiribiquete. ....   | 37  |
| <b>Figura 4</b> - Parte da obra “The Queen Mary Atlas” de Diogo Homem (1558). ....   | 38  |
| <b>Figura 5</b> - Pintura "Eco e Narciso" de John William Waterhouse (1903). ....  | 45  |
| <b>Figura 6</b> - Expansão da malha urbana em Macapá no período entre 1872 e 1990. ....  | 66  |
| <b>Figura 7</b> - Representações gráficas do Forte de Cumaú (à esquerda) e da Fortaleza de São José de Macapá (à direita). ....  | 74  |
| <b>Figura 8</b> - Fortaleza São José de Macapá décadas atrás. ....   | 79  |
| <b>Figura 9</b> - Baluarte São José com o rio Amazonas ao fundo. ....  | 80  |
| <b>Figura 10</b> - Fortaleza de São José com seu entorno transformado após o aterro do igarapé da Fortaleza. ....  | 80  |
| <b>Figura 11</b> – A imponente Fortaleza de São José de Macapá. ....   | 81  |
| <b>Figura 12</b> - Hospital Geral de Macapá, uma das primeiras construções do governo de Janary Nunes. ....  | 84  |
| <b>Figura 13</b> - Recorte de jornal com o título de “Macapá Moderna”. ....  | 85  |
| <b>Figura 14</b> - As capas do livro Confiança no Amapá. À direita, a capa original da 1ª edição de 1962, e à esquerda, a capa da edição lançada pelo Senado Federal em 2021. .... | 86  |
| <b>Figura 15</b> - Ressaca situada na área do Bioparque da Amazônia. ....  | 89  |
| <b>Figura 16</b> - Localização das favelas e comunidades urbanas situadas em áreas de ressaca na cidade de Macapá em 2010. ....  | 90  |
| <b>Figura 17</b> - Fortaleza de São José em situação de abandono na década de 1930. ....   | 97  |
| <b>Figura 18</b> - Fotografia da lateral da FSJM e do seu entorno em 2024. ....  | 97  |
| <b>Figura 19</b> - O Curiaú possui áreas de várzea e criação de búfalos. ....  | 98  |
| <b>Figura 20</b> - Gravura da frente da cidade de Macapá (acima), com uma parte em destaque com a diferenciação entre as casas (abaixo). ....                                      | 102 |
| <b>Figura 21</b> - Casas construídas para os servidores do Governo Janary Nunes em frente à Praça Barão do Rio Branco, 1951. ....  | 103 |
| <b>Figura 22</b> - Representação dos lugares associados à expulsão da população negra da frente da cidade. ....  | 108 |
| <b>Figura 23</b> - Grupos de Marabaixo realizam o corte do mastro em área de mata do Quilombo do Curiaú. ....  | 114 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 24</b> - Registro da celebração do início do Ciclo do Marabaixo em 2017 em frente à Igreja de São José, no centro da cidade. ....   | 118 |
| <b>Figura 25</b> - Planta da Vila São José de Macapá, datada de 1761. ....  | 121 |
| <b>Figura 26</b> - Igarapé da Fortaleza e a Doca da Fortaleza durante a maré cheia, datada de 1950. ....  | 122 |
| <b>Figura 27</b> - Mercado Central e o antigo Clip Bar (ponto de ônibus) a frente, no ano de 1959. ....   | 124 |
| <b>Figura 28</b> - Trapiche Eliezer Levy no período do TFA. ....  | 125 |
| <b>Figura 29</b> - Vista de Macapá com a FSJM, o Mercado Central (ao centro) e a Beira da cidade (à direita), com as embarcações e as casas comerciais nas proximidades do igarapé da Fortaleza. .... | 127 |
| <b>Figura 30</b> - Montagem com fotografias que mostram o antes e depois do aterramento e canalização do igarapé da Fortaleza. ....   | 128 |
| <b>Figura 31</b> - Registro fotográfico das lavadeiras no Igarapé das Mulheres. ....  | 129 |
| <b>Figura 32</b> - Configuração atual do igarapé das Mulheres e o canal da Mendonça Júnior. ....  | 130 |
| <b>Figura 33</b> - A situação do Igarapé das Mulheres em março de 2024. ....  | 131 |
| <b>Figura 34</b> - Montagem com fotografias que mostram o canal da Mendonça Júnior nos anos de 1974 e 2024. ....  | 133 |
| <b>Figura 35</b> - Esquina do Banco do Brasil com o canal da Mendonça Júnior em época de maré alta. ....  | 134 |
| <b>Figura 36</b> - Macha da evolução urbana ao longo das décadas em direção às áreas inundáveis. ....   | 135 |
| <b>Figura 37</b> - Lago natural do bairro do Laguinho na década de 1970. ....   | 136 |
| <b>Figura 38</b> – Fotografia do lago do Pacoval na década de 1960. ....  | 140 |
| <b>Figura 39</b> - Bairro do Buritizal em 1976. ....  | 140 |
| <b>Figura 40</b> - Campos do Buritizal na década de 1970. ....  | 141 |
| <b>Figura 41</b> - Áreas de ressaca nas proximidades do bairro Novo Buritizal. ....   | 142 |
| <b>Figura 42</b> - Ocupação em área de ressaca da zona Sul de Macapá. ....  | 146 |
| <b>Figura 43</b> - A diferença na malha urbana entre a ocupações em terra firme e em áreas de ressaca nos bairros Congós e Novo Buritizal. ....   | 147 |

## LISTA DE MAPAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Mapa 1-</b> Foz do rio Amazonas com a indicação do Canal Norte e Canal Sul.....  | 69 |
| <b>Mapa 2 -</b> Fortificações estrangeiras em terras sob o domínio da Espanha. .... | 72 |

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1-** Fortificações construídas pelos invasores europeus no século XVII..... 72

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1- Crescimento populacional de Macapá no período 1950-2022. .... | 82 |
|---|----|

## **LISTA DE SIGLAS**

**APA** – Área de Proteção Ambiental

**AIS** – Áreas de Interesse Social

**ASA** – Amazônia Setentrional Amapaense

**FJSM** – Fortaleza de São José de Macapá

**FUNDECAP** – Fundação Estadual de Cultura do Amapá

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IEPA** – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**IPCC** – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ONS** – Operador Nacional do Sistema Elétrico

**OTCA** – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

**PPGDAS** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável.

**PDDUAM** – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá

**PPGDSTU** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

**SE** – Subestação

**SIFA** – Sub-região das Ilhas da Foz do Amazonas

**SPE** – Subzonas de Proteção Especial

**TFA** – Território Federal do Amapá

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UN-HABITAT** – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO .....   | 17  |
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 20  |
| 1.1 Forças imaginantes: materiais e métodos .....  | 22  |
| 1.2 Estado da arte.....  | 28  |
| 1.3 Delineamento da pesquisa .....   | 33  |
| 2. O ESPAÇO E O MUNDO COLONIAL .....   | 35  |
| 2.2 Europa, luz do mundo .....   | 41  |
| 2.3 A ilusão.....  | 44  |
| 2.4 Poder, espaço e domínio .....  | 46  |
| 3. A CIDADE COMO VÍNCULO ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO..   | 52  |
| 3.1 Antropoceno: industrialização e urbanização.....   | 55  |
| 3.2 A cidade na história .....   | 56  |
| 3.3 Cidade amazônica e colonialidade.....  | 59  |
| 4. O PODER QUE PREENCHE O ESPAÇO DE MACAPÁ .....   | 65  |
| 4.1 Lógica colonial sobre o rio Amazonas.....  | 67  |
| 4.1 Política janarista .....   | 81  |
| 4.3 Discurso sobre urbano e ambiental .....  | 88  |
| 5. TERRITORIALIDADES NEGRAS QUE FORMAM MACAPÁ .....  | 96  |
| 5.1 A fortaleza que atravessa o tempo.....   | 96  |
| 5.2 “Janary disse: eu não quero ver preto na frente da cidade” .....   | 102 |
| 5.3 Territorialidades que contracolonizam .....  | 113 |
| 6. CAMINHOS E VIVÊNCIAS ENTRE AS FORMAS DA ÁGUA.....   | 119 |
| 6.1 Os igarapés e as memórias da beira .....   | 120 |
| 6.2 Os campos de Macapá: expansão da cidade sobre as águas .....   | 134 |
| 6.3 Pertencimento e multisociodiversidade .....  | 145 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 150 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 153 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA<br>PRIMEIRA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO .....             | 171 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA<br>SEGUNDA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM MORADORES..... | 172 |
| APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA<br>SEGUNDA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM DOCENTES ..... | 173 |

## APRESENTAÇÃO

O tema desta pesquisa de doutorado é sobre o modo que a cidade de Macapá e o rio Amazonas encontram-se entrelaçados, em uma reflexão que surge como um modo de enfrentamento ao momento de crise em que vivemos, como diz Ailton Krenak (2020, p. 28), “quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar”. Problematizar sobre a relação entre a cidade e o rio que a embala por toda a sua existência é uma maneira de inverter o olhar sobre a produção de espaço urbano.

A cidade contemporânea tem o seu espaço sendo produzido em um contexto de crise urbana e de crise ambiental. Mais do que nunca precisamos refletir sobre os processos em que as cidades foram formadas para podermos traçar as possibilidades para as cidades do amanhã. Olhar a cidade enquanto cúmplice do rio tem um intuito de ver além do concreto do cotidiano, em busca do intangível que existe em todo lugar. A água tem o poder de nos levar a lugares distantes e profundos, principalmente quando em sua essência há o poder de duplicar o mundo (Bachelard, 1998). Nesse sentido, buscamos uma nova maneira de ver a cidade, com o intuito de contribuir no pensamento sobre as cidades do amanhã. A inversão do olhar é o que nos vai levar ao futuro, para conseguirmos atravessar, como sociedade, o horizonte do Antropoceno.

Reconhecer a singularidade que existe no mundo amazônico também é um objetivo que norteia este estudo. A invisibilidade dos problemas da região amazônica está relacionada ao fato de desconhecermos a complexidade do processo histórico da região. Souza (2019, p. 25) determina que “ter uma história significa existir”, e com a história da Amazônia sendo dominada pela narrativa dos colonizadores por tanto tempo, temos como resultado uma história designada pelo discurso do colonialismo.

O subjugamento da região amazônica é algo centenário, e perdura a partir das estruturas sociais construídas pela colonização. Com a pandemia do Covid-19 tivemos mais uma realização de como a região é percebida como um lugar distante do restante do território nacional. Além da sensação de estarmos apartados do restante do Brasil, em função das diversas questões sociais, econômicas e ambientais que são invisibilizadas em escala nacional, nota-se também posturas e discursos associados a colonialidades estruturadas no território brasileiro.

Ao refletir sobre a postura da sociedade em relação a pandemia, Ailton Krenak expõe que “a pandemia não vem para ensinar nada, a pandemia vem para devastar as

nossas vidas [...] eu não sei de onde vem essa mentalidade branca de que o sofrimento ensina alguma coisa”<sup>1</sup> (Oliveira, 2021). Esta fala também ilustra a proposta abordada, pois o que buscamos não é aprendizagem sobre o que aflige o espaço amazônico, mas mostrar o que se esconde por trás da história que os colonizadores continuam contando há séculos. Revelar aquilo se arrasta por dentro a violência que existe nos mais diversos espaços, inclusive na cidade.

São formas de violência que ocorrem e são normalizadas em razão do lugar onde acontecem. A pandemia de Covid-19 exacerbou as desigualdades sociais em todo o território brasileiro e escancarou a invisibilidade da região Norte. Os momentos inimagináveis provenientes do surgimento do novo coronavírus (Sars-Cov-2) não pararam o aniquilamento da Amazônia. De acordo com o relatório “Yanomami Sob Ataque” (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022), a destruição realizada pelas atividades de garimpo na Terra Indígena Yanomami aumentou 1.038 hectares em 2021 (totalizando 3.272 ha de território destruído), o que representa um crescimento de 46% em relação ao ano de 2020.

O abandono da região também se mostra quando 90% da população do Estado do Amapá sofreu com o colapso do sistema de energia elétrica por 22 dias (Pacheco *et. al*, 2021). Na noite de 03 de novembro de 2020, em meio a uma das maiores crises sanitárias e humanitárias, o Amapá viu treze dos seus dezesseis municípios ficarem em completa escuridão após um curto-circuito na Subestação Macapá. A crise energética se iniciou quando um incêndio tomou um dos três transformadores da SE Macapá, e os outros dois que deveriam prestar apoio no suprimento de energia do sistema elétrico do Amapá também falharam. Segundo o “Relatório de Análise de Perturbação”<sup>2</sup> (ONS, 2020), o segundo transformador teve uma sobrecarga após o colapso do primeiro, e o terceiro transformador não estava funcionando pois estava em processo de manutenção desde dezembro de 2019.

Apesar da situação de calamidade pública, em que também foram afetados a distribuição de água encanada e os sistemas de comunicação, o descaso que levou quase 800 mil pessoas a vivenciarem cinco dias em um apagão energético foi um assunto de

---

<sup>1</sup> Ailton Krenak esteve na mesa “Cartografias para adiar o fim do mundo” da 19ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), um dos principais festivais literários do Brasil (Oliveira, 2021).

<sup>2</sup> O Relatório “ONS DGL-REL-0016/2020” (ONS, 2020) apresenta a análise da perturbação do dia 03/11/2020 às 20h48min com início nos transformadores de 230/69/13,8 kV da SE Macapá, com desligamento da UHE Coaracy Nunes e do Sistema Amapá.

menor relevância na mídia jornalística brasileira. O nosso país está acostumado a aceitar as desigualdades e normalizar alguns padrões de exclusão de comunidades e grupos sociais, bem como expõe o jornalista Sakamoto<sup>3</sup>, tanta omissão e negligência é aceitável pois ocorre no estado do Amapá, sendo uma postura que funciona como um lembrete de que a cidadania no Brasil não é algo para todos os que moram em território brasileiro (Eltz, 2020).

Esta pesquisa parte de muitos lugares, parte da invisibilidade da região, parte do meu sentimento de pertencimento ao lugar em que nasci, parte da necessidade de protegermos a nossa floresta e toda a vida que existe na Amazônia. Diante de processos, contradições e resistências inerentes a este espaço, há uma necessidade de fazer uma pesquisa que colabore com a descolonização do pensamento. Quando refletimos sobre a indagação de Galeano (2021, p. 10) ao questionar se “o passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?”, entendemos que para ver a trama da colonialidade é preciso escutar o passado, a história da Amazônia, para assim entender a nossa voz na luta anticolonial e reagirmos a esses imaginários construídos. Afinal, a história da Amazônia “forma-se no interior dos povos, por lentos movimentos sísmicos, através da erosão, do sibilar contínuo dos ventos polindo a pedra ou na aluvião das enchentes sazonais dos rios” (Souza, 2019, p. 25).

Desta maneira, esta tese se revela na compreensão de meios para desvelar cada forma social construída pelo mundo colonial, para que seja possível tornarmo-nos sujeitos da história, como coloca Paulo Freire (2021) de forma inspiradora:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (Freire, 2021, p. 23-25).

---

<sup>3</sup> Sakamoto é colunista do UOL e comentou o vídeo “Apagão no Amapá: ‘Nós também somos brasileiros’, dizem moradores do Macapá” (Eltz, 2020).

## 1. INTRODUÇÃO

*“Não haveria criatividade sem a curiosidade  
que nos move e que nos põe pacientemente  
impacientes diante do mundo que não fizemos,  
acrescentando a ele algo que fazemos”*

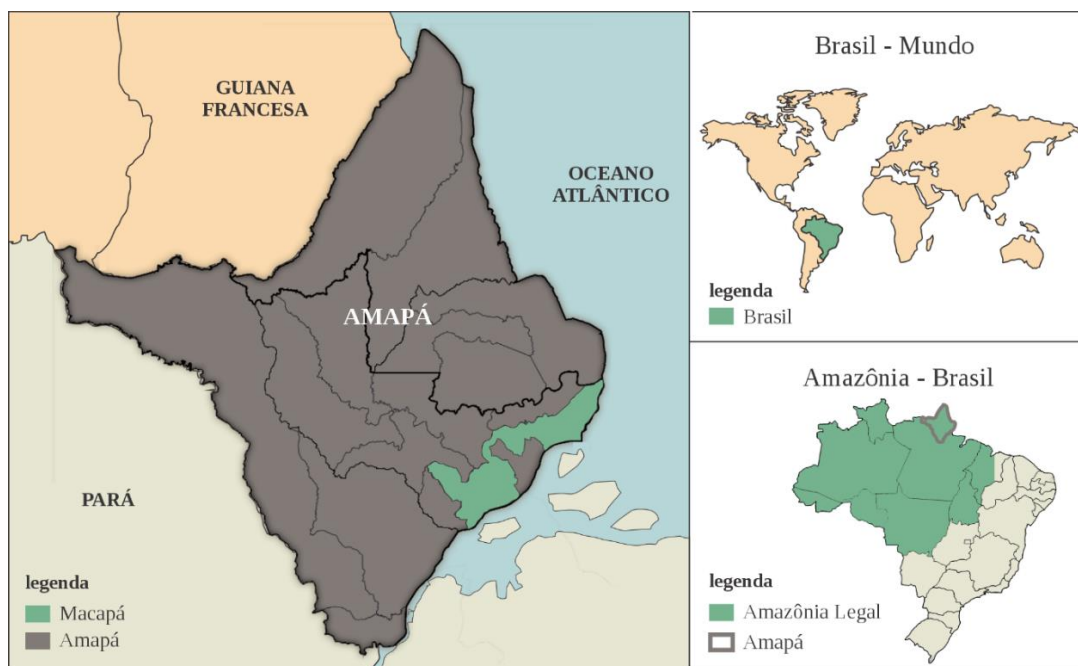
(Paulo Freire)

Na região amazônica, capitais como Belém, Manaus e Macapá têm a sua origem atrelada à defesa do território. Inicialmente, os conquistadores escolheram um posicionamento estratégico em relação a embarcações que poderiam adentrar tais territórios recém-conquistados através da baía do Guajará, do rio Negro e do rio Amazonas. Cada cidade tem os seus próprios processos socioespaciais, mas é inegável que a presença desses cursos d’água foram fundamentais para a origem de cada uma.

Atualmente localizada no Estado do Amapá, a cidade de Macapá foi fundada às margens do rio Amazonas no ano de 1758. As suas origens remetem a disputa de domínio territorial entre os invasores europeus iniciada no século XVI, momento em que as incursões passaram a efetuar transformações no espaço com o objetivo de controlar as terras ao norte da margem esquerda do rio Amazonas. Em cidades em contato com cursos d’água, o rio é considerado uma zona de união (Febvre, 2000), como um elemento conectivo ao espaço urbano, detentor de relações particulares com ritmos e itinerários envolvendo os indivíduos. Assim, o rio Amazonas se encontra imerso em uma rede de significação que também tem impacto nas relações socioespaciais.

A água carrega uma sensibilidade que reflete na criação de imaginários, por muitas vezes estar associada a um tipo de linguagem que é fluida e, ainda que materializada, segue de modo contínuo mesmo dentre os mais diferentes ritmos (Bachelard, 1998). Nessa tese, a proposta é se debruçar sobre as nuances entre o mundo do significado humano e o mundo da matéria (Hägerstrand, 1989 apud Santos, 2017), de modo que a essência da pesquisa de doutorado “Os caminhos da água na cidade de Macapá-AP: espaço amazônico e territorialidades contracoloniais” é revelar as singularidades entre Macapá e o rio Amazonas, mostrando as particularidades do espaço urbano em uma das capitais da região amazônica.

**Figura 1** - Localização geográfica da cidade de Macapá.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2023, com base em Ministério do Meio Ambiente (2017).

A questão-problema que movimenta esta tese é: **qual a relação entre a significação do rio Amazonas e a produção de espaço urbano em Macapá-AP?** Neste sentido, a tese é desenvolvida a partir do entendimento das relações de poder inerentes aos processos urbanos que envolvem o rio Amazonas e a cidade de Macapá, a partir do entendimento das colonialidades que perduram no espaço de acordo com a reprodução de formas de dominação entre sujeitos sociais detentores de poder na produção de espaço e os que são invisibilizados.

Assim, a **hipótese** desta pesquisa é: o espaço da cidade de Macapá mostra o movimento entre a lógica de poder da colonialidade, que impõe formas urbanas e sociais, e a presença do rio Amazonas, que influencia com significações de resistência e libertação.

Falar sobre a cidade é abordar a cristalização das atividades humanas, então também abordamos o passado, com toda a história em que há numa cidade fundada no século XVIII, o presente, com as questões urbanas que a população vivencia atualmente, e o futuro, através da discussão sobre o Antropoceno. Nas mais diversas conjunturas, a cidade se encontra encadeada ao que ocorre na sociedade, as mudanças nos sistemas de produção e as estruturas sociais estão interligadas ao processo de transformação das cidades.

O objetivo principal é compreender **o entrelaçamento entre a percepção da realidade e a produção de espaço urbano ao longo das temporalidades inerentes à cidade de Macapá**. Os caminhos desta pesquisa buscam esclarecer se o espaço também é um dos campos da reprodução da dinâmica entre dominados e dominadores, para investigar se as colonialidades perduram em arranjos e formas urbanas. Desta maneira, os objetivos específicos são: a) discutir o poder da colonialidade no espaço urbano; b) revelar os significados, discursos e imagens existentes na relação da água com o espaço urbano em Macapá; c) analisar como os processos urbanos da cidade de Macapá se encontram associados à sua relação com a água.

### 1.1 Forças imaginantes: materiais e métodos

Em uma abordagem pelo mundo sensível, à procura por uma interface entre a cidade e água, esta tese se inspira na fenomenologia de Gaston Bachelard e propõe uma pesquisa que lida com imaginação e matéria. Na obra “Água e sonhos”, Bachelard (1998) mostra a multidimensionalidade da imaginação sobre as águas através do entendimento inicial de que existe a imaginação formal e a imaginação material. A diferenciação se dá pelas forças imaginantes que existem em nossas mentes, que se desenvolvem em duas linhas:

Umam encontram seu impulso na novidade; divertem-se com o pitoresco, com a variedade, com o acontecimento inesperado. A imaginação que elas vivificam **tem sempre uma primavera a descrever**. Na natureza, longe de nós, já vivas, elas produzem flores.

As outras forças imaginantes **escavam o fundo do ser**; querem encontrar no ser, ao mesmo tempo, o primitivo e o eterno. Dominam a época e a história. Na natureza, em nós e fora de nós, elas produzem germes; germes em que a forma está encravada numa substância, em que a *forma é interna* (Bachelard, 1998, p. 01, grifo próprio).

A primeira linha de pensamento reflete sobre a imaginação formal, que lida com a descrição dos fenômenos do mundo social, a partir de uma contemplação que distancia o homem do mundo (Bulcão, 2003). De forma contrastante, a outra linha aborda a imaginação material, que se aprofunda na reflexão sobre o *ser* e instiga sobre a matéria que resulta das ações do homem no mundo que vivencia.

Para Bulcão (2003), a imaginação bachelardiana se bifurca em vertentes que são, ao mesmo tempo, inversas e complementares. Em um contraste entre a observação do cotidiano e a percepção que instiga ao novo e surreal, a imaginação de Bachelard se mostra como um convite ao onírico, ela se origina no momento em que aceitamos a

provocação que a vida cotidiana nos revela: “a imaginação bachelardiana, fundamentalmente criadora é uma imaginação dinâmica que resulta do embate de forças, de um corpo a corpo com o mundo” (Bulcão, 2003, p. 13).

Destarte, através de Bachelard, os caminhos desta tese se situam a partir da ideia das forças imaginantes que guiam a construção de um pensamento sobre imaginação e matéria. Afinal, “as imagens poéticas têm, também elas, uma matéria” (Bachelard, 1998, p. 03). De acordo com a imaginação formal (Bachelard, 1998), a estruturação desta tese se inicia em um caminho traçado pelo contraste entre o abstrato e o concreto para compreender o espaço amazônico em que a pesquisa está situada. Para abranger os processos, contradições e resistências inerentes a este espaço, se faz necessário não somente abordar o colonialismo, mas se posicionar de modo crítico epistemologicamente.

A partir do pensamento decolonial<sup>4</sup>, a construção desta tese ocorre em um firmamento que pensa criticamente a razão ocidental e reconhece a diversidade da experiência social (Castro, 2019). A lógica colonial não só transformou completamente o Brasil ao promover o genocídio indígena, mas fundamentou a sociedade moderna e instaurou marcas que persistem em nossa experiência no mundo social. A própria relação entre o rio Amazonas e a cidade de Macapá teve a ação dos colonizadores como catalisadora no desenvolvimento de processos complexos. Logo, o entendimento do poder da matriz colonial na Amazônia influencia no entendimento da cidade amazônica secular que é Macapá.

Pensar a cidade por meio da fenomenologia é um exercício que levanta questões sobre a percepção e a memória dos sujeitos sociais que produzem o espaço, em como a cidade surge imbricada a tudo o que a sociedade é, tanto o que é destacado em sua forma urbana, quanto o que despercebidamente existe na vida cotidiana. O “despercebido” é uma ausência que, de fato, diz muito sobre o que a cidade é, sobre as forças em que ela é estruturada. Assim, o despercebido existe, mas é descrito como “despercebido” pois há uma estrutura clara sobre o que é realidade e o que não é.

A abordagem fenomenológica permite que novos horizontes se abram sobre o mundo em que vivemos, é através da sensibilidade promovida pela percepção que a realidade se mostra cada vez mais, haja vista que “o mundo não é perfeitamente explícito

---

<sup>4</sup> A decolonialidade surge a partir do entendimento de colonialidade (Quijano, 1992), que se consolidou como um campo crítico às assimetrias de poder na América Latina e Caribe. Name e Spyer (2023) afirmam que é importante adaptar o pensamento decolonial às particularidades existentes no contexto do território brasileiro.

diante de nós, por que ele só se desdobra pouco a pouco e nunca ‘inteiramente’” (Merleau-Ponty, 2006, p. 281). Para Merleau-Ponty (2006), a fenomenologia da percepção desenvolve um elo transcendental entre o sistema da experiência formado pelo mundo, corpo próprio e eu empírico. A metodologia fenomenológica é escolhida para atravessar os objetivos desta pesquisa, para que as questões que envolvem o problema de pesquisa transcendam a partir da relação sujeito-objeto.

Os principais questionamentos em que a pesquisa se encontra baseada configuram trajetórias dependentes, como o modo imbricado entre as complexidades que existem entre sentido e relação. A perspectiva interdisciplinar permite construir um processo de pesquisa por meio do impacto entre as lógicas que integram o objeto de estudo, possibilitando a compreensão das influências inerentes aos diversos campos de conhecimento envolvidos.

A abordagem interdisciplinar mostra um campo de estudo relacionado a um conjunto de lógicas, em que o problema de pesquisa é revelado pelo contraste entre os diferentes elementos. Segundo Souza (2017), no trajeto que configura o processo de construção da pesquisa, é importante que sejam abertas portas a inclusão de diversos agentes sociais, que usualmente não são considerados relevantes em nossa sociedade, mas que, na verdade, são responsáveis por reconfigurar contextos epistemológicos à medida que nos mostram outros ângulos para se analisar o mundo em que vivemos.

Souza (2017) também discorre sobre a importância em potencializar as iniciativas que dupliquem os diálogos nas áreas de conhecimento, como uma contradisciplina que vulnerabiliza as certezas impostas pela disciplina em si. A autora explica que por convergências e divergências ocorre um desdobramento relacionado às distinções fractais na interdisciplinaridade; em um processo que culmina na pesquisa se reconhecendo ao longo do seu trajeto, por meio de contradições e revelações (Souza, 2017).

A epistemologia da interdisciplinaridade permite entender o entrelaçamento entre a percepção da realidade e a produção de espaço urbano. De acordo com Sá (1987), a interdisciplinaridade é importante para conceber um mapeamento da realidade à medida que propõe uma reconstrução desta realidade observada de modo desfragmentado, de acordo com a interseção implícita que o autor explica que existe nas práticas da interdisciplinaridade. Os vasos comunicantes seguem diversas áreas do conhecimento, como os campos da filosofia, política e economia, além do planejamento urbano, sendo

que tais vasos atuam para desvendar as “máscaras sociais” que existiriam ao tratar do problema da pesquisa somente no âmbito multidisciplinar (Sá, 1987).

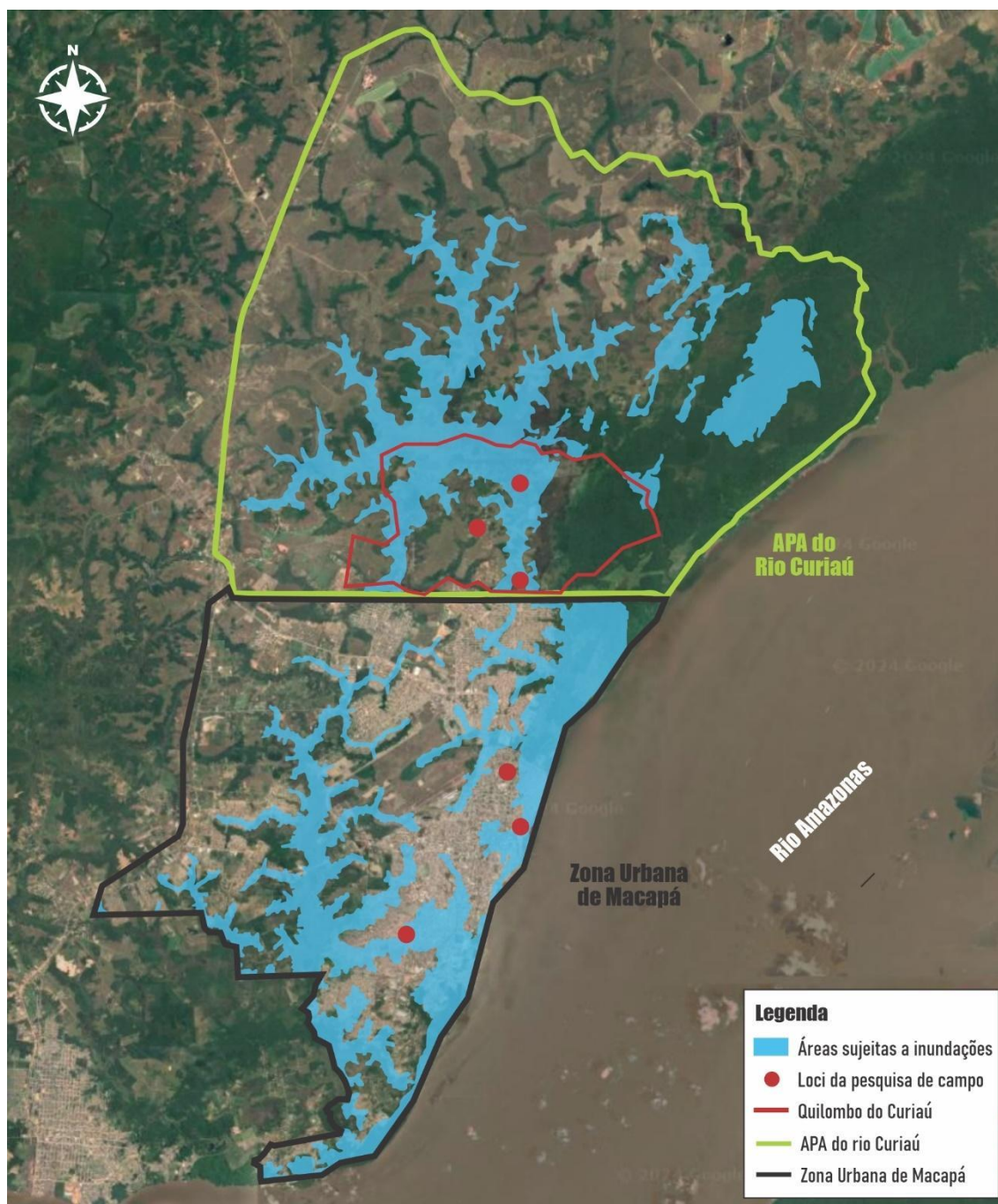
Ademais, os fundamentos desta tese estão na pluriversidade existente no pensamento crítico à dimensão colonial, como os estudos decoloniais, pós-coloniais, além de autores indígenas e afrodiaspóricos. Embora houvesse o uso de pensadores do Norte Global, buscou-se confluências com autores que promovem a descentralização do olhar, pois os caminhos da água seguem em uma circularidade, como diz Bispo dos Santos (2023), sendo que, muitas vezes, temos que aprender a língua deles para podermos nos fazer ser compreendidos, como elucida Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015).

Na pesquisa de campo é colocado o método da *Grounded Theory* (Glaser; Strauss, 1967) que pontua a relação entre a subjetividade do pesquisador e a construção da teoria fundamentada (Charmaz, 2009), em que significados e experiências podem ser percebidos ao longo da pesquisa em campo (Corrêa; Gosling, 2020). A utilização da *Grounded Theory* também está de acordo com a decolonialidade pois é associada à busca pela ruptura do modelo colonial de produção de conhecimento por Rosa (2014), que discute a superficialidade que as problemáticas decoloniais podem apresentar ao serem produzidas em um contexto intelectual elitista, em que não se leva em consideração o poder das narrativas abstratas globais que inebriam o debate.

Em busca do entrelaçamento da cidade com o rio, do rio com a cidade, a pesquisa de campo fomentou o alicerce desta tese. Através dos encontros com os interlocutores, foram traçados novos caminhos para a reflexão desta pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada em duas incursões na cidade de Macapá, a primeira realizada em março de 2023 e a segunda no período entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 interlocutores, com o intuito de delinear perspectivas sobre a relação do rio com a cidade.

Os *loci* da pesquisa de campo foram determinados tendo em vista a diversidade de dinâmicas que existem na cidade. Diante das vivências e experiências encontradas através da pesquisa de campo foi que tivemos o direcionamento da percepção sobre a relação entre espaço e água. Desta maneira, os *loci* surgiram pela aproximação com a água e pela relação com a história de formação da cidade, como podemos observar na Figura 2.

**Figura 2** - As delimitações da Zona Urbana de Macapá e da APA do Rio Curiaú.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base em Takiyama *et al.* (2012) e Google Earth (2025).

A primeira incursão ao campo envolveu lugares que têm um vínculo secular ao espaço social de Macapá: o igarapé das Mulheres, na Zona Urbana de Macapá, e o Quilombo do Curiaú, na Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú. Assim, as primeiras entrevistas foram realizadas com os feirantes que trabalham na área do igarapé das Mulheres, onde atualmente existe o Mercado do Peixe, pequenos estabelecimentos comerciais e trabalhadores que vendem seus produtos nas proximidades do igarapé. No

Curiaú, o acesso de parte dos interlocutores foi atravessado por redes sociais e familiares, enquanto a outra parte ocorreu através da Fundação Marabaixo<sup>5</sup>.

Os caminhos da primeira incursão influenciaram nas entrevistas da segunda incursão, a proposta se fortaleceu em entender a percepção dos interlocutores sobre o espaço da cidade através do tempo. A segunda viagem ao campo foi pautada pela necessidade de compreender os questionamentos sobre a formação da cidade, que, conseqüentemente, poderiam dialogar com a questão central da pesquisa. Os lugares escolhidos foram os bairros Pacoval e Novo Buritizal, que além de terem contato com a água, foram essenciais para a expansão urbana da cidade. O acesso aos interlocutores deste segundo momento da pesquisa de campo foi realizado através de redes sociais e familiares. Para falar sobre a expansão da cidade, foram escolhidos moradores antigos dos bairros citados, mas também foram escolhidos interlocutores relacionados a nível técnico e acadêmico com o planejamento urbano de Macapá.

A investigação desta tese ocorre a partir da imaginação bachelardiana em conjunto com as abordagens do pensamento crítico à dimensão colonial, da fenomenologia e da interdisciplinaridade. Ao longo da pesquisa, as entrevistas com os interlocutores permitiram um mergulho nas subjetividades inerentes aos temas que se entrelaçam. Em uma epistemologia relacionada às águas, um movimento de aprofundamento cujos temas, que inicialmente estavam dispostos linearmente, são entrelaçados e passam a ser reconhecidos em uma circularidade. Em uma transfluência, bem como conceitua Bispo dos Santos:

A refluência só existe na linearidade. Quando não há circularidade, você vai ter que voltar por onde você foi. Na transfluência não há volta, porque ela é circular. Ao mesmo tempo que algo vai, fica; ao mesmo tempo que fica, vai – sem se desconectar (Bispo dos Santos, 2023, p. 30).

Transfluindo e confluindo, este movimento de aprofundamento ocorre pela necessidade de potencializar a resistência de uma população subalternizada em diferentes escalas, sendo do Sul Global, do Norte do Brasil, da região amazônica, do Amapá, das áreas periféricas da cidade de Macapá e sendo subalternizado pela matriz colonial de poder.

---

<sup>5</sup> Criada pelo Governo do Amapá a partir da transformação da antiga Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (Seafro) em uma entidade de autonomia administrativa e financeira. A criação da Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Amapá – FUNDAÇÃO MARABAIXO foi determinada pela Lei Ordinária 2560/2022, atuando em projetos e ações voltados à promoção da igualdade racial e na preservação das manifestações culturais das comunidades negras e tradicionais do Amapá (Agência Amapá, 2022).

Além disso, pelo caráter histórico desta pesquisa, a metodologia de análise documental é utilizada como um instrumento de investigação científica baseado na observação. A análise documental trabalha com a questão da memória e da reconstituição do passado, uma vez que “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (Cellard, 2008, p. 295), sendo afetado pela subjetividade do pesquisador e do seu grau de participação (Lüdke; André, 1986).

Pensar a cidade é refletir sobre as atividades humanas em determinado espaço-tempo. A circunscrição da história da cidade de Macapá admite uma diversidade de lugares: Yamapaba, Adelantado de Nueva Andaluzia, Capitania do Cabo Norte, Vila de São José de Macapá, Cidade de Macapá. São nomes que ressoam as narrativas construídas neste espaço, que carregam relações sociais que se espacializam e produzem lugares, microcosmos, inerentes ao universo que é a Macapá dos dias atuais.

Sobre o recorte espaço-temporal, propõe-se uma pesquisa que permeia passado, presente e futuro, com a fenomenologia atravessando realidades e imaginários, a decolonialidade proporcionando um novo olhar e a interdisciplinaridade promovendo a compreensão das pluralidades envolvidas. Em uma abordagem formulada como as imagens refletidas sobre a água que possibilitam uma nova forma de ver o mundo. Sendo que, aqui, este mundo é a cidade de Macapá.

## **1.2 Estado da arte**

Esta pesquisa de doutorado foi pensada de acordo com as nuances que determinam as particularidades do espaço, que constroem e projetam significações que se materializam. Entender o que já foi feito no campo do conhecimento que envolve significação e espaço social é elementar para saber o lugar que esta pesquisa ocupa no mundo científico. Assim, é importante uma breve revisão temática a partir de pesquisas científicas que são feitas com um olhar sensível sobre os imaginários construídos em diferentes localidades.

Na região amazônica, as autoras Isabelle (2018) e Peixoto (2014) abordam os imaginários de populações que moram em áreas de várzea. A atenção de Isabelle (2018) está com as inter-relações entre os moradores do igarapé Jamací<sup>6</sup> e o seu cotidiano

---

<sup>6</sup>Localizado na ilha de Paquetá, no Estado do Pará, nas proximidades do Distrito de Icoaraci.

envolvido pelas águas. Somos levados a uma viagem à realidade insular desta comunidade, mostrando como a percepção envolve o modo em que as paisagens são compostas, de acordo com as formas de habitar, as lógicas de tempo-espaço e a conexão dos corpos com a complexidade da vida na várzea da ilha.

Isabelle (2018) mostra as linhas que entrelaçam a percepção dos moradores aos elementos insulares e de várzea do lugar em que moram. Os saberes sensíveis compartilhados pelos moradores destacam como o corpo é também um lugar de experiência, responsável pela criação de dimensões hipersensíveis constituídas de paisagens e imaginários (Isabelle, 2018).

Também partindo de um ambiente insular, Peixoto (2014) investiga as imagens e narrativas formuladas no cotidiano com as águas do município de Salvaterra<sup>7</sup>. A apreensão dos simbolismos e práticas é realizada pelo contato com as memórias dos moradores mais antigos de Salvaterra, resultando em paisagens e imagens formuladas através de suas narrativas e cotidiano. Os moradores entrelaçam a realidade e o imaginário formulando “memórias espaciais”, que mostram a cidade de Salvaterra em determinada temporalidade, a partir de narrativas que reconstroem espaços e sentidos, sendo um exemplo de como “o real é acionado pela eficácia do imaginário, das construções de espírito” (Maffesoli, 2001, p. 75 apud Peixoto, 2014).

A partir da metodologia etnográfica, Isabelle (2018) e Peixoto (2014) abordam a percepção do ser humano com o meio através das memórias que os moradores carregam. Outros métodos também podem ser associados a perspectiva da significação, como o da análise do discurso que é utilizado por Mendonça (2021) para tratar da significação associada ao discurso urbano. O imaginário explorado é o dos discursos propagados pelas mídias jornalísticas e pelos guias informacionais produzidos pela prefeitura na cidade de Uberlândia (estado de Minas Gerais). Ao analisar fotografias, temos o uso de uma materialidade do imaginário para explorar como os discursos se encontram articulados em uma dimensão sociopolítica. Mendonça (2021) identifica as heterogeneidades discursivas presentes no imaginário urbano de Uberlândia, além de situar como o sentido e o sujeito estão relacionados nas práticas de linguagem.

A significação para Mendonça (2021) se encontra associada à maneira em que sujeitos e discursos estão vinculados. Como os objetos simbólicos são formulados a partir

---

<sup>7</sup> Situado no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará.

de processos discursivos, busca-se pela compreensão não somente das relações destes objetos (fotografias e textos), em sua própria formação, enquanto elemento de um discurso, mas também com o intuito de revelar como são utilizados como meio de construção e reprodução de discursos em relação ao espaço urbano.

Por fim, nos estudos de Alencar (2019) e Medeiros (2008), a análise sobre a significação está articulada à questão da produção de espaços segregados em cidades no Estado do Rio de Janeiro, mostrando os processos sociais que envolvem formas de resistência à segregação socioespacial. Alencar (2019) explora a dinâmica espacial no município de São Gonçalo<sup>8</sup>, abordando as soluções populares que funcionam como estratégias de sobrevivência em lugares como favelas e loteamentos informais, onde o Estado não se mostra presente. É proposta uma visão a partir do imaginário urbano construído pelos estigmas da cidade capitalista, com o objetivo de entender como os movimentos que produzem o espaço urbano abrangem interesses, confrontos e lutas.

É feita uma abordagem sobre a diferenciação entre imagem e percepção segundo Sartre (1979) com Alencar (2019) explicando que em face a um objeto, a imagem é formulada apenas tomando consciência da existência deste objeto, sem formular conexões sobre quaisquer particularidades suas, enquanto a percepção é responsável por relacionar características deste objeto, em uma maneira que haja possibilidade de apreender a sua essência. Essa diferença é discutida para abordar como o imaginário urbano pode fomentar uma leitura apurada sobre as relações existentes no espaço, bem como sobre dos indivíduos e da sociedade que vivenciam esse espaço. Desta maneira, a segregação é analisada de acordo com o poder simbólico emanado pelo imaginário urbano construído.

Por meio de uma análise sobre as formas de apropriação do espaço pela população condicionada como subalterna, Medeiros (2008) aborda a questão da segregação em uma escala diferente, uma vez que tem o seu objeto de estudo sendo os muros da cidade do Rio de Janeiro. O autor tem como objetivo analisar os discursos imbricados aos usos e formas de apropriação dos muros, como meio de dar voz a população que padece em espaços segregados dentro da cidade.

Além de abordar o discurso dominante que promove segregação e violência, o estudo mostra a construção de discursos territorializados (também chamados de territórios

---

<sup>8</sup> O município está localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

discursivos) a partir do processo de re-significação proposto pela cultura do grafite. Para tratar desta abordagem da significação sobre o espaço, Medeiros (2008) cita Milton Santos para desenvolver a noção de território praticado e evidenciar os muros como “espaço-do-dizer”.

A conexão entre a cultura e o meio ambiente resulta em uma diversidade de mundos de significados, de acordo com o modo em que os seres humanos percebem e estruturam o seu mundo (Tuan, 1974). É interessante como o espaço geográfico é percebido conforme a concepção de cada pesquisa sobre a significação; há a formulação de paisagens através dos imaginários apresentados por Isabelle (2018) e Peixoto (2014), o que mostra como o foco das autoras estava nas pessoas daquelas comunidades, uma vez que falar da paisagem, é falar sobre os responsáveis pela sua criação (Meinig, 2002). A paisagem é construída socialmente, e essa construção se encontra inerente a realidade e cultura daqueles que a promovem, de modo que nela encontramos as significações da sociedade em seu espaço vivenciado (Cosgrove, 2002).

Na discussão de Alencar (2019) e Medeiros (2008) vemos a associação da existência de territórios à segregação urbana, indicando que um elemento essencial na construção do imaginário pesquisado é o poder entre os agentes sociais que produzem a cidade. No que se refere a território, é qualquer área delimitada pela influência de um grupo ou indivíduo que detém poder de afetar ou controlar outras pessoas (Sack, 1983), tanto que Souza (2009) é enfático quanto a conceito de território: “é, sempre, e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (Souza, 2009, p. 60). Deste modo, a dimensão das relações sociais que formulam a segregação sócio-espacial compreendem um jogo de forças entre os agentes sociais que produzem o espaço urbano, tendo o território como a “expressão espacial” desse “campo de força” (Souza, 2009).

Finalmente, Mendonça (2021) trata do poder simbólico da língua e da fotografia na produção discursiva do espaço urbano, mostrando como o discurso urbano pode estar associado ao viés político. Entender a dimensão das relações presentes nesse processo discursivo é uma forma de analisar a técnica presente no espaço, haja vista que Santos (2017) determina que os sistemas técnicos envolvem formas de discursos quando analisamos o espaço. É uma abordagem que mostra como o espaço pode ser instrumentalizado para determinadas finalidades (Lefebvre, 2008).

Também é essencial abordar estudos que são focados na discussão sobre a urbanização da Amazônia. Autores como Castro (2008), Cardoso *et al.* (2020), Trindade Júnior (2021) concordam que a multidiversidade da região amazônica reconhece um horizonte conceitual além da discussão pertinente ao paralelismo entre rural e urbano para entender a diversidade da urbanização das cidades da região.

Para Edna Castro (2008), pensar a relação da cidade e do rural no contexto regional é um paradigma de interpretação do urbano que permanece atual, mas que ainda assim, é necessário ultrapassar esquemas clássicos para preencher as lacunas da reflexão teórica que ainda persistem sobre a realidade urbana da Amazônia. Castro (2008) aborda padrões de povoamento a partir da fronteira e do movimento em cidades da Pan-Amazônia, desde a ocupação colonial à dinâmica urbana de pequenas e médias cidades amazônicas.

Ao discutir a relação entre cidade e floresta, Trindade Júnior (2021) explica que regiões como a Amazônia não admitem “interpretações mecânicas que relacionam campo à vida rural e cidade à vida urbana” (Trindade Júnior, 2021, p. 314). O autor expõe como no contexto da forma e do conteúdo socioespacial existe uma preocupação em ultrapassar as leituras dicotômicas sobre o rural e o urbano na Amazônia, pois a Amazônia urbana apresenta uma sintonia com a floresta, presente na experiência da paisagem sensível (Trindade Júnior, 2021).

No âmbito dos estudos sobre morfologia urbana das cidades amazônicas, Cardoso *et al.* (2020) apresenta uma discussão sobre a natureza híbrida da urbanização na Amazônia, com destaque aos antecedentes históricos e características geográficas que permeiam a ocupação na região para situar conjuntos de cidades que caracterizam a região amazônica no espaço-tempo (Cardoso *et al.*, 2020). A abordagem histórico-geográfica aponta “peculiaridades” inerentes a urbanização amazônica em uma cronologia que pontuam a transformação do espaço a partir das concepções dos colonizadores, em que “as mudanças nas formas de produzir e reproduzir a vida migraram de um relacionamento da população nativa com a natureza viva [...] para um relacionamento em que recém-chegados assumiram essa natureza como um recurso a ser explorado” (Cardoso *et al.*, 2020, p. 05). Assim, Cardoso *et al.* (2020) explica como as peculiaridades existentes justificam a necessidade de explorar o repertório espacial sobre a produção de cidades na região amazônica.

Sob a perspectiva da análise do território, Guerra (2006) expõe como a divisão entre urbano e rural foi estruturada sempre tendo “formas de dominação de uma sobre a outra ao longo da história da humanidade” (Guerra, 2006, p. 107). Deste modo, é proposto repensar alguns conceitos ao pontuar a necessidade da crítica ao que seja rural e urbano, cidade e campo, no contexto do desenvolvimento territorial na Amazônia. A reflexão sobre rural e urbano com divisões que não passam de abstrações no território remete ao entendimento das especificidades da Amazônia que constituem conformações com funções definidas e contextualizadas a sua realidade (Guerra, 2006). A reflexão sobre o urbano amazônico exige a perspectiva da multidimensionalidade do espaço, em que as distinções entre rural e urbano são reconhecidas, mas não constituem a sua totalidade. É necessário ver através da dicotomia para entender os elementos que configuram a realidade singular das cidades amazônicas.

### **1.3 Delineamento da pesquisa**

A tese está estruturada em cinco capítulos e termina com as considerações finais. A pesquisa abrange os conceitos que trabalham com a subjetividade do ser humano quanto a percepção do espaço e assim refletem sobre a singularidade da cidade de Macapá como pertencente à região amazônica.

O primeiro capítulo discute a colonialidade do poder, com o objetivo de compreender como o espaço amazônico foi produzido e ainda é influenciado pelo período colonial. A pesquisa se mantém sob uma vigilância crítica sobre a estrutura colonial de poder, com o intuito de promover o desencantamento sobre a crença no pensamento moderno europeu. O segundo capítulo aborda a relação entre a cidade e o tempo, com um levantamento sobre cidades inscritas na história da humanidade a partir de uma leitura fenomenológica para indicar como a percepção sobre a realidade está relacionada ao espaço social.

O terceiro capítulo apresenta o processo de formação da cidade de Macapá enquanto produto histórico-social, através do entendimento deste espaço sendo construído a partir de lógicas de poder relacionadas ao conteúdo prático e social do espaço. O quarto capítulo trata sobre os processos urbanos que envolvem a população negra de Macapá, sobre as realidades territoriais que envolvem os descendentes dos africanos escravizados durante a colonização e o modo que eles construíram territorialidades a partir da sua cultura.

O quinto e último capítulo mergulha nos caminhos da expansão urbana de Macapá, no contexto da ocupação pela população marginalizada que não era aceita dentro da lógica de poder dominante. É abordado como a água se encontra atrelada a esses processos urbanos e em como o senso de pertencimento pode ser uma forma de contracolônização.

## 2. O ESPAÇO E O MUNDO COLONIAL

*“Oh meu corpo, faça sempre de mim  
um homem que questiona”*

(Frantz Fanon)

Dentre a diversidade de mundos que existem concomitantes à nossa existência, o mundo amazônico é o ponto crucial para compreender muitas questões que amarram o presente em que vivemos. Através da teoria de Milton Santos (2017) sobre o espaço, é situada a noção de evento para refletirmos sobre o tempo presente.

Os eventos se desenrolam no presente, são situações que se organizam na forma de conjuntos sistêmicos, através de estruturas internas que funcionam com a sua própria duração e amplitude (Santos, 2017), pois: “os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (Santos, 2017, p. 145). Ao abordar o espaço no presente, entende-se que os eventos tem o seu próprio tempo e agem de acordo à determinada escala e de modo sistemático a outros eventos.

Assim, a abordagem na escala do mundo amazônico é necessária para entender a organização dos eventos que ocorrem no espaço de Macapá, isto é, a partir de uma abordagem que contemple a Amazônia como um todo. O posicionamento enquanto ser-na-Amazônia acompanha o desenvolvimento desta pesquisa, a partir do sentido de pertencimento ao todo que a Amazônia é. Santos (2017) acompanha essa reflexão, à medida que reconhece a totalidade como um dos processos que estão relacionados ao entendimento das estruturas internas do objeto estudado, haja vista que “é a totalidade que explica as partes” (Santos, 2017, p. 115).

O espaço também é formado pela intenção, pelo desejo da sociedade que o transforma. Sobre a produção de espaço na cidade de Macapá, a análise das paisagens construídas informa sobre o passado da cidade, principalmente sobre a sociedade que formulou as mudanças espaciais. Ao discutir a noção de totalidade, Santos (2017) explica como a simples separação do todo em partes não é o suficiente para entender a realidade da totalidade, uma vez que “é a totalidade que explica as partes” (Santos, 2017, p. 115). A estrutura que permeia as partes e a totalidade do espaço é constituída pela relação de poder instaurada pela sociedade no espaço em questão. Então, ao trabalharmos com o espaço é necessário apontar que tanto o poder, que o estrutura, como as partes, que o compõem, são estruturados de modo subjetivo.

Como Bachelard (1998, p. 50) enuncia, “a vida é um sonho dentro de um sonho”, o espaço está além do que vemos e percebemos, como os versos finais do poema “*A Dream Within A Dream*” de Edgar Allan Poe: “Tudo aquilo que vemos ou nos parece; Não é mais que um sonho dentro de um sonho?” (tradução livre do original “Is all that we see or seem; But a dream within a dream?”). Haja vista que o espaço sempre segue em caráter provisório, sendo a síntese “entre o conteúdo social e as formas espaciais” (Santos, 2017, p. 109).

Ao falarmos do lugar dentro de um lugar e do sonho dentro de um sonho, procuramos abordar a multidimensionalidade do espaço social (Bourdieu, 1989). No contexto da Amazônia, a dimensão formulada durante o período colonial é de extrema relevância para entender as formas espaciais construídas pela sociedade. Assim, é fundamental situar o espaço amazônico na dimensão da colonialidade, porque a sociedade sob o domínio da colonialidade vem transformando e produzindo espaço, e é por meio da sua história que poderemos visualizar os elos que estruturam as partes do todo que é esta pesquisa.

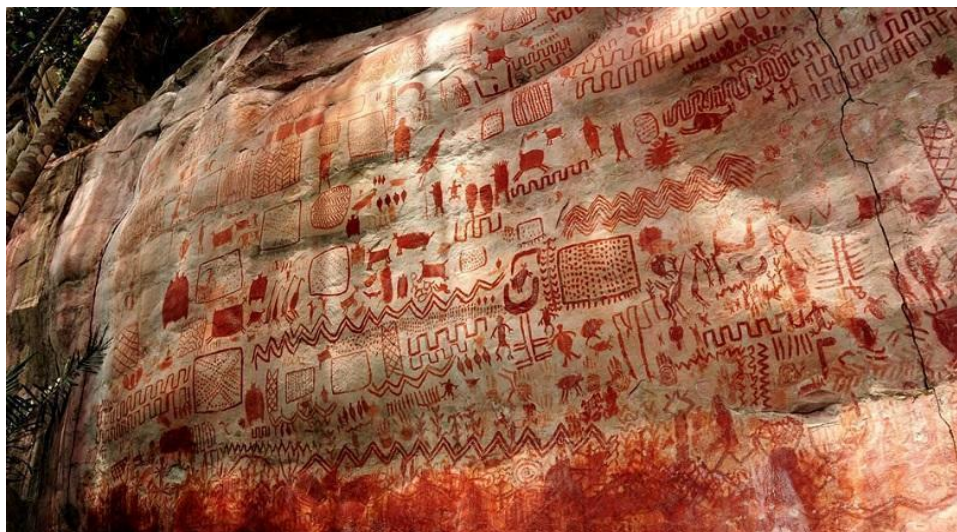
## **2.1 O espaço amazônico**

Para visualizar a estrutura da colonialidade presente no espaço amazônico, se faz necessário entender o movimento de criação da história sobre a Amazônia. As narrativas criadas pela colonização se embrenharam no espaço como objetos técnicos que permanecem epistemologicamente e historicamente (Santos, 2017). O espaço passa a ser formulado seguindo as significações que o colonialismo carrega.

A visão da Amazônia como um vazio demográfico é um dos imaginários inventados sobre a Amazônia (Gondim, 1994). Em 1492, antes das primeiras invasões europeias, Denevan (1976) estima que na Amazônia havia uma população de 5,1 milhões de indígenas, quase 9% da população total estimada para América, que são 57,3 milhões de indivíduos. Neste período, a vida transbordava, como as águas que atravessavam a floresta, com saberes, culturas, línguas e cosmologias dos diferentes povos indígenas.

A Amazônia tem um passado milenar, sendo que os vestígios da sua primeira região habitada datam de 19 mil anos atrás na Formação Cultural Chiribiquete, situada na Amazônia colombiana. Enquanto na Amazônia brasileira, o Sítio da Pedra Pintada, em Monte Alegre, no estado do Pará, guarda vestígios de ocupação humana que datam de 11 mil anos atrás (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

**Figura 3** - Pintura rupestre na Formação Cultural Chiribiquete.



**Fonte:** Gaviria (2022).

Grande parte do que é transmitido como inerente ao mundo amazônico corresponde a uma construção que ocorre desde a chegada dos europeus no século XVI. Não somente em escala mundial, em relação ao modo como outras nações enxergam o espaço amazônico, mas dentro do próprio território brasileiro, ainda existem muitas amarras na visão da população quanto aos modos de viver ao Norte do país.

De acordo com Gondim (1994), não podemos falar sobre uma Amazônia descoberta ou construída, e sim em uma Amazônia inventada pelos diferentes europeus que visitaram a região a partir do século XV. Entre 1530 e 1668, numerosas expedições colonizadoras foram realizadas com o interesse em ocupar a região, além dos espanhóis e portugueses, também vieram alemães, holandeses, ingleses, irlandeses e franceses (Pizarro, 2012).

Muitas vezes, a dificuldade em adentrar o território foi enfrentada pela determinação em encontrar lugares fantásticos que habitavam a imaginação dos europeus, como o País da Canela e o Eldorado (Pizarro, 2012; Tocantins, 1961). No século XVI, a busca norteadada por tesouros existentes em mitos e lendas levaram à descoberta do rio Mississipi e ao povoamento dos estados do Colorado e da Califórnia, situados nos Estados Unidos da América (Tocantins, 1961). Na região amazônica, no início da década de 1540, o relato do frei espanhol Gaspar de Carvajal descreve como a busca ao País da Canela pela expedição de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro foi responsável pela “descoberta” do rio Amazonas.

**Figura 4** - Parte da obra “The Queen Mary Atlas” de Diogo Homem (1558).



**Fonte:** Cintra (2020).

O tesouro que acreditavam existir no País da Canela era a presença da especiaria em abundância, que garantiria o fim do monopólio português sobre este produto que era bastante valorizado no comércio da época (Tocantins, 1961). Desta forma, tendo como guia as imagens criadas e as informações da população andina, os espanhóis partiram às terras além da região dos Andes:

Os espanhóis, mal sucedidos no esforço de descobrir o caminho ocidental para as Índias, ambicionavam suprir-se das especiarias da América do Sul. As informações correntes em Quito diziam existir extensas florestas de canelas para as bandas orientais dos Andes, lugares onde ‘no se veían sierras ni ásperas montañas’, e tanto havia dela que se aproveitavam os índios para fazer as suas armas. Era uma antevisão do vale amazônico (Tocantins, 1961, p. 13).

À medida que adentravam as terras desconhecidas, outra história passou a alimentar a imaginação dos exploradores, a de que existiam mulheres guerreiras que viviam em uma sociedade matriarcal, das quais muitos indígenas que encontraram pelo caminho diziam ser seus súditos e tributários (Carvajal, 2007). A crônica escrita por Carvajal possui uma perspectiva valorizada, por ser “a de alguém que viu diretamente os fatos relatados” (Pizarro, 2012, p. 42), que aliado ao fato de ser um membro do clero resulta em uma garantia de veracidade sobre as observações descritas sobre a viagem em seus textos (Rosário; Rosário, 2018).

Na crônica ocorre o detalhamento dos contatos da expedição com indígenas. A citação a seguir mostra o diálogo entre o capitão e um indígena sobre as mulheres guerreiras que diziam habitar a região:

El Capitán le preguntó qué mujeres eran aquellas [que] habían venido a les ayudar y darnos guerra: el indio dijo que eran unas mujeres que residían la tierra adentro siete jornadas de la costa, y que por ser este señor Couynco sujeto a ellas habían venido a guardar la costa. El Capitán le preguntó si estas mujeres

eran casadas: el indio dijo que no. El Capitán le preguntó que de qué manera viven: el indio respondió que, como dicho tiene, estaban la tierra adentro, y que él había estado muchas veces allá y había visto su trato y vivienda, que como su vasallo iba a llevar el tributo cuando el señor lo enviaba (Carvajal, 2007, p. 35).

Frei Carvajal associa a ideia de mulheres vivendo em sociedade ao mito das Amazonas da Grécia Antiga. Na mitologia grega, as Amazonas correspondem a um povo de mulheres que habita as cordilheiras do Cáucaso, sendo descendentes do deus da guerra Ares e da ninfa Harmonia, elas possuem aptidão a guerra e não toleram a presença de homens em sua sociedade, apenas como trabalhadores servis (Grimal, 2005). A certeza que as mulheres descritas pelos indígenas são as mesmas da mitologia grega é notável pois Carvajal se refere a elas durante a crônica como as Amazonas, como podemos ver: “han de saber que ellos son sujetos y tributarios de las Amazonas, y sabida nuestra venida, les van a pedir socorro [...]” (Carvajal, 2007, p. 31).

Após a decepção ao encontrarem pouquíssimos exemplares de árvores de canelas na expedição, Orellana resolveu adentrar o território em direção a jusante do rio em que estavam, com o objetivo de encontrar o lugar em que estavam localizadas as Amazonas, acreditava-se que elas se distribuíam em cerca de 70 vilas e possuíam grande riqueza em ouro e prata (Carvajal, 2007).

Orellana continuou guiando seus homens no bergatim pelo rio, em cenários dignos de uma epopeia literária, como coloca Tocantins (1961), tendo contato com diversas culturas indígenas, uns de maneira amistosa e outros em forma de combate, seguindo até chegarem na desembocadura do grande rio e encontrarem o mar. De acordo com Pizarro (2012), aquilo que nasceu na imaginação resultou na descoberta do rio Amazonas para o olhar do Ocidente, pois é com a crônica “Descubrimiento del río de las Amazonas” escrita pelo frei Carvajal que “pela primeira vez se falará para Europa sobre o rio a partir de seu interior” (Pizarro, 2012, p. 40).

Sartre (1996) explica que a imaginação surge através do ato de refletir sobre um objeto, em que a imagem toma consciência a partir de um conjunto de estruturas psíquicas. A imagem é sempre uma relação, é a “relação da consciência ao objeto; dito de outra forma, é um certo modo que o objeto tem de aparecer à consciência ou, se preferirmos, um certo modo que a consciência tem de se dar a um objeto” (Sartre, 1996, p. 19). Neste período, as fantasias e mitos divulgados em textos como os de Carvajal influenciaram o surgimento de uma imagem sobre a realidade da Amazônia, que na verdade é somente uma consciência sobre o que seria a Amazônia de fato. O próprio nome

“Amazônia” é dado devido a construção discursiva (Pizarro, 2012) que se cria em relação às guerreiras Amazonas que subitamente são invocadas na região das proximidades do grande rio.

Ao mesmo tempo em que as imagens podem ser vistas como elementos da consciência, Sartre (1996) também afirma que genuinamente lidamos com consciências completas, sendo “estruturas complexas que ‘têm como intenção’ certos objetos” (Sartre, 1996, p. 20). Quando Pizarro afirma que “a Amazônia é ocupada, primeiramente, pela imaginação fantasiosa do conquistador e, posteriormente, pelo imaginário moderno dos naturalistas” (Pizarro, 2012, p. 38), é possível extrair a intenção na concepção de determinadas imagens sobre a realidade amazônica.

Além da fantasia que fundamenta a construção do mundo amazônico (Tocantins, 1961), também existe o desejo da conquista. A imagem descrita da Amazônia “recém-descoberta” esconde a intenção e o desejo do explorador europeu, Fausto (2012) expõe como a expansão marítima de Portugal constituiu algo como um grande projeto nacional, uma vez que grupos sociais e instituições da sociedade portuguesa viam na expansão um meio de alcançar os seus próprios interesses. As práticas mercantilistas estavam na base desta convergência de interesses (Fausto, 2012), a busca pela acumulação de riquezas moveu as embarcações em direção ao Novo Mundo. A imaginação também ajuda a fomentar o movimento da conquista ao formularem um imaginário sobre os monstros que habitavam na região, a procura por novas terras é realizada levando consigo um repertório de criaturas emprestadas da Idade Média e do Renascimento para que povoassem os discursos que contribuíram para o avanço da ação colonial sobre o espaço geográfico (Pizarro, 2012; Rojas Mix, 1993).

Aos poucos, ao longo do processo da conquista e início da ação colonial, uma teia passa a ser formada, criando novas formas e padrões que refletem o que os europeus desejavam da Amazônia. A imagem criada pelos europeus sobre a Amazônia é o resultado de uma atividade consciente (Sartre, 1996), é o resultado do que Sartre chama de *quase-observação*, pois o modo em que nos relacionamos com o objeto da imagem não é uma observação propriamente dita, haja vista que ao formular a imagem já temos certeza do que estamos olhando, mesmo sem prestar atenção no objeto. Segundo Sartre (1996), a imagem simplesmente se dá como consciência acerca do objeto, ela nos mostra nada além do que já sabemos: “mas, por outro lado, a imagem não ensina nada, não dá jamais a

impressão do novo, não revela jamais uma face do objeto. Ela oferece-se em bloco. Nenhum risco, nenhuma espera: uma certeza” (Sartre, 1996, p. 24).

A imagem da Amazônia não é a Amazônia, porque ela é uma consciência imaginante que não existe na realidade. A imagem é uma certeza colocada por aqueles que buscavam conquistar aquele espaço. É assim que a Amazônia passa a ser “construída por um pensamento externo a ela” (Pizarro, 2012, p. 31), e desde a invasão europeia esse pensamento é responsável por ser parte da forma de dominação que culminou em uma ordem mundial estruturada pela conquista de sociedades e culturas da América Latina (Quijano, 1992).

## **2.2 Europa, luz do mundo**

Falar sobre a invasão europeia não é abordar somente o Brasil ou a região amazônica. A chegada dos portugueses ocorreu em 1500, mas o continente americano foi desvelado para os olhos da Europa no ano de 1492, quando a expedição de Cristóvão Colombo aportou no território atualmente conhecido pelo arquipélago de Bahamas. O europeu colocou-se no centro do mundo, e viu como aquele era um lugar confortável. O colonialismo europeu se alastrou e formulou um novo padrão de poder mundial (Quijano, 2015), ao se ver como o centro do mundo, a Europa passou a tratar o restante das nações como a sua periferia, como os espaços de resíduos do seu poder.

Segundo Quijano (2015), com este novo padrão de poder, há uma legitimação nas relações de superioridade e inferioridade de determinadas ideias e práticas que já existiam. Há mais de 500 anos temos que lidar com essa dicotomia perversa (Acosta, 2016), em que aqueles que promoveram a destruição socioambiental no continente latino-americano são vistos como pessoas a serem homenageadas e celebradas.

A América se tornou o lugar em que as relações de dominação se fortalecem por se basear na criação da ideia de raça, uma invenção que produziu identidades sociais historicamente novas, com o intuito de promover uma hierarquização e de situar os papéis sociais de cada identidade racial (Quijano, 2015). A dimensão do colonialismo trouxe uma brutalidade que Césaire (2020, p. 24) coloca ser responsável por formar “sociedades esvaziadas de si mesmas”, pois a ação colonial matou quem estava vivendo o seu presente, mas também é a assassina daquilo tudo que poderiam ser: “falo de milhões de

homens arrancados a seus deuses, suas terras, seus costumes, sua vida, a vida, a dança, a sabedoria” (Césaire, 2020, p. 25).

O tempo que vivemos é o de entender o nosso passado sem a manipulação dos nossos colonizadores, que conseguiram se inscrever na história como aqueles a serem exaltados. É necessário vermos a força que o colonialismo detém. Uma força capaz de promover a cisão que deu início a ordem global atual e ao poder que articula o mundo (Fanon, 1968; Quijano, 1992). O colonialismo dividiu o mundo entre aqueles que dominam e os que são dominados de uma maneira incrivelmente silenciosa e gritante, pois a dicotomia civilizado-selvagem (Acosta, 2016) passa a justificar qualquer barbárie feita para salvar os *selvagens* que habitavam o Novo Mundo.

Quando falamos do modo silencioso em que a dominação ocorre não é sobre a ausência de resistência dos colonizados, até porque se atualmente ainda temos população indígena em território brasileiro é devido ao seu próprio esforço e capacidade de resistir a tudo que vem acontecendo desde 1500. O silêncio que abordamos é a normalização da dominação colonial que ocorre através de ações descaradas, que gritam que existe um limite riscado pelo colonizador de até onde o colonizado pode ir.

De acordo com Quijano (1992), como o poder dos colonizadores era algo distante dos dominados, criou-se um imaginário sobre os conhecimentos e significações provenientes dos europeus que levou ao desenvolvimento de um desejo envolvendo a cultura europeia. O continente europeu passa a habitar a imaginação do colonizado, que logo compreende que para se desatar das vestes de "selvagem", deve correr até a linha de chegada da civilização. A dominação ocorre pela crença da cultura europeia como um modelo universal de cultura, que também depende do desejo que o colonizado alimenta ao ver o poder que a Europa detém (Quijano, 1992).

Ao longo dos séculos, o colonizado é levado a acreditar que ao replicar os padrões ditados pelo colonizador, diminuindo a sua própria cultura, estaria mais próximo de alcançar o objeto de desejo. Mas, por mais que continuassem tentando, a linha de chegada que os transformaria de selvagens em civilizados continuava distante. Anteriormente existiam diferentes mundos, mas a partir do colonialismo, somente uma forma de mundo passou a ser aceita. “Aniquila-se” tudo o que diverge do que é masculino, branco e cristão. Uma tríade cujos elementos já agiam ao longo dos séculos, mas é com a ação colonial que juntos se tornarão a face do vencedor.

É Galeano (2021) quem fala em vencedores e perdedores. Eles, os vencedores, mesmo com o término da ação colonial, continuam vencendo porque até o presente encontramos marcas do que eles acreditam, das suas crenças que eles conseguiram transformar em nossas crenças. Nós, fruto da violência e da resistência, aqueles que não conhecem o seu passado, pois a história conhecida foi escrita pelos que venceram. É assim que continuamos perdendo, precisamos acordar deste sonho dentro do sonho do colonizador.

A colonialidade é a marca do colonialismo nos dias atuais, é a atuação do poder dos colonizadores no interior da sociedade, ainda que o Brasil como colônia portuguesa tenha terminado em 1822. A explicação sobre a colonialidade por Quijano (1992, p. 11) é o estabelecimento de “uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes”, como um produto do sistema estruturado no século XVI, que continua reprimindo e controlando através de uma relação de dominação.

O eurocentrismo é elementar para compreender como a colonialidade se estrutura. O hemisfério ocidental é forjado de acordo com a crença da superioridade da Europa, a partir da farsa do europeu que teve a obrigação de desenvolver as “sociedades primitivas” durante a expansão marítima (Dussel, 2005). A personagem do herói civilizador europeu é um elemento central da história das nações sob o domínio do poder colonial, sendo os atos de extrema violência contra as sociedades indígenas e africanas como algo necessário na guerra justa colonial, como explica Dussel (2005):

Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera) (Dussel, 2005, p. 29).

A modernidade é mais um elemento que fortalece a visão da Europa como o centro da história mundial. Dussel (2005) explica que no conceito difundido, a modernidade é vista conforme um momento de uma sequência espacial-temporal que tem a Europa como único propulsor deste processo. “Chamamos a esta visão de ‘eurocêntrica’ porque indica como pontos de partida da ‘Modernidade’ fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo” (Dussel, 2005, p. 27).

Dussel (2005, p. 28) aponta como o eurocentrismo situa a América Latina “como a ‘outra face’, dominada, explorada, encoberta” no contexto da modernidade. Para

Quijano (2005), o eurocentrismo é a racionalidade específica da dominação colonial e continua relevante dentro das dimensões que envolvem o poder mundial. Com todo o imaginário criado sobre a América, o autor afirma que surge um novo espaço/tempo na dimensão social, com a América sendo classificada como uma “mudança histórica” e a “mudança do mundo como tal” (Quijano, 2005, p. 113).

### 2.3 A ilusão

O poder da colonialidade estrutura a prisão em que o Sul Global se encontra, uma vez que “consiste, antes de tudo, em uma colonização do imaginário dos dominados. Ou seja, atua na interioridade desse imaginário. Em certa medida, é parte dele.” (Quijano, 1992, p. 12). Entender a colonialidade a partir do poder é fundamental para compreender como a dominação atua no interior da sociedade.

Para Han (2019), o poder é um fenômeno da continuidade, como um ponto essencial ao tratar a lógica do poder de acordo com a liberdade, e não com o modelo de causalidade. Esta lógica é abordada seguindo a relação entre o ego e o alter, “o poder do ego alcança seu máximo justamente quando o alter obedece a sua vontade a partir de sua própria vontade” (Han, 2019, p. 16). A continuidade está relacionada ao poder como uma possibilidade, uma vez que o poder “fornece ao poderoso um amplo espaço do *self*” (Han, 2019, p. 18, grifo do autor). O poder está associado à continuidade do sentido e à continuidade do *self*, ele articula o mundo ao possibilitar que as coisas partilhem de sentido (Han, 2019). Assim, as estruturas do poder da colonialidade estão associadas ao sentido da colonização em si. Para Césaire (2020), a colonização é responsável pela coisificação, que “[...] desumaniza até o homem mais civilizado” (Césaire, 2020, p. 23). O sentido elegido para justificar a violência do colonialismo é que o colonizador está levando a salvação e o desenvolvimento aos colonizados (Césaire, 2020; Fanon, 1968).

Para Fanon (1968), o monólogo da burguesia colonialista é narcisista, em relação ao subjugamento do colonizado e ao narcisismo estar associado a uma aparência de superioridade e singularidade (Lowen, 1993). É interessante Fanon falar na personalidade narcisista, pois o próprio mito de Narciso na mitologia grega também aborda questões como a imagem e a água, que são pertinentes ao cerne desta pesquisa. Em uma das versões sobre Narciso na mitologia grega, o rapaz é castigado pela deusa Némesis por desprezar o amor de diversas ninfas, incluindo a ninfa Eco que após ser rejeitada transmutou-se em

um resquício de voz que se propaga pela solidão (Grimal, 2005). O fim de Narciso ocorre após os pedidos de vingança das jovens desprezadas:

Nêmesis ouviu-as e fez com que, num dia de grande calor, depois de uma caçada, Narciso se debruçasse sobre uma fonte para se dessedentar. Nela viu o seu rosto, tão belo e imediatamente ficou apaixonado. A partir de então, tornou-se insensível a tudo o que o rodeia, debruça-se sobre a sua imagem e deixa-se morrer (Grimal, 2005, p. 322).

Narciso se perde em sua própria imagem refletida, o que resulta em sua entrega total à ilusão formulada, devido ao desejo em ter mais e mais da imagem que ele vê refletida na água. Todo o desejo faz o momento da contemplação ir além, naquele instante a “sua própria imagem é o centro do mundo. Com Narciso, para Narciso, é toda a floresta que se mira, todo o céu que vem tomar consciência de sua grandiosa imagem” (Bachelard, 1998, p. 26-27).

**Figura 5** - Pintura "Eco e Narciso" de John William Waterhouse (1903).



**Fonte:** Waterhouse (1903).

A ilusão formada pelo individualismo dos colonizadores é como o reflexo de Narciso nas águas, é uma imagem idealizada e formulada centrada em si mesmo. Mas, esta imagem também apresenta poder sobre os situados ao seu redor, pois, por mais que a imagem seja uma ilusão, algo que existe apenas na consciência, ela é uma relação (Sartre, 1996) que tem impacto sobre algo ou alguém. Lowen (1993) explica que os narcisistas se empenham para obter controle e poder, sendo que o narcisismo pode descrever tanto uma condição psicológica como uma condição cultural:

Em nível cultural, o narcisismo pode ser considerado como perda de valores humanos – uma ausência de interesse pelo meio ambiente, pela qualidade de vida, pelos seres humanos seus semelhantes. Uma sociedade que sacrifica o meio ambiente natural em nome do lucro e do poder revela sua insensibilidade

em face das necessidades humanas (Lowen, 1993, p. 09). O monólogo narcisista apontado por Fanon (1968) também engloba o grau de irrealidade que o narcisismo denota no indivíduo e na cultura (Lowen, 1993). Nessa irrealidade é construída uma imagem, uma ilusão, por meio das ações da burguesia colonialista, em que o colonizador acredita estar vivendo “uma epopeia, uma odisseia” (Fanon, 1968, p. 38).

Quando Quijano (1992, p. 18) dispõe que “a Europa se pensava como um espelho do futuro de todas as outras sociedades e culturas”, é possível associar à discussão sobre a dialética do narcisismo do “ver e mostrar-se”, proposta por Bachelard (1998, p. 23), que instiga “ao ser diante do espelho pode-se sempre fazer a dupla pergunta: para quem estás te mirando? Contra quem estás te mirando? Tomas consciência de tua beleza ou de tua força?”.

Ao citar Louis Lavelle<sup>9</sup>, Bachelard (1998) explica que os espelhos são instrumentos que não proporcionam a mesma contemplação da imagem gerada pelas águas:

[...] Louis Lavelle observou a natural profundidade do reflexo aquático, o infinito do sonho que esse reflexo sugere: ‘Se imaginarmos Narciso diante do espelho, a resistência do vidro e do metal opõe uma barreira aos seus desígnios. Contra ela, choca a fronte e os punhos; e nada encontra se lhe der a volta. O espelho aprisiona em si um segundo mundo que lhe escapa, no qual ele se vê sem poder se tocar e que está separado dele por uma falsa distância, que pode diminuir mas não transpor. A fonte, ao contrário, é para ele um caminho aberto...’ O espelho da fonte é, pois, motivo para uma *imaginação aberta*. O reflexo um tanto vago, um tanto pálido, sugere uma idealização. Diante da água que lhe reflete a imagem, Narciso sente que sua beleza *continua*, que ela não está concluída, que é preciso concluí-la (Bachelard, 1998, p. 24, grifo do autor).

O reflexo da água proporciona uma liberdade à imaginação de Narciso. Com a rigidez do espelho, a imagem refletida é inalcançável e para Narciso restaria somente o *ser* belo. Mas, a água o permite *ter* um mundo de possibilidades; ele idealiza e passa a viver nesse mundo ilusório: “Então Narciso já não diz: ‘Amo-me tal como sou’, mas sim: ‘Sou tal como me amo’” (Bachelard, 1998, p. 25). A ilusão tem o poder de propor uma continuidade da beleza de Narciso.

## 2.4 Poder, espaço e domínio

Bachelard (1998, p. 200) afirma que “tudo é eco no universo”. O mundo colonial se desdobra em si e tem impacto sobre o futuro dos países do Sul Global com a colonialidade, a violência que constitui o colonialismo ultrapassa o seu espaço-tempo e

---

<sup>9</sup> Gaston Bachelard cita a obra “Verrmr de Narcisse” (O erro de Narciso, em português) de Louis Lavelle.

se faz presente na vida dos dominados nos tempos atuais. Assim, a matriz colonial apresenta a sua própria construção de significação e sentido.

Para Han (2019), o poder se dá por um domínio, em que a sua lógica remete a um sentido construído a partir de uma relação ou de uma construção de relações: “A, B ou C ficam sem sentido, quando se rompe a construção que os mantém unidos. Também pode acontecer com uma palavra, caso ela fique toda esvaziada de referência, de perder totalmente o sentido” (Han, 2019, p.51-52). E, nesta construção de relações ocorre a significância do objeto/sujeito em questão, o que contribui para a complexidade existente entre o poder e o sentido:

O poder gera significância na medida em que forma um horizonte de sentido a partir do qual as coisas são interpretadas. Só em vista do poder elas se tornam significativas, só em vista do poder obtêm um sentido. A relação com o poder é constitutiva do sentido. (Han, 2019, p.56-57).

O poder é responsável pela formulação de um horizonte de sentido ao estabelecer um domínio. Assim, o mundo da colonialidade está no espaço estabelecido pelo poder, no domínio que é configurado em forma de continuidade, como uma força gravitacional que atrai e coloca todos sob seu domínio (Han, 2019). Ao descrever o poder em uma lógica de continuidade, Han (2019) estabelece o espaço-poder, uma vez que “o poder gera um *lugar* em que as relações *singulares* de poder estão pré-armazenadas” (Han, 2019, p. 38-39, grifo do autor). O espaço-poder é estruturado a partir do modo que o self se assegura, ou seja, ele reflete a subjetividade daquele que detém o poder (Han, 2019).

Quando Fanon (1968) nos diz que “o colonizado se eterniza num sonho que é sempre o mesmo”, devemos lembrar que este sonho também continua se perpetuando por meio das narrativas históricas que contam os fatos do passado segundo o ponto de vista do dominador, do colonizador. Segundo Chakrabarty (2008), o poder de ordenar também se encontra sob os historiadores, pois são eles quem organizam as realidades históricas.

Para explicar a organização das realidades históricas, Chakrabarty (2008) menciona a seguinte citação do ensaio do historiador estadunidense Hayden White: "os fatos históricos são politicamente domesticados na medida exata em que são impedidos de exibir de fato o aspecto do sublime que Schiller lhes atribuiu neste ensaio de 1801" (White, 1997 apud Chakrabarty, 2008, p. 146). O aspecto sublime destacado vem da perspectiva de algo que por natureza é desordenado, e assim se torna constitutivamente incompreensível, como explica Chakrabarty (2008):

"O objeto sublime é de gênero duplo", escreve Schiller. "Ou o remetemos ao nosso *poder de percepção* [itálicos no original] e somos derrotados na tentativa

de formar uma imagem de seu conceito; ou o referimos ao nosso *poder vital* [itálico no original] e o vemos como um poder contra o qual o nosso se reduz a nada”. O belo, por outro lado, é algo que Schiller compara à “regularidade” de “um jardim francês” e pergunta: "Quem não prefere viver na desordem espiritual de uma paisagem natural do que na regularidade desdentada de um jardim francês?" No belo, "razão e sensualidade andam juntas". O sublime os separa (Chakrabarty, 2008, p. 147, tradução da autora).

É ao tentar domar esse aspecto "incompreensível" da história que, muitas vezes, a sistematização dos fatos históricos é realizada seguindo a ordem instituída pelo domínio da colonialidade. Associamos tal escolha pela organização da “confusão” correspondente ao sublime ao poder simbólico, determinado por Bourdieu (1989), como um “poder de construção da realidade”. O poder simbólico se encontra estruturado a sistemas simbólicos que, por sua vez, são “instrumentos de conhecimento e de comunicação”, e assim agem para estabelecer um “sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 1989). Os “fatos históricos politicamente domesticados” (Chakrabarty, 2008) formulam a realidade de acordo com os interesses dos agentes detentores de poder, como as produções simbólicas que agem como instrumentos de dominação (Bourdieu, 1989).

Sobre o comportamento simbólico, Tuan (1974) discorre sobre a capacidade dos seres humanos criarem processos mentais que afetam o meio:

Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. O meio ambiente artificial que construíram é um resultado dos processos mentais - de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomias e ciência. **Todas essas realizações podem ser vistas como casulos que os seres humanos teceram para se sentirem confortáveis na natureza.** Estamos bem conscientes de que os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente; a multiplicidade de culturas é um tema persistente nas ciências sociais (Tuan, 1974, pp. 15-16, grifo próprio).

Como os diversos mundos já construídos pelos seres humanos (Tuan, 1974), o mundo da colonialidade é feito em uma estrutura formulada pela mentalidade dos dominadores. Tal qual designa Bourdieu (1989, p. 118), “o mundo social é também representação e vontade”, a colonialidade é um mundo formulado conforme o desejo dos colonizadores. Este mundo é tecido de modo intrincado para que as classes dominantes continuem com o poder sobre o espaço, pois:

É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais (Quijano, 2005, p. 119).

Segundo Quijano (2005), na sociedade colonial, este grupo detentor de poder corresponde a uma pequena minoria branca cujos “interesses sociais eram explicitamente

antagônicos com relação aos dos servos índios e os escravos negros, dado que seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes” (Quijano, 2005, p. 123). Encontramos nesta relação, a estrutura do espaço-poder (Han, 2019) da sociedade colonial, que, de acordo com Quijano (2005), pode ser conceituada como uma dependência histórico-estrutural que atinge o processo político latino-americano. Estruturalmente, a perspectiva eurocêntrica escreveu a história das regiões sob o regime colonial, como explica Santos (2017):

É assim que a história se faz. Não podemos, assim, pensar um objeto que seria constituído de uma parte "real" e de uma parte "falsa". Também não podemos pensar numa totalidade, numa estrutura, numa essência que seriam formadas de uma parte "real" e uma parte "falsa", separadas uma da outra. E mais: tanto essa parte dita real, como essa parte dita falsa da estrutura têm um papel motor e estrutural (Santos, 2017, p. 127).

A negação sobre a pluriversalidade cultural da região amazônica faz parte do sistema de verdades do colonizador, em que o indígena, como o Outro, e todas as suas construções sociais são subjugados como primitivos. Para Dussel (1993), a conquista do continente americano está relacionada a um processo de “encobrimento do não-europeu”:

A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto [...] O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito cogitaum, europeizado, mas imediatamente “en-coberto” como o Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno “nasce” nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas. (Dussel, 1993, p. 36, grifo do autor).

Nesta projeção, destacamos dois pontos sobre a constituição de quem é o Outro no espaço invadido. O primeiro é a generalização de todos os não-europeus do continente americano em um único conceito. Para os conquistadores, aqueles que habitavam a América não eram indivíduos, não formavam sociedades, não tinham cultura. Eles eram apenas algo, uma coisa, uma representação da barbaridade e selvageria, e era assim que os viajantes das expedições à América descreviam os seus nativos (Gondim, 1994), como expõe Gerbi (2010) sobre o que o holandês De Pauw escreveu a partir dos relatos desses viajantes: “não é difícil antecipar a atitude de De Pauw em relação aos selvagens americanos: eles são animais, ou pouco mais que animais, ‘abominando as leis da sociedade e os obstáculos da educação’” (Gerbi, 2010, p. 53).

O segundo ponto, é a inferiorização daquilo que o Outro representava. Ele não era apenas diferente, e muito menos o oposto do europeu, na verdade, ele estava muito aquém, como explica Castro-Gómez (2005):

A característica deste primeiro estágio é a selvageria, a barbárie, a ausência completa de arte, ciência e escrita. “No princípio, tudo era América”, ou seja, tudo era superstição, primitivismo, luta de todos contra todos, “estado de natureza” (Castro-Gómez, 2005, p. 84).

Sobre esta questão, Nunes (2007) expõe o pensamento do etnólogo francês Lucien Lévy-Bruhl que considerava “que esses ‘primitivos’ tinham uma mentalidade diferente da nossa, chamada ‘pré-lógica’, não-lógica porque antecede a lógica” (Nunes, 2007, p. 288). Assim como o poder forma um “horizonte de sentido” (Han, 2019), o colonizador é responsável por formular um horizonte de exclusão das sociedades indígenas e, posteriormente, da população africana levada ao Brasil Colônia.

Os autores Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) acreditam que a repressão dos conhecimentos dos povos originários seja uma das piores heranças do colonialismo, “a inferiorização do outro é condição da sua colonização e, assim, houve um enorme desperdício de conhecimentos implicados nos fazeres dos povos que aqui habitam” (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 199). Tal herança corresponde à constituição da hegemonia do pensamento moderno ocidental. É a interiorização das estruturas de dominação do colonizador na vida do dominado, que persiste por meio da colonialidade ao dividir o que é o “nosso” e o “deles” na perspectiva do pensamento ocidental (Said, 2007).

No contexto do espaço urbano, o poder pode ser compreendido como um fenômeno que atua na liminaridade da relação dos sujeitos sociais com a significação e a produção de espaço, haja vista que a constante reorganização espacial é resultado das articulações entre os interesses e estratégias de determinados sujeitos sociais que detém poder sob a produção de espaço urbano (Corrêa, 2004). As relacionidades inerentes ao espaço são apontadas por Santos (2017) como “[...] a base em que os sistemas de objetos se constroem e obtêm um significado” (Santos, 2017, p. 97). Segundo Santos (2017), o espaço se constrói influenciado por um feixe de relações, podendo resultar em um padrão espacial que é percebido morfológicamente e funcionalmente. Como resultado temos lugares dentro de um lugar, construídos pela intersecção de relações sociais.

Ao longo do tempo, os lugares constituem-se a partir de diferentes significados. Os processos espaciais condizem a um período histórico que por sua vez, corresponde a objetos e técnicas, cujas condições relacionais resultam em mudanças de significação, uma vez que “é o espaço considerado em seu conjunto que redefine os objetos que o formam.” (Santos, 2017, p. 97). A cidade mostra o passado em formas e fenômenos urbanos, uma vez que o espaço carrega os objetos produzidos ao longo do tempo.

Entende-se que a complexa relação entre o indivíduo e a cidade está integrada a uma rede de significados e valores, sendo estes um produto da intervenção humana ao

longo do tempo na cidade, remetendo à história do desenvolvimento da cidade de Macapá. Assim, levantamos a possibilidade em compreender as nuances que entrelaçam o ser humano e a natureza, na perspectiva das relações entre a cultura e o meio ambiente em determinado lugar (Tuan, 1974). Por nuances, entenda-se as particularidades que influenciam no desenvolvimento da cidade de Macapá, as singularidades sustentadas pelas significações que se resultam em uma materialidade, na produção e transformação do espaço urbano.

Para o entendimento destas nuances, é essencial situar momentos históricos do desenvolvimento urbano da cidade de Macapá que foram atravessados pelo discurso civilizatório, a origem do seu núcleo urbano atravessada pela lógica colonial e a criação do Território Federal do Amapá pautada por políticas colonialistas. Sendo que tais momentos estão conectados a água pela sua relevância nos determinados períodos, no colonialismo havia a importância em deter controle sobre o rio Amazonas, enquanto as transformações realizadas pelas políticas territoriais levaram a população inferiorizada a habitar o caminho das águas.

### 3. A CIDADE COMO VÍNCULO ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO

*“A beleza da coexistência é uma dádiva para mim. E não quero me esquecer disso”*

(bell hooks)

O sublime que existe entre as formas urbanas e os processos sociais move essa pesquisa. A cidade é o resultado da interação entre lógicas evocadas por sujeitos sociais, através de valores de determinada sociedade que ecoam e se materializam no espaço. A origem de Macapá ocorre em 1758, logo, para entender as lógicas que perduram na cidade, é preciso compreender a história do espaço através das temporalidades que marcam a produção do espaço (Lefebvre, 2006). A cidade é forjada em um vínculo entre o abstrato e o concreto, em um vínculo formulado em perpétuo movimento por ser formado pelas complexidades das relações do espaço social (Lefebvre, 2006).

A cidade como artefato de uma sociedade também carrega a questão urbana, com as problemáticas que surgiram como as transformações nos modos de produção. E quando novas visões sobre as mudanças nos sistemas de produção e nas estruturas sociais surgem no horizonte da discussão científica, o processo de transformação das cidades também pode ser entendido em um novo olhar.

A proposta deste capítulo é discutir o espaço urbano na perspectiva do fim do mundo, uma alusão à obra “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak (2020) que se mostra muito pertinente em face à perspectiva apresentada pela discussão do Antropoceno. Até porque as cidades amazônicas podem enfrentar futuros que continuam sendo desenhados na persistência da exploração de combustíveis fósseis e na construção de novas hidrelétricas na Amazônia.

A preocupação sobre o futuro do planeta em face às mudanças climáticas é uma questão que vem sendo discutida cada vez mais pelos líderes mundiais. Com a recente retomada da competência do governo brasileiro em representar a democracia e a ética quanto às reais questões do país, há um retorno do trabalho sobre os cuidados e potencialidades da Amazônia brasileira, tanto que o presidente Lula declarou a meta de zerar as áreas desmatadas da floresta amazônica até 2030 (G1; GloboNews, 2023), contudo há muita contradição devido às ações voltadas à exploração de petróleo na foz do rio Amazonas.

Com as novas consequências acerca da crise climática do nosso planeta, as sociedades serão cada vez mais comandadas pelos efeitos dos desequilíbrios nas dinâmicas ambientais do planeta (Marques, 2015). Muitos desafios já se encontram presentes no cotidiano de uma grande parcela da população, de acordo com o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), entre 3,3 bilhões a 3,6 bilhões de pessoas vivem em condições de alta vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas.

Em nosso horizonte temos um colapso ambiental em andamento (Marques, 2015), em função da ação antrópica dos últimos dois séculos que transformou drasticamente as condições físicas, químicas e biológicas do planeta Terra. Nas últimas décadas, o pensamento ecológico trabalha com a ideia de como a humanidade passou do Holoceno, uma era em que se predominavam dinâmicas ambientais em equilíbrio, para uma nova era em que atingimos níveis ambientais perigosos à vida humana, com mudanças climáticas e rupturas nos ecossistemas (Marques, 2015; Mendes, 2020). Acredita-se que toda essa transformação provocou o surgimento de uma nova era geológica no planeta, o Antropoceno<sup>10</sup>.

O contexto da cidade na discussão da crise ambiental ocorre pois a urbanização e o meio ambiente possuem uma relação direta. A urbanização demanda uma concentração de indivíduos e atividades sobre um espaço restrito, fazendo com que ocorra necessariamente a degradação do meio ambiente (Jatobá, 2011). O século XXI vivencia uma urbanização acelerada, sendo estimado que 68% da população mundial viverá em cidades no ano de 2050 (UN-HABITAT, 2022). Se, atualmente, as cidades são tomadas por enchentes, chuvas intensas, ondas de calor, além de outros fenômenos, em decorrência das alterações na temperatura e no clima do planeta, Jatobá (2011) estima que os desastres naturais se intensifiquem nas áreas urbanas, ocorrendo em uma proporção cada vez maior e mais grave, à medida que a urbanização cresce e a população urbana expande.

---

<sup>10</sup> O termo foi proposto pelo biólogo Eugene Stoermer em 1980, mas somente foi popularizado a partir dos anos 2000 com Paul Crutzen, vencedor do Nobel de Química: “[...] Crutzen e Stoermer propuseram, no âmbito do congresso do International GeosphereBiosphere Programme (IGBP), em Cuernavaca, em 2000, e em seguida num texto de 2002, unicamente de Crutzen, o reconhecimento do advento de uma nova época geológica, o Antropoceno, caracterizado pelo fato de que, no conjunto de forças biogeofísicas que moldam o sistema Terra, a força da ação antrópica prevalece sobre as forças geradas por fatores não humanos” (Marques, 2015, p. 398).

Enquanto as cidades se expandem, também aumentam a segregação socioespacial e a desigualdade em relação a mobilidade urbana e infraestrutura urbana. Nas áreas urbanas, as populações que habitam as zonas periféricas são mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas do que as situadas em áreas centrais (IPCC, 2022). Além disso, atualmente já são mais de 5 milhões de famílias brasileiras que vivem no meio urbano em condições de moradia precárias ou que não possuem qualquer moradia (Fundação João Pinheiro, 2021).

Mas, para olhar para o futuro das cidades, é preciso compreender as marcas herdadas. O tempo é um elemento inexorável à compreensão dos processos que envolvem a cidade e sua identidade, pois segundo Lamas (2004, p.111), “o tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico”. Para entender o espaço concebido na atualidade é necessário observar tais momentos decisivos, pois, segundo Santos (2001), ao criar e depositar objetos em um determinado lugar ocorre a imposição de determinados ritmos à sociedade:

[...] esses objetos impõem à sociedade ritmos, formas temporais do seu uso, das quais os homens não podem se furtar e que terminam, de alguma maneira, por dominá-los. [...] Os objetos nos comandam de alguma maneira, mas esse comando dos objetos sobre o tempo consagra, no meu modo de ver, essa união entre o espaço e o tempo, tal como nós geógrafos o vemos [...] (Santos, 2001, p. 22).

Conforme Pesavento (2005), ao trabalharmos com as representações de espaço-tempo que a cidade oferece é interessante dedicar-se a duas formas específicas de apropriação do urbano relacionadas ao passado, a memória e a história. A autora indica como é possível prender o tempo através de uma narrativa sobre fatos passados, de modo que o seu discurso passa a compreender um caráter de permanência. Para repassar essa temporalidade apreendida é necessário que ocorra um processo em que a objetividade do *tempo escoado* (como a autora denomina) seja transformado em subjetividade, em que o indivíduo que a recebe possa compreender as significações dos seus discursos e imagens; desta maneira, os acontecimentos são fixados associados com a atribuição de significados. Para Pesavento (2005), o processo de criação de memória no contexto do espaço urbano compreende as esferas do mundo material e imaterial:

Este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época [...] (Pesavento, 2005, p. 11).

A autora discorre sobre a necessidade de apreender as diferentes temporalidades existentes na história de determinado espaço urbano, cuja relevância seria tão notória quanto a reflexão sobre as formas construídas que permaneceram no espaço e foram capazes a resistir a passagem do tempo, pois, assim há o reconhecimento de “um lugar no tempo” (Pesavento, 2005, p. 11).

### **3.1 Antropoceno: industrialização e urbanização**

A crise urbana é uma questão que vem sendo discutida há décadas. Segundo Lefebvre (2001), o ponto de partida para discutir a “problemática urbana” está no processo de industrialização, considerando-o o indutor de questões relacionadas ao desenvolvimento da realidade urbana. Falar do processo de transformação das cidades é abordar as mudanças drásticas que ocorreram nas estruturas sociais ao longo dos séculos XIX e XX, além de situar a questão do Antropoceno em meio a abordagem sobre o urbano.

A discussão sobre o termo Antropoceno é considerada recente, mas, segundo Marques (2015), a ideia sobre o poder das atividades humanas no planeta ser mais decisivo que as forças não antrópicas existe há mais de dois séculos. O impacto das atividades humanas aumentou drasticamente por volta da década de 1950, no período pós-Segunda Guerra Mundial, período em que “o capitalismo atinge sua Idade de Ouro” (Marques, 2015, p. 393). Steffen *et al.* (2011) explica que este momento é também conhecido por “Grande Aceleração”, em que a população mundial triplicou enquanto a economia global e o consumo material cresceram de modo ainda mais rápido, provocando mudanças sem precedentes na história.

Há mais de 3 mil anos antes de Cristo, as cidades sumerianas já eram capazes de abrigar dezenas de milhares de pessoas (Benevolo, 2019), então é importante frisar que a reflexão de Lefebvre (2001) sobre a industrialização marcar o surgimento da sociedade urbana é diferente do estudo sobre a origem das cidades.

Ora, a Cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização (Lefebvre, 2001, p. 11).

O que a industrialização transforma é esse entendimento da cidade como obra, porque, com o surgimento do capitalismo, há uma ruptura do sistema urbano

preestabelecido e a cidade e a realidade urbana, que antes dependiam do valor de uso, tornam-se subordinadas ao valor de troca (Lefebvre, 2001). É o ponto de mudança da perspectiva da cidade como obra para, aos poucos, durante as posteriores transformações do capitalismo, passar a ser vista como produto.

Desta maneira, a cidade contemporânea abrange uma produção de espaço urbano que segue as necessidades do capital, o que, segundo Carlos (2007), leva a cidade a uma nova relação espaço-tempo, uma vez que tanto o espaço como o tempo são transformados em quantidade na sociedade capitalista, sendo esvaziados de significado. Na década de 1960, Jane Jacobs (2011) já direcionava a crise urbana ao poder do capital nas cidades, em sua obra “Morte e vida das grandes cidades” a decadência das cidades está relacionada a “nova urbanização inurbana”, em que as formas urbanas passam a ser o resultado da imposição do capital para que a cidade supra uma função econômica.

O significado da cidade se torna um reflexo de articulações que tratam a cidade como mercadoria, pois a produção do espaço urbano ocorre de acordo com os interesses dos agentes sociais detentores de poder. Assim, de acordo Corrêa (2004), quem tem poder para transformar o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, restando aos grupos sociais excluídos somente as consequências da constante reorganização espacial esvaziada de função social, sem acesso ao direito à cidade.

### **3.2 A cidade na história**

A cidade traz a presença dos tempos através da sua materialidade, Milton Santos (2001) afirma que o espaço reúne formas e objetos que representam determinadas técnicas, e que assim também mostram a presença dos tempos que permanecem. Também existem os tempos que já se foram, mas que são considerados na história da cidade por serem periodizações que constituíram a paisagem urbana, em uma “acumulação de tempos desiguais” que permite compreender como cada sociedade construía o seu tempo, de acordo com uma passagem “dos tempos justapostos aos tempos superpostos” (Santos, 2001). Nota-se como a cidade mostra o imbricamento de periodizações que constroem a sua história sobre as mudanças no espaço:

Se considerarmos a história do espaço e do tempo ao longo da História, vamos ver que ela é o passar de momentos que se propuseram justapostos, isto é, em que cada sociedade que criava o seu tempo através de suas técnicas, através do

seu espaço, através das relações sociais que elaborava, através da linguagem que conjuntamente criava também, [...] (Santos, 2001, p. 21).

A discussão sobre o tempo se torna muito particular no desenvolvimento desta pesquisa. De acordo com Roncayolo (2016), na relação com a cidade os lugares passam a ter vínculos de observação e reflexão criados com resistências e mutações. Os lugares não se encontram isolados, mas são dotados de relações com elementos externos, sendo “ocasião de encontros, travessias ou mesmo confrontos” (Roncayolo, 2016, p. 12). O imbricamento entre espaço e tempo na história da cidade formula um microcosmo, um universo que pertence a cada cidade, de acordo com as suas características e particularidades.

No Egito Antigo<sup>11</sup>, a organização das cidades refletia a persistência/continuidade do poder do soberano além da morte. Benevolo (2019) explica que monumentos eram construídos para simbolizar a sobrevivência do soberano, ao garantir um lugar para a conservação do seu corpo e dos seus bens, o seu poder também continuava em prol da comunidade. Existiam dois tipos de cidades, uma habitada pelos mortos, caracterizada como “divina e eterna”, e a outra de caráter “transitório”, sendo a cidade dos homens. O autor afirma que não encontrou ligação entre as realidades da cidade divina e a humana, e sim um contraste entre elas, a cidade divina era construída para que fosse vista longínqua no horizonte da cidade dos vivos, sendo uma presença monumental do tempo dos vivos. Desse modo, as duas cidades existiam em sinergia uma com a outra, que resultava em uma cidade com contrastes, que permanecia imutável e sólida através do tempo.

A ordem nas cidades da Grécia Antiga<sup>12</sup> condizia ao desenvolvimento da vida social de modo organizado. Benevolo (2019) afirma que a liberdade coletiva do corpo social somente era viável a partir de um determinado tamanho da população, de modo que se a população da cidade aumentasse, seria necessário a formação de uma nova colônia para controlar a quantidade de habitantes. “A população deve ser suficientemente numerosa para formar um exército na guerra, mas não tanto que impeça o funcionamento da assembleia [...]” (Benevolo, 2019, p. 93). Na relação com o tempo, a cidade se manteria duradoura seguindo as principais características de “unidade, articulação, equilíbrio com

---

<sup>11</sup> O Egito Antigo é marcado pela civilização que habitou as margens do Rio Nilo no período entre os anos de 3200 a.C a 32 a.C, quando se iniciou o domínio do Império Romano.

<sup>12</sup> Período que abrange do século XIV ao século IX a.C na história grega, desde o Período Homérico até o fim da antiguidade.

a natureza e limite de crescimento” (Benevolo, 2019, p. 98). Assim, o tempo seria entendido de acordo com a ordem presente na cidade, em como ela conseguia ser uma unidade coesa e ao mesmo tempo articulada.

No Império Romano<sup>13</sup>, a sua capital é formada a partir de uma pequena cidade na região fronteiriça do território etrusco. Roma tornou-se capital devido ao desenvolvimento socioespacial implicado pela unificação política do mundo mediterrânico: “Roma não é uma capital escolhida, mas uma capital obrigada, porque o império nasce da ampliação de uma cidade-Estado [...] é uma aldeia que se torna, pouco a pouco, uma cidade mundial” (Benevolo, 2019, p. 156). A origem da cidade dialoga com o seu contexto de fronteira, sendo o produto de uma necessidade política para deter controle e soberania.

A capital do império romano continuou crescendo e se manteve como uma “cidade aberta” até o século II d. C., sendo estimado que de 700 mil a um milhão de pessoas habitaram a cidade até meados do século III d. C. Com as mudanças políticas, a cidade passa a se transformar e apesar da arquitetura se manter esplêndida com novas construções, Roma não é mais reconhecida como o centro do mundo. Posteriormente, diante do mundo moderno, a percepção mudou e Roma passou a ser vista como uma cidade menor, como expõe Benevolo (2019, p. 204), “o diálogo entre essa cidade viva e a lembrança esmagadora da cidade morta anterior determina seu caráter e seu fascínio”.

Na Europa medieval, as cidades se adaptaram e passaram a apresentar um núcleo medieval muito vivo, ainda que considerados como ruínas, são uma parte do passado da cidade que se mantém integrado ao organismo urbano (Benevolo, 2019). De certa maneira, a cidade antiga ainda vive na cidade atual, a relação entre o tempo e a cidade também mostra complementaridades, o passado que existe na ruína medieval ainda é vivenciado. A cidade que um dia foi concebida como um todo tornou-se parte do todo da cidade atual.

O tempo tem o poder de lapidar a cidade em conjunto com as subjetividades do seu contexto histórico. Ao abordar a passagem do tempo nas cidades, Benevolo (2019) utiliza denominações como cidade viva e cidade morta, cidade transitória e cidade divina, para descrever a história das cidades. O Egito com a cidade humana, efêmera, e a cidade

---

<sup>13</sup> Período entre 27 a.C. e 476 d.C da civilização romana.

dos deuses, eterna, ou Roma tendo o seu atual tecido urbano classificado como a parte vida da cidade, e as ruínas da antiga sendo a morta.

As cidades como eterna, efêmera ou morta são definidas de acordo com a percepção do autor sobre o espaço e o tempo inerentes a elas. Definições que mostram as essências dessas cidades de acordo com a percepção de Benevolo (2019), mas que não limitam o entendimento da complexidade dessas cidades, pois sendo a cidade como um mundo, dentro da fenomenologia de Merleau-Ponty, entende-se que: “O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (Merleau-Ponty, 2006, p. 14).

A própria categorização da realidade em oposições binárias é uma adaptação da mente humana sobre os diferentes níveis de experiências que o ser humano vivencia (Tuan, 1974), então falar em cidade viva e cidade morta, eterna e transitória, é mais um reflexo da experiência humana sobre o espaço, além de situar como a percepção é diferente em cada “relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividos’” (Merleau-Ponty, 2006, p. 01).

A segmentação da realidade pode ser realizada em diversas formas e arranjos, o que em uma cidade pode configurar uma dicotomia de opostos, como na cidade de Roma, em outra pode significar complementação, como as cidades do Egito Antigo em que a cidade dos mortos era construída na proximidade das cidades dos vivos, para ser vista situada no horizonte (Benevolo, 2019). A questão não é entender como as cidades diferem uma das outras, mas situar a dimensão sensível em que cada uma é formulada.

### **3.3 Cidade amazônica e colonialidade**

Como a colonialidade se faz presente no mundo social dos lugares atingidos pelo colonialismo, ela também é determinante no espaço social, no urbano e no cotidiano das cidades. Santos (2017) trata o espaço como uma forma-conteúdo: “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou” (Santos, 2017, pp. 24-25). Deste modo, podemos inferir que a colonialidade se encontra intrínseca ao espaço, imersa nas complexidades entre a ação e o meio que, segundo Santos (2017), apresentam

uma dinâmica cujo poder deforma, “como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar como espaço” (Santos, 2017, p. 95).

O peso do colonialismo no espaço é palpável. Santos (2017) discorre sobre o movimento entre a sociedade e o meio:

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente **instrumentalizado** por essa mesma sociedade (Santos, 2017, p. 233, grifo próprio).

Esta instrumentalização também é abordada por Lefebvre (2008, pp. 44-45), que afirma que o espaço é “um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo”. É como o espaço-poder descrito por Han (2019), em que as subjetividades refletidas são as deste “alguém” dominante, o que, no âmbito da colonização, resulta em “sociedades esvaziadas de si mesmas” (Césaire, 2020, p. 26).

Aimé Césaire descreve a colonização como “uma cabeça de ponte, em uma civilização, da barbárie que, a qualquer momento, pode levar à pura e simples negação da civilização” (Césaire, 2020, p. 21). E essa sociedade, que nega a civilização, é determinante na atribuição de conteúdo às formas espaciais. Para Santos (2017), a provisoriedade associada ao espaço ocorre justamente pela “intrusão da sociedade” nas formas-objetos que, por sua vez, compreendem a caracterização da paisagem, e ele continua:

Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (Santos, 2017, pp. 103-104).

A capacidade de mudança de significação dos sistemas de objetos é determinante para que o espaço consista em uma constante transformação, afinal, o espaço é “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2017, p. 21). E, uma vez que, os significados revelam-se de experiências acumuladas ao longo do tempo (Tuan, 1974), podemos inferir que a dominação colonial é responsável na construção de um mundo social com significados e espaços baseados em uma cisão da realidade (Fanon, 1968).

Assim, a produção de espaço é afetada pela significação derivada da colonização, e para vermos a sua força nas formas e arranjos espaciais, é necessário descentralizarmos o nosso olhar (Castro, 2019). A racionalidade herdada pelo mundo colonial permanece

embrenhada no imaginário social e atua nas mais diversas esferas das nossas experiências sociais, sobretudo, na vida das cidades. Portanto, é preciso ressaltar as colonialidades que ainda nos cercam, com o intuito de aprender a desaprender (Mignolo, 2008) a maneira em que o espaço é produzido.

Para Césaire (2020), é essencial vermos de forma nítida o que é a colonização:

A maldição mais comum nessa questão é a de ser enganado em sua boa-fé pela hipocrisia coletiva, perita em situar mal os problemas para melhor legitimar as odiosas soluções oferecidas.

Isso significa que o essencial aqui é ver com nitidez, pensar com nitidez, entender temerariamente, responder com nitidez à inocente pergunta inicial: o que, em seu princípio, é a colonização? É concordar que não é nem evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem expansão de Deus, nem extensão do Direito (Césaire, 2020, p. 10).

A busca por entender a essência da colonização é crucial para a compreensão das colonialidades que persistem, que foram herdadas pelos países do Sul. A proposta da discussão sobre a cidade de Macapá em uma perspectiva decolonial é uma busca pela desobediência epistêmica (Mignolo, 2018), para visualizarmos as estruturas de poder que se encontram inerentes à produção de espaço nas cidades amazônicas.

Ressaltamos que “reconhecer o plural, e singular em si mesmo, já é uma postura emancipatória por se contrapor a uma suposta universalidade do saber produzido no Ocidente” (Castro, 2018, p. 25). Mas devemos continuar no esforço da inversão do olhar sobre a razão colonial, para que possamos continuar nos libertando do passado colonial. Como determina Fanon (1968), o colonizado somente atravessa um momento de dominação, ele não se encontra domesticado; o colonizado está em permanente vigilância, à espera da sua libertação. Na relação entre o colonizador e o colonizado, a interiorização do imaginário (Quijano, 1992) ocorre aliada a formação do colonizador enquanto dominador. Desta maneira, entende-se como “o poder é um fenômeno da interioridade e da subjetividade” (Han, 2019, p. 108), pois é assim que o colonialismo se estabelece, pela sua imposição ao outro e sua interiorização na sociedade como imaginário. Afinal, a ilusão só existe se o *eu* Narciso contemplar o seu reflexo na água, é uma relação primordial, em que se necessita do outro para existir.

A dominação se embrenha e é cristalizada no imaginário do colonizado. A interiorização desta ilusão é uma das formas em que o poder possibilita que o europeu colonizador *se imponha* (Han, 2019) no interior do dominado. É desta forma que “o colono alimenta a cólera do colonizado e sufoca-a. O colonizado está preso nas malhas

apertadas do colonialismo” (Fanon, 1968, p. 40). A trama que o colonialismo entrelaçou é sólida e leva o dominado a lugares que existem sob o domínio do poder da colonialidade.

Como Said (2007) fala sobre o Orientalismo:

Não se deve supor que a estrutura do Orientalismo não passa de uma estrutura de mentiras ou de mitos que simplesmente se dissipariam ao vento se a verdade a seu respeito fosse contada. Eu mesmo acredito que o Orientalismo é mais particularmente valioso como um sinal de poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente [...] qualquer sistema de ideias capaz de permanecer imutável como conhecimento passível de ser ensinado [...] deve ser algo mais formidável que uma simples coletânea de mentiras. O Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática [...] (Said, 2007, p. 33).

A colonialidade não é estruturada somente pelo narcisismo dos europeus em uma irreabilidade construída a partir da sua fachada de superioridade (Lowen, 1993); ela também se impõe como alicerce de instituições de poder político e socioeconômico, de modo similar ao explicado por Said (2007). Portanto, a colonialidade é um emaranhado de práticas sociais com relações intersubjetivas e uma dependência estrutural (Quijano, 2005) na forma de um domínio (Han, 2019). A Amazônia inventada pelo reflexo narcisista da Europa se perpetua no imaginário mundial. O regime colonial pode ter terminado, mas a colonialidade do poder persiste (Quijano, 2005), conforme a história escrita pelo colono (Fanon, 1968).

A origem da cidade de Macapá se dá em função dos interesses dos colonizadores portugueses, a cidade se inicia pelo desejo de ocupar as Terras do Cabo Norte, que mais tarde configuraria o Amapá. Dada a natureza inundável da porção mais externa do Estado do Amapá (IEPA, 2008), a cidade de Macapá surge dentre áreas alagadas determinadas pelos regimes de marés e pela precipitação pluviométrica.

Como a apropriação do espaço natural de Macapá ocorreu em congruência com a dialética entre as relações sociais e espaciais, em que a produção do espaço seguiu as necessidades da máquina colonial, as formas de água também foram transformadas ao serem inseridas nesta matriz de poder e deixaram de existir em função da vida.

Ao falar sobre o entrelaçamento do rio com a cidade, não é sob uma ótica romantizada ou saudosista, e sim tratando da realidade socioespacial de Macapá enquanto uma urbe que atravessou os séculos, passando de uma cidade da floresta para depois ser uma cidade média (Trindade Júnior, 2021). Tratar das particularidades da cidade amazônica não é algo feito associado à sua localização absoluta, fisiográfica, mas pela sua identidade sociogeográfica (Trindade Júnior; Silva; Amaral, 2008). As cidades não

são originadas pela vitória do homem sobre os obstáculos, é um acúmulo de vivências e experiências no espaço, no entanto, cada uma tendo a sua própria dimensão dentro de um microcosmo de poder.

As forças que coexistem no jogo de poder que é o campo das cidades remetem a diferentes elementos. Tais elementos estão associados a ideia de forma e a ideia de tempo, que Milton Santos (1992) associa a um dos grandes problemas metodológicos inerentes à história das cidades e da urbanização, pois: “as formas, quando empiricizadas, apresentam-se seja como objeto, seja como relação a obedecer; e o tempo, é também necessário empiricizá-lo e precisá-lo, se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas” (Santos, 1992, p. 242). Santos afirma que há uma dificuldade em encontrar mediações entre o tempo e as formas:

Trabalhamos, de um lado, com algo que tem uma compleição material, que são as formas espaciais, ou uma compleição dos comportamentos compulsórios, que são as formas jurídicas e as formas sociais, e de outro lado com o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas da sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisa-las (Santos, 1992, p. 242).

Assim, para compreender o entrelaçamento da cidade com o rio nos voltamos ao entendimento das formas e do tempo, com o intuito de interseccionar as histórias da cidade e histórias do urbano; sendo o urbano conhecido como “o abstrato, o geral, o externo” e a cidade como “o particular, o concreto, o interno” (Santos, 1992, p. 242). A proposta desta seção é estabelecer as singularidades da produção de espaço urbano da cidade de Macapá que provém da relação humana com o rio Amazonas, com o intuito, quase como um devaneio, de prospectar uma metodologia de problematização do espaço urbano, ao alinhar a percepção dos interlocutores da pesquisa de campo às histórias da cidade e do urbano.

Tratar da razão colonial é situar a lógica da dominação que permanece no espaço, em que há essencialmente dois lados, os dominados e os dominadores. Mas, tratar do espaço em si, segundo Lefebvre (2006), é compreender que existe uma triplicidade nos processos espaciais: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. São considerados como três momentos que se mantêm em uma complexa instabilidade, pois eles se mantêm em movimento, “eles nunca são estáveis” (Lefebvre, 2006). O espaço é processo, é movimento. Ainda que o colonialismo tenha deixado a sua marca no espaço, tentaremos compreender e marchar além dessa pedra angular na história do espaço de cidades amazônicas como Macapá, de passado colonial, embrenhada por águas, imagens, signos e símbolos. Até que ponto o imaginário amazônida se inclui no

espaço? Se a sua relação atravessa a noção de forma e passa a ser conteúdo, quem forma o espaço?

#### 4. O PODER QUE PREENCHE O ESPAÇO DE MACAPÁ

*“Os brancos não sabem sonhar, é por isso que destroem a floresta desse jeito”*

(Davi Kopenawa)

A cidade é uma construção histórica e representa a cristalização das atividades humanas. Um lugar que surge de acordo com as particularidades da ação do ser humano no espaço, pode ser a defesa do território recém delimitado, pode ter relações com as atividades econômicas ou com as suas condições de abrigo em face a determinadas condições geográficas. A cidade é um querer, um reflexo do que o ser humano, de modo individual ou em grupo, busca para si.

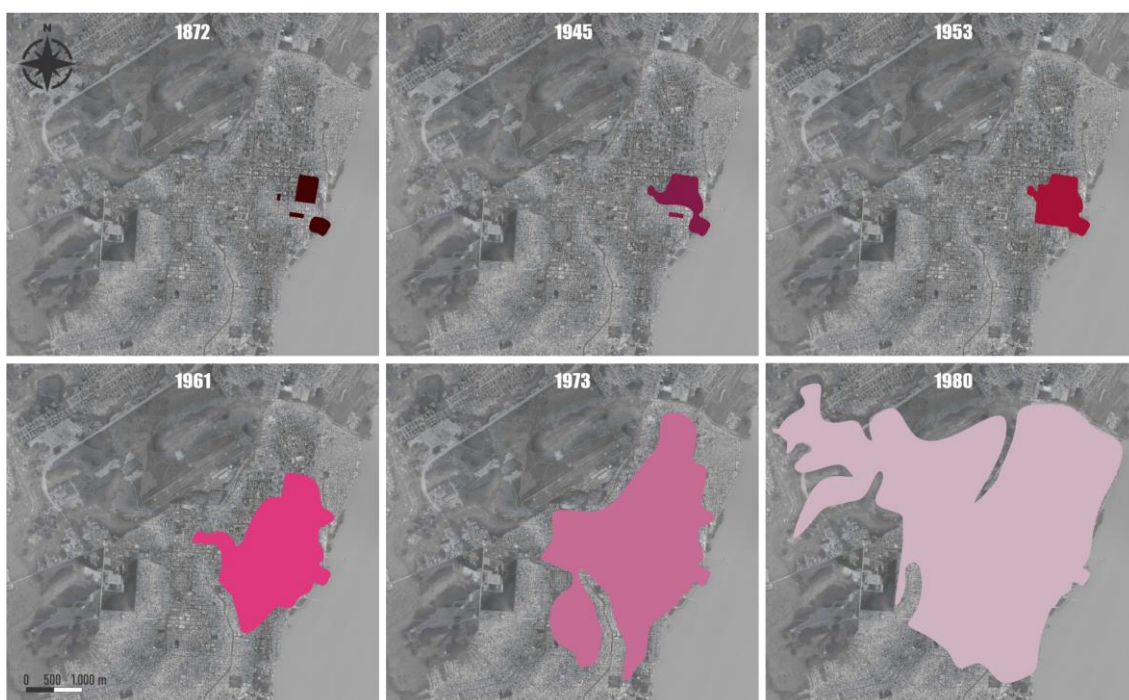
A relação indissociável do urbano e do cotidiano são elementos essenciais à produção do espaço social (Lefebvre, 2008). O entrelaçamento entre a percepção e a produção do espaço urbano tem a subjetividade do ser humano como ponto em comum, trabalhando com as estruturas sociais que são construídas com suas próprias temporalidades à medida que o espaço passa a ser apropriado pelos indivíduos. O indivíduo apresenta uma relação com a cidade de pertencimento em que o ser humano é caracterizado, segundo Roncayolo (2016, p. 12), como “uma testemunha privilegiada, não por sua neutralidade, mas por sua subjetividade em escalas cada vez mais variáveis”.

A cidade existe em função dos sujeitos sociais, sendo afetada pelas lógicas de poder que os envolvem. Segundo Lefebvre (2008), o espaço não detém uma lógica própria, “não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno” (Lefebvre, 2008, p. 56), a produção de espaço, com as suas contradições e conflitos, é influenciada pelos processos intrínsecos à sociedade. O espaço não é formulado por alguma racionalidade ou lógica interna, mas do conteúdo prático e social.

O espaço concebido é a representação do espaço, é o espaço através da ótica do dominante. Lefebvre (2006) enfatiza como o espaço concebido esmaga o espaço vivido, é a representação do espaço que mostra de modo mais expressivo o contraste existente entre o poder dos agentes sociais que produzem e consomem o espaço urbano. Segundo Corrêa (2004), o espaço urbano não é um espaço abstrato com processos aleatórios que atuam em sua formulação, é um produto social resultado da complexidade inerente à relação dos agentes sociais. Sendo um produto da sociedade capitalista, o espaço urbano é “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 2004, p. 11).

Neste campo de lutas, os agentes sociais detêm diferentes tipos de poder. Os agentes detentores de poder, possuem controle sobre o imaginário que é perpetuado no espaço social, ainda que ocorram as vivências que estimulam o espaço vivido, porém, historicamente, este espaço continua sendo esmagado pelo concebido. Deste modo, neste capítulo, a proposta é analisar o conteúdo que formula o espaço social de Macapá ao longo da sua formação enquanto cidade. A Figura 6 mostra a evolução urbana de Macapá, da forma da ocupação urbana quando a urbe ainda correspondia a Vila de São José, a partir da construção da Fortaleza de São José às margens do rio Amazonas.

**Figura 6** - Expansão da malha urbana em Macapá no período entre 1872 e 1990.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base em Fundação João Pinheiro (1973) e Bastos (2006).

Em diferentes temporalidades, a discussão deste capítulo se inicia com a inserção da lógica colonial nas Terras do Cabo Norte, depois com o modo que o pensamento moderno europeu se relaciona com a elevação do Amapá a Território Federal e, por fim, em um debate mais recente, com o discurso alinhado à sustentabilidade na cidade de Macapá. Neste segmento trabalha-se os primórdios da relação entre a subjetividade e a produção de espaço a partir da intenção das primeiras incursões europeias em território brasileiro.

A abordagem fenomenológica colabora a essa busca pela essência, em entender o processo histórico com o intuito de revelar como o espaço é afetado pelas relações sociais dos que detêm o poder. A intencionalidade é algo que Santos (2017) coloca como

fundamental ao que é vivido, como “uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto” (Santos, 2017, p. 91). Ela é uma ação do sujeito no espaço, uma vez que o espaço vivido se encontra “vinculado à prática social” (Lefebvre, 2008, p. 40). Deste modo, a proposta deste capítulo é expor como a cidade de Macapá é produto de uma intenção projetada sobre o espaço.

#### **4.1 Lógica colonial sobre o rio Amazonas**

O desejo europeu sobre o espaço amazônico foi responsável por transformar o espaço desde os estágios iniciais da conquista e ocupação da Amazônia brasileira durante o período colonial. Arthur Reis inicia a obra “A Amazônia e a cobiça internacional” com uma frase que continua atual mesmo 65 anos depois: “é uma história velha, essa da Amazônia como área de atração” (Reis, 1960, p. 01).

A atração pela região se desenvolve desde o século XV, com diversas as nações que buscaram tomar o espaço amazônico para si. Para os europeus, a Amazônia não era nada, ela sempre esteve à espera de ser descoberta, conquistada, controlada. A percepção deles sobre a Amazônia como um espaço vazio é o ponto de inflexão para a construção de um sistema de realidades, significações e todo um imaginário que circunda a Amazônia até os dias atuais.

Os primeiros movimentos de disputa em relação ao espaço ocorreram entre Espanha e Portugal, devido a divisão determinada em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas (Fausto, 2012). De acordo com Reis (1949), o rei espanhol Carlos V concedeu ao explorador Francisco de Orellana as terras chamadas de Adelantado de Nueva Andaluzia, determinando-o em 1544 como o “senhorio das águas e terras da bacia do grande rio” (Reis, 1949, p. 14), enquanto, em 1553, o rei português D. João III concedeu as mesmas terras a Luís de Melo da Silva.

A presença estrangeira sobre o espaço amazônico é iniciada pela disputa política marcada pelo Tratado de Tordesilhas. Para Becker (1999) o tratado teve “grande significado geopolítico” ao fundamentar os limites da ocupação do espaço, baseado no conceito de *Mare Clausum* o Tratado determinou os domínios das coroas portuguesa e espanhola sobre os espaços terrestres e marítimos (Becker, 1999). Os projetos de ocupação nunca evoluíram pois ambos os beneficiários vieram a óbito antes de maiores desdobramentos das concessões, mas é a partir dessa delimitação que temos uma das primeiras ações de controle do espaço pelos europeus.

A noção de intencionalidade de Milton Santos explica a relação entre o desejo europeu sobre o espaço amazônico. Segundo Santos (2017), a intenção é uma relação entre o homem e o mundo, com o espaço sendo produzido e transformado a partir desta relação, uma vez que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais.” (Santos, 2017, p. 109). Então, é possível afirmar que a intenção dos europeus começa a preencher o espaço pois inicia-se um processo de produção espacial a partir dos desígnios dos colonizadores.

A partir do século XVI, portugueses, espanhóis e franceses empenharam-se para controlar a parte do Novo Mundo que se encontrava na embocadura do rio Amazonas (Reis, 1949). O espaço passou a ser cobiçado devido ao poder relacionado ao rio Amazonas, que surpreendia a todos:

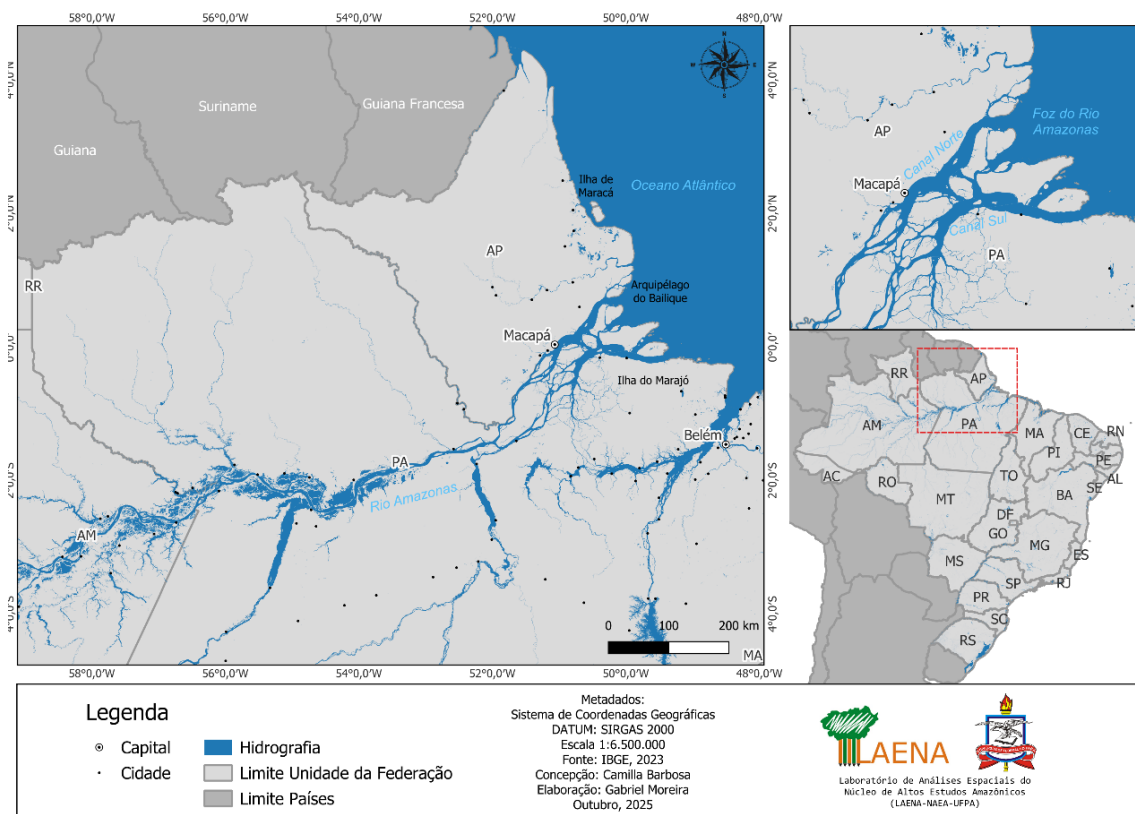
Aos olhos dos viajantes deste tempo, a embocadura do rio Amazonas foi de uma natureza surpreendente, admirável, diferente na conformação hidrográfica, no relevo, vegetação de outras paisagens do vale do Amazonas (Marin, 1999, p. 35).

O rio Amazonas é uma força que nasce na Cordilheira dos Andes. Ele atravessa Peru, Colômbia e Brasil, mas a sua bacia hidrográfica, considerada como a maior bacia fluvial do planeta, abrange também os territórios da Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, com cursos fluviais que alimentam uma enormidade de vidas. Nascendo a 5.179 metros de altitude, ao sul do território peruano, o rio surge a partir das águas de uma fonte subterrânea situada no monte Quehuisha (Nossa, 2011), para depois desembocar no oceano Atlântico em forma de dois canais. A foz do Amazonas é caracterizada como mista, pois o canal Norte é um estuário e o canal Sul é caracterizado como um delta<sup>14</sup>. O canal Norte é o que passa em frente a cidade de Macapá, enquanto o canal Sul compreende a área do arquipélago do Marajó.

---

<sup>14</sup> O delta é geralmente constituído por uma rede de ramificações de cursos d'água, que avança em direção ao mar em formato de leque, enquanto o estuário é um desaguadouro que forma uma “boca única” que desagua no oceano (Guerra, 1993).

**Mapa 1-** Foz do rio Amazonas com a indicação do Canal Norte e Canal Sul.



A bacia hidrográfica do rio Amazonas possui uma área total de 6.925.674 km<sup>2</sup>, tendo 63,88% abrangendo o território do Brasil. O país com a segunda maior porcentagem é a Colômbia com 16,14%, seguido da Bolívia com 15,61%, enquanto o Equador detém 2,31% da área da bacia, a Guiana possui 1,35 % e Peru e Venezuela, respectivamente, com 0,60% e 0,11% (OTCA, 2006).

É comum a comparação com o rio Nilo, localizado ao nordeste da África, que também é reconhecido pela sua grandiosidade e pelo mundo de significados que o circunda. Em 2008, um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concluiu que o Amazonas tem 6.992,06 quilômetros, sendo 140 km mais extenso que o Nilo, que possui 6.852,15 quilômetros (Martini *et al.*, 2008).

Tocantins (1961, p. 248) escreve que “no mundo não há uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos andantes do que a Amazônia”. Isso acontece porque as suas águas não só empregam vitalidade ao solo, elas alimentam furos, igarapés, baías, golfos, lagos, seguem desagregando terras nas várzeas (Tocantins, 1961), em um movimento imponente que sinuosamente ilumina múltiplos aspectos da vida amazônica. São tantas águas dentro do Amazonas, como um labirinto constituído por uma “sucessão de encontros de águas” (Nossa, 2011), que converge e ecoa sobre a diversidade de

paisagens que ocorrem na Amazônia, em uma ampla área de planícies, mas também com a existência de planaltos e depressões, com terras que diferem de acordo com a sua quantidade de água, temos as alagadas, alagáveis, firmes e várzeas (IBGE, 2010).

Em seu trajeto, o rio se transforma em volume, largura e até de cor:

O filete desce azul a montanha entre pedras, junta-se a outros córregos da cordilheira dos Andes, deixa de ser riacho e fica verde ainda no deserto, torna-se barrento na selva, alarga-se antes da floresta da Colômbia, transborda no Brasil e termina, quase 7 mil quilômetros depois da nascente, no Atlântico (Nossa, 2011, p. 12).

Ele também transforma a interação do ser humano com a natureza em diferentes dimensões, compondo junto com seus afluentes um mundo das águas, que é determinado por Pizarro (2012) como o eixo central da Amazônia. Nesta pesquisa, o olhar se volta à extensão da significação do Amazonas, em como ocorre as relações sociais que se encontram sob estruturas de poder e se entrelaçam em uma rede de significação. A visão do Amazonas é tão exuberante que confundiu o primeiro europeu que o enxergou, fez com que ele o nomeasse de “Santa Maria do Mar Doce” (Pizarro, 2012). O relato de José de Acosta também nos mostra um pedaço da sua exuberância:

Mas, tratando-se de rios, com razão se fala daquele rio sobre todos os demais, que uns chamam das Amazonas, outros Marañón, outros o rio de Orellana, o qual acharam e navegaram nossos espanhóis e tenho minhas dúvidas se devo chamá-lo de rio ou mar. [...] especialmente na última parte onde se formam muitas e grandes ilhas, o que parece incrível, que quem vai pelo meio do rio só consegue ver céu e rio, e dizem que mesmo os montes mais altos próximos a suas margens são encobertos pela grandeza do rio (Acosta, 1999 Apud Pizarro, 2012, p.18).

Diante do poder do rio e da mentalidade ocidental que almeja dominar tudo o que pode trazer benefícios, entende-se a necessidade do europeu em controlar o espaço às margens do rio Amazonas. Durante o período colonial, o espaço que atualmente compreende o Estado do Amapá foi conhecido como as Terras do Cabo Norte, devido ao acidente topográfico denominado de Cabo Norte no século XVII (Araújo, 1998). De acordo com as denominações da topografia costeira, os cabos são conhecidos por ser uma “parte saliente da costa de regular altitude, que avança em direção ao mar” (Guerra, 1993, p. 97-98). O Cabo Norte determinava uma localização estratégica nas proximidades da foz do rio Amazonas, mais precisamente, acima do Canal Norte.

Então, a região que era conhecida por Adelantado de Nueva Andaluzia passou a ser chamada de Terras do Cabo Norte. Se o ato de dar o nome é visto como um exercício de poder (Han, 2021), a transformação nominal pode ser compreendida a partir do poder que é associado à nova funcionalidade que o espaço adquiriu. O poder dos que deram essa

nova denominação e da própria função, o controle das águas do Amazonas, haja vista que “quem controla a foz do rio controla a sua bacia” (Santos, 2019).

Inicialmente, a região era vista como “desprotegida e relegada a segundos planos por espanhóis e portugueses” (Santos, 2019, p. 129), de modo que os primeiros a investirem em explorações foram holandeses e ingleses. Sobre este período, é possível afirmar que as coroas ibéricas conservaram a região ao campo das ideias, enquanto outras nações partiram a esfera da ação. No século XVI, espanhóis e portugueses se dedicaram a explorar a região amazônica para entender o que aquelas terras tinham a oferecer. A partir dos relatos dessas explorações, aventureiros de diversas nações se propuseram a ir à Amazônia à procura das maravilhas formuladas no imaginário divulgado (Rezende, 2006). É o início da dimensão de significação em que a Amazônia se encontra situada até os dias atuais e que será trabalhada com mais profundidade posteriormente.

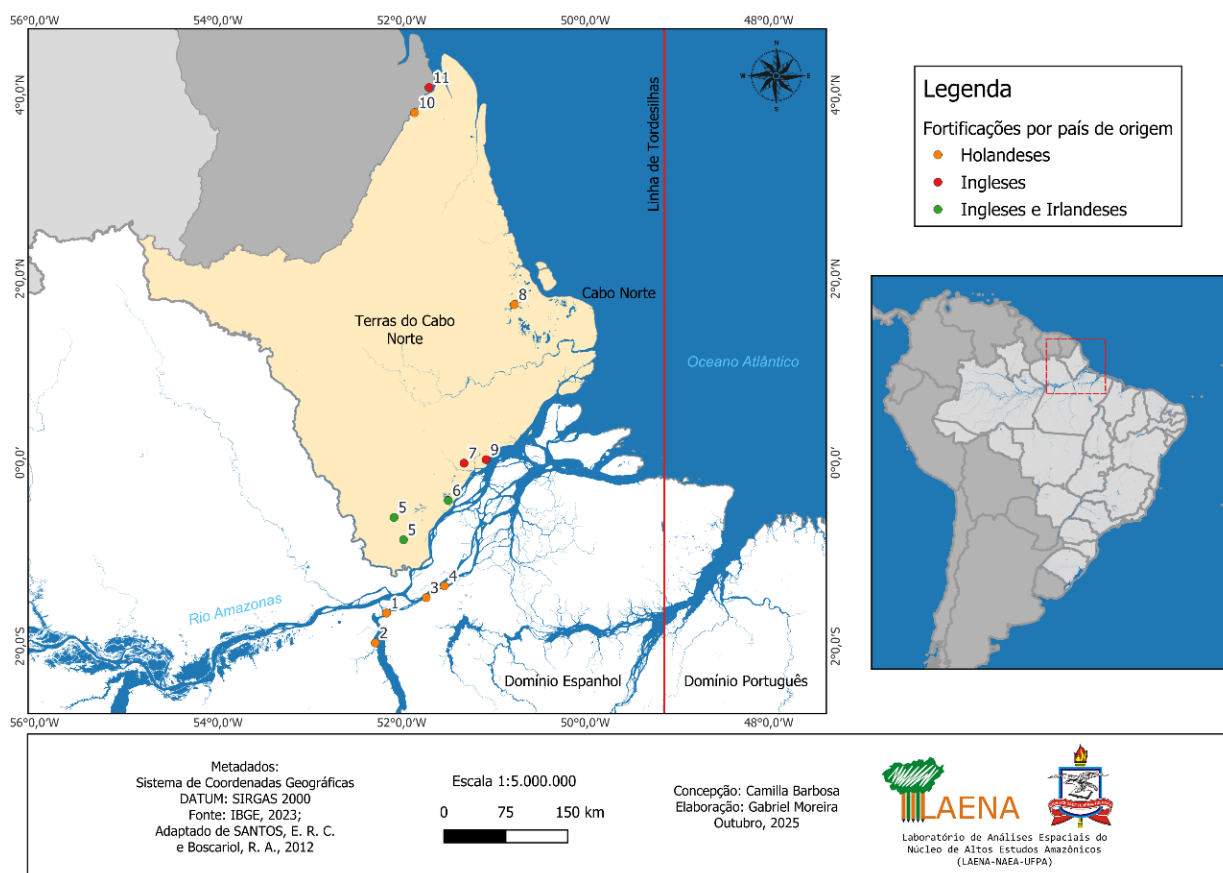
A intenção se mantém distinta: o domínio das terras. O espaço passa a ser constituído pelo desejo e pela imaginação dos europeus, não importa a vida que estivesse pelo caminho, o objetivo era deter o poder sobre as terras *descobertas*. As incursões de diferentes nacionalidades sobre o território são tratadas como uma presença estrangeira (Picanço, 1981). Uma presença que foi relevante na produção de espaço pois resultou na gênese da intervenção portuguesa no espaço. Castro (1999) explica que o Tratado de Tordesilhas é rompido e a coroa espanhola autoriza que os portugueses avancem às suas terras para expulsar os *estrangeiros* que se instauraram no território.

A intenção de deter o controle das terras do Cabo Norte levou ao processo histórico da formação do Estado do Amapá ser marcado por uma história militar. De acordo com Castro (1999), esse processo se inicia na virada do século XVI para o XVII, em que a disputa pelas Terras do Cabo Norte ocorreu dentre “as diversas nacionalidades europeias do período que tinham chegado ao continente: holandeses, espanhóis e portugueses, franceses (no Maranhão apenas), ingleses e até irlandeses” (Castro, 1999, p. 132). Tal disputa pode ser observada espacialmente através do conjunto de fortificações construídas, como podemos ver no Quadro 1 e Mapa 2.

**Quadro 1-** Fortificações construídas pelos invasores europeus no século XVII.

| Fortificação                           | Origem     | Data |
|--|------------|------|
| Fortes de Orange e Nassau              | Holanda    | 1633 |
| Fortes de Muturu e Mariocai            | Holanda    | s.d. |
| Forte sem nome situado no rio Amazonas | Holanda    | s.d. |
| Forte do Torrego (Taurege I)           | Inglaterra | 1612 |
| Forte do Torrego (Taurege II)          | Inglaterra | 1629 |
| Casa do forte do rio Felipe            | Inglaterra | 1620 |
| Forte North                            | Inglaterra | 1629 |
| Forte de Saint Louis                   | França     | 1612 |

**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2024, com base em Castro (1999).

**Mapa 2 -** Fortificações estrangeiras em terras sob o domínio da Espanha.

O acesso às terras era difícil em função das divergências nas cartografias realizadas, como explica Marin (1999):

Falava-se das Terras do Cabo Norte, situadas entre o rio Amazonas e o rio Oiapoc (Yapoc) ou de Vincent Pinzon. A questão da posse do “Contestado” havia de ser uma matéria ligada aos cursos d’água pois a cartografia da ocupação havia mantido reiterados equívocos, apontados ora pela França, ora

por Portugal, sobre nome(s), percurso dos rios e, desse modo, os divisores das terras em disputa. As terras do Cabo Norte delimitam a possessão que a Coroa Portuguesa se empenharia em preservar (Marin, 1999, p. 35).

A disputa pelo domínio das terras do Cabo Norte é o evento que inicia a imposição da intencionalidade dos europeus ao invadir o espaço desta parte da Amazônia. Para Santos (2017, p. 95), a definição de evento é “o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”, sendo que a sua identificação só é possível quando o evento é percebido no meio, “quando se perfaz e se completa” (Santos, 2017, p. 95).

Apesar das dificuldades que o meio proporcionava, os portugueses e os franceses se mantiveram com os olhos sobre a área que seria a porta de entrada às riquezas da Amazônia. Após o reconhecimento das características geográficas, a criação da Capitania do Cabo Norte foi uma das principais movimentações para o domínio territorial desta parte da região amazônica (Reis, 1949). O espaço passou a ser o intermediário da Coroa Portuguesa para alcançar o seu objetivo de extensão da soberania nacional, de acordo com a hipótese de Lefebvre (2008, p. 44) em que “o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado”. Podemos ver a relação entre a intencionalidade e o espaço na explicação de Reis (1949) sobre a concessão da capitania à Bento Maciel Parente em 1637:

A Capitania de Bento Maciel era uma demonstração evidente desse propósito. Os franceses, que cobiçavam a região, deviam ser contidos. O comércio que principiavam a realizar, sob os favores dos Aruan, velhos inimigos dos luso-brasileiros, precisava ser extinto, para segurança da soberania de Portugal. A área que ia ser disputada era imensa. Exigiria perseverança, disposição cívica incessante, espírito de sacrifício acima de qualquer dúvida da parte dos que tivessem de defendê-la (Reis, 1949, p. 25).

Os conquistadores continuaram a se empenhar pelo controle da área, haja vista que as suas condições geográficas permitiriam uma localização estratégica para fins políticos e comerciais (Reis, 1949). A relevância da região era evidenciada pelos cartógrafos da época, como indica Reis (1949):

Dos acidentes registrados nessas peças iniciais, o de mais destaque, por ter sido o que foi mais frequentado pelos navegadores, era o Cabo do Norte. Salientavam-no os cartógrafos. Riscavam-no lançando-se pundamente sobre o Atlântico. Seu relevo despontava, destarte, indicando-o como a posição de maior importância da costa. Disto resultou que todo o litoral guianense, que nos está interessando, passou a conhecer-se como ‘Costa do Cabo do Norte’ (Reis, 1949, p. 20).

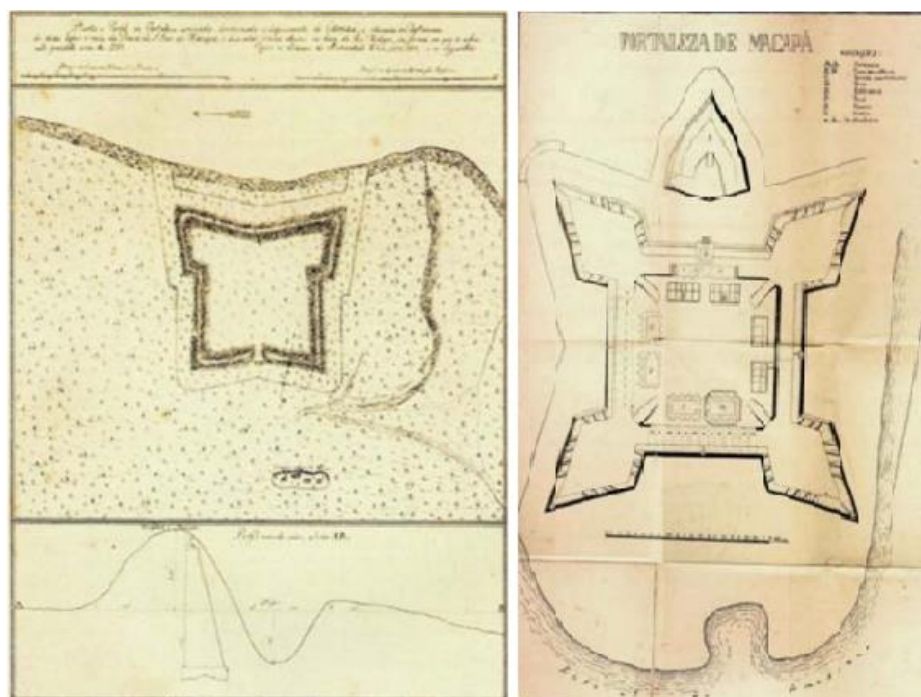
Reis (1949) destaca como as preferências mercantis dotavam o Cabo do Norte de importância estratégica, o que tornava a área atraente aos olhos de mercadores e

navegadores, apesar das suas condições que não permitiam que os europeus permanecessem firmemente pois “as terras cobriam-se, durante meses, das águas do Atlântico. Os cursos d’água ali existentes encharcavam-nas constantemente. Por outro lado, febres de mau caráter irrompiam de quando em vez” (Reis, 1949, p. 21).

Dotar o espaço de uma função é um modo de dominá-lo. Não importa o que a sua natureza diz, e sim o que é imposto pelos detentores de poder. As construções militares influenciaram o surgimento do núcleo de povoamento em Macapá. Diante das necessidades criadas pelo desejo da soberania nacional, agregado à política de fortificação é agregada a ideia de que o povoamento beneficiaria tais interesses. Desta maneira, as diversas disputas e as fortificações construídas nas Terras do Cabo Norte fazem parte do processo de determinação do domínio sobre o seu espaço.

No final do século XVII, o capitão Pedro de Azevedo Carneiro fez uma análise sobre o sistema de defesa do vale amazônico pela coroa lusitana (Reis, 1949), em que dentre vários posicionamentos, foi apontado que além do destacamento militar, a presença dos indígenas era imprescindível para a conservação de uma dinâmica socioespacial nos arredores do fortim de Santo Antônio de Macapá.

**Figura 7** - Representações gráficas do Forte de Cumaú (à esquerda) e da Fortaleza de São José de Macapá (à direita).



**Fonte:** Araújo (1998); Viana (1905).

Segundo a análise do capitão, para o povoamento ocorrer seria necessário fazer a roça do sítio de modo que proporcionasse o espaço para as atividades de criação de gado

e de agricultura para fornecer alimentos para os soldados. Outros benefícios das atividades agrícolas seriam o divertimento dos soldados com “a lembrança da cidade” e o despertar de um sentimento de “cobiça” para habitar aquelas terras (Reis, 1949). De acordo com Castro (1999), a autorização para que os soldados pudessem lavrar a terra com posse de terrenos era algo incomum no Brasil Colônia, porque apesar de ser uma situação corriqueira, era difícil ter uma licença oficial que a regulamentasse. A seguir o relato do capitão Pedro de Azevedo Carneiro sobre as Terras do Cabo Norte:

[...] neste sítio se pode fazer uma povoação havendo cuidado de o limpar assim o que está roçado, como o que for necessário roçar ao redor lançando-lhe gado vacum, porque preserva do mal a que aquele sítio é sujeito, e deve encarregar Sua Majestade ao Capitão-mór dela que mande fazer roças para mantimento dos soldados, e plantar-lhe frutos da terra porque com esta agricultura devertem os soldados a lembrança da cidade, matam-lhe a fome, repara os excessivos gastos que S. Majestade faz em conduzir os mantimentos, e estes tardam de maneira que obriga ao Cabo a mandar a maior parte dos soldados a matar a fome pelas aldeias circunvizinhas, e fica a fortaleza quase desamparada pela falta que tem de farinhas;” [...] e havendo estes mantimentos na terra dará cobiça aos que a quiserem habitar, donde se pode fazer uma boa povoação, e tem capacidade para o surgidouro dos Navios pelo eu ter sondado, e tem vinte e três braças de fundo (Reis, 1949, p. 44-45).

O Forte de Santo Antônio de Macapá foi construído em 1688, situado no lugar em que estavam as ruínas do Forte de Cumaú, uma fortificação feita pelos ingleses após perderem a posse dos Fortes de Torrego e Felipe. A queda do Forte de Cumaú (Massapá) ocorreu em 1632 por meio de uma incursão do capitão Pedro Baião que tinha sob seu comando portugueses e indígenas com o intuito de expulsar a presença da coroa inglesa deste território.

Na noite de 9 de julho, o capitão Pedro Baião, com seus soldados e cinco mil índios, que ficaram na trincheira, enquanto isto o capitão Ayres Chichorro fora informar a Felicino Coêlho de que estavam prontas as suas ordens.

O capitão Pedro Baião, exaltando os seus comandados e cheios de entusiasmo apoderou-se à viva força do forte de Cumaú, onde os ingleses que resistiam a ofensiva portuguesa, foram mortos e aprisionados. O comandante da fortificação, Roger Frey, não estava presente no dia do combate, porque fora ao encontro de uma nau de socorro e bem equipada de material bélico.

[...] No dia 14 de julho, [o capitão Ayres Chichorro] tratou de executar as ordens do seu comandante, juntamente com índios flecheiros (Tucuju), estes em canoas, abordaram os navios ingleses, onde operou-se uma terrível batalha e heróica vitória lussitana. [...] Desta forma, perderam os ingleses a sua última posição nas terras do Amapá (Picanço, 1981, p. 55).

A localização do Forte de Cumaú e Forte de Santo Antônio de Macapá era de duas léguas e meia de sesmarias do centro de Macapá (Castro, 1999; Picanço, 1981). Apesar dos documentos afirmarem que as fortificações estavam a dezesseis quilômetros e meio

ao sul da cidade de Macapá, Castro (1999) aponta que existiam divergências sobre o exato lugar que apresentasse as ruínas dessas fortificações.

Contudo, indo ao local graças ao apoio da FUNDECAP, constatamos que as referidas ruínas não estão no local apontado no referido mapa, não têm as dimensões nem a forma geral do forte ali representado, além de não ter estruturas de cantaria visíveis [...] Parece-nos que os vestígios que existem no local, caso sejam de um forte, seriam de um forte inglês do início do século XVII, talvez o segundo Torreço (Castro, 1999, p. 158).

Ao longo do tempo, o espaço vai se apropriando desse sistema de objetos e técnicas formulado a partir da intencionalidade do colonizador. Por exemplo, ainda sobre o relato do capitão Carneiro, no trecho a seguir é relatado a impossibilidade de conservar a vida da fortificação sem a presença dos indígenas, o que mostra uma contradição que se revela no espaço:

E para conservação dessa fortaleza e seus habitantes deve Sua Majestade mandar descer duas aldeias [de índios] obrigadas ao serviço da dita fortaleza, para que com os Índios, se façam as lavouras e servirem aos moradores por seu pagamento; e à fortaleza pescando, e caçando para a Infantaria, e mormente para remarem as canoas do que for necessário para a dita fortaleza, e aviso, que sem os ditos Índios é impossível conservá-la; como todas as mais que estão feitas, e se devem fazer pois é muito preciso que cada uma tenha uma aldeia próximo, como tem a do Gurupá, e Paru, porque é muito grande detrimento andar tirando Índios por várias aldeias para irem assistir aquelas fortalezas, com muito discômodo seu e das fortalezas, e dispêndio, da fazenda de Sua Majestade como até agora se tem feito, e será muito fácil o descer as ditas aldeias dos sertões circunvizinhos (Reis, 1949, p. 45-46).

Os indígenas, com toda a diversidade da cultura e seus saberes, foram determinados como seres primitivos pelos invasores europeus, mas, paradoxalmente, a sua presença era de extrema relevância no contexto da vida na Amazônia para dar assistência ao povoamento lusitano. Além de outras práticas essenciais à vida humana, os conhecimentos sobre o cultivo da terra e o entendimento sobre o movimento das águas se faziam necessários para que os povoados conseguissem se manter e assim fortalecer a dinâmica socioespacial nessas zonas de fronteira, tanto que ordens foram dadas acerca do bem-estar desses indígenas, “[...] para que respeitassem os direitos dos índios, pagando-lhes salários por seus serviços” (Castro, 1999, p. 168).

Para Castro (1999), é provável que a dificuldade enfrentada por muito tempo em manter as posições defensivas no território seria devido a falta da “presença de povoações que dessem o apoio material e humano para as fortificações” (Castro, 1999, pp. 165-166), pois os pontos de defesa estavam localizados de modo muito isolado no país. É a contradição de uma terra invadida em que os invasores buscam defendê-la e apesar de

massacrarem os autóctones, reconhecem que sem eles não conseguiriam sobreviver nestas terras.

Em 1697, a França tomou o Forte de Santo Antônio de Macapá; somente com o Tratado de Utrecht, no ano de 1713, é que as disputas entre Portugal e França se apaziguaram sobre os limites ao norte do Brasil, com o Rio Oiapoque sendo “reconhecido como limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte” (IBGE, s.d.). No século XVIII, a coroa portuguesa estava impulsionando a migração para a Amazônia almejando garantir o *uti possidetis*, em referência ao Tratado de Madrid (1750), e assim sustentar a posse das terras do Cabo Norte. Com o Tratado de Madrid, houve o estabelecimento de novas fronteiras de acordo com a presença da coroa portuguesa.

O propósito de assegurar a soberania de Portugal exigia um novo movimento sobre o espaço, o de proporcionar o povoamento. Reis (1949) informa como se deu a política de povoamento, que inicialmente se apoiou no contexto religioso com a presença de padres jesuítas que foram convocados para intervir. E depois com casais açorianos que também foram convocados para assegurar o desenvolvimento das terras, mas estes encontraram dificuldades com o clima e as endemias, apesar das suas boas experiências como lavradores (Reis, 1949).

Como resultado das iniciativas de povoamento, em 4 de fevereiro de 1758 houve a fundação da Vila de São José de Macapá por Mendonça Furtado, governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Reis (1949) também informa sobre a criação da Nova Mazagão, em que 340 famílias foram transferidas da cidade de Mazagão - localizada ao norte do continente africano, no Marrocos - para iniciar uma nova experiência de povoamento a aproximadamente 50 km de distância do núcleo da Vila de São José de Macapá.

De acordo com Reis (1949), podemos considerar que o espaço estava sendo dotado de expectativas:

Macapá e Nova Mazagão representavam, em meio às tremendas dificuldades ambientes, um **esforço gigantesco** dos luso-brasileiros para completar, com o **domínio** manso sobre a terra, a **soberania nacional** na antiga Capitania de Bento Maciel Parente (Reis, 1949, p. 66, grifo próprio).

O esforço nas tentativas de povoamento, mesmo com a disputa das terras e nas dificuldades climáticas encontradas, demonstra como o espaço passou a ser imbuído de expectativas. Neste período da sua formação, a intencionalidade atribuída ao espaço de Macapá mostrava como objetivo o desenvolvimento do seu espaço social, com o intuito

de fortalecer a sua principal funcionalidade, de defesa do território, além de contribuir com a soberania nacional (Reis, 1949).

Em relação ao desenvolvimento do povoamento na região, Reis (1949) menciona como se deu a política de povoamento, que inicialmente se apoiou no contexto religioso em que os padres jesuítas foram convocados para intervir. As ações seguiram com a convocação de casais açorianos para assegurarem o desenvolvimento das terras, que apesar das boas experiências como lavradores encontraram dificuldades com o clima e as endemias. Como resultado das iniciativas de povoamento, em 4 de fevereiro de 1757 houve a instalação da vila e o levantamento do Pelourinho (símbolo das franquias municipais) por Mendonça Furtado, governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Além da instauração da vila de Macapá, outra intervenção da política de povoamento foi a criação da Nova Mazagão, em que 340 famílias foram transferidas da cidade de Mazagão localizada ao norte do continente africano, no Marrocos, para iniciar uma nova experiência de povoamento na região. De acordo com Reis (1949), podemos considerar que esta região estava sendo dotada de expectativas:

Macapá e Nova Mazagão representavam, em meio às tremendas dificuldades ambientes, um **esforço gigantesco** dos luso-brasileiros para completar, com o domínio manso sobre a terra; a soberania nacional na antiga Capitania de Bento Maciel Parente. Afirmava as energias da raça. Satisfazia os anseios políticos que datavam dos primeiros tempos da conquista (Reis, 1949, p. 66, grifo próprio).

O esforço nas tentativas de povoamento, mesmo com a disputa das terras e nas dificuldades climáticas encontradas, demonstra como o espaço passou a ser imbuído de expectativas; neste período da sua formação, Macapá detinha como intuito o desenvolvimento do seu espaço social, para assim fortalecer a sua principal funcionalidade de defesa do território. Como Lefebvre (2008) afirma, a sociedade constrói o espaço social de modo que este se torna o *lugar* dos objetos produzidos por ser o resultado do trabalho e da divisão do trabalho.

As medidas de povoamento foram um meio da sociedade de produzir este espaço, possibilitando os conjuntos e subconjuntos dos elementos que o ocupa (Lefebvre, 2008) e atuando nos primórdios do processo histórico em que a cidade de Macapá está inserida, de acordo com a dimensão da cidade como processo: “[...] obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente” (Carlos, 2007, p. 11).

Inicialmente, para defesa da vila, deliberou-se a construção de uma fortificação temporária para garantir a ocupação do Amapá. O Forte de São José de Macapá foi projetado pelo engenheiro Gaspar Gronfeld e a sua construção durou três meses, sendo concluído em 31 de julho de 1761. Castro (1998) explica que o forte apresentava diversos problemas como a sua posição e a artilharia de calibre reduzido, “na verdade as defesas de Macapá, cuja peça-chave era o fortim de faxina, eram de má qualidade e diminutas, apesar de devermos dizer que eram típicas do período na Amazônia” (Castro, 1998, p. 169).

Então, depois foi determinada a construção de uma nova fortificação, a Fortaleza São José de Macapá (FJSM), projetada pelo engenheiro italiano Enrico Antonio Galluzzi (conhecido por Henrique Antônio Gallucio) e construída entre 1764 e 1782. A região sempre muito disputada, presenciou invasões, tratados, e construções que relataram materialmente a intenção dos colonizadores em dominar o setentrião do Brasil. A fortificação construída na margem norte do rio Amazonas carrega o simbolismo do início da cidade de Macapá, ao longo da sua ocupação total de 127 mil m<sup>2</sup>, com 22.574,15 m<sup>2</sup> de muralha e 4.300 m<sup>2</sup> de área coberta.

**Figura 8** - Fortaleza São José de Macapá décadas atrás.



**Fonte:** Faissol (1966).

Em uma configuração no formato de um quadrado, a construção apresenta quatro baluartes pentagonais em cada um dos vértices, sendo que os baluartes foram denominados como Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus.

Na parte interna encontra-se uma praça monumental com a disposição de oito prédios e construções de apoio. Para Castro (1999), o fato da sua configuração ter tido duas pontes levadiças, “uma ligando a porta ao revelim e outra ligando-o à esplanada” (Castro, 1999, p. 176), a torna um caso quase único no Brasil.

**Figura 9** - Baluarte São José com o rio Amazonas ao fundo.



**Fonte:** Pacheco (2017).

**Figura 10** - Fortaleza de São José com seu entorno transformado após o aterro do igarapé da Fortaleza.



**Fonte:** Pacheco (2017).

A FSJM foi tombada como patrimônio histórico nacional em 1950 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, ela se encontra

aberta à visitação e possui o Museu da Fortaleza no interior das suas instalações. Uma das maiores mudanças ocorreu em seu entorno, com o processo de aterramento do igarapé da Fortaleza. Das fortificações executadas nas Terras do Cabo Norte, apenas a FJSM atravessou o tempo-espaço até o atual território do Estado do Amapá, tornando-se um dos maiores símbolos da cidade de Macapá.

**Figura 11** – A imponente Fortaleza de São José de Macapá.



**Fonte:** Camilla Souza Barbosa, ago. 2024.

#### **4.1 Política janarista**

Entre os anos de 1940 e 1943, a população de Macapá era de 1.500 habitantes, que viviam sob os ecos do abandono observados até na situação da Fortaleza de São José de Macapá, que “desaparecia envolvida pela floresta” (Reis, 1949, p. 111). A população macapaense trabalhava com o pequeno comércio e o serviço público, mas a sua sobrevivência se dava basicamente da agricultura de subsistência, produzindo em sua maioria a farinha de mandioca, além da pesca, da caça, criação de gado e atividades de extrativismo vegetal, que resultavam em sementes oleosas, madeira e látex (Lobato, 2014). Em meados da década de 1950 é que a população passa por um crescimento expressivo, em razão da instauração do primeiro governo territorial que ocorreu em 1943.

Tabela 1- Crescimento populacional de Macapá no período 1950-2022.

| Crescimento populacional de Macapá |        |        |        |         |         |         |         |
|------------------------------------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|
| Ano                                | 1950   | 1960   | 1970   | 1980    | 1991    | 2010    | 2022    |
| População                          | 20.594 | 46.777 | 86.097 | 137.452 | 179.177 | 283.308 | 442.933 |

Fonte: Elaborada pela autora, em 2025, com base em Amapá (1976) e IBGE (2010, 2020).

O governador Janary Nunes foi uma figura dubitável na história de Macapá. Vinculado ao Estado Novo e aos seus ideais autoritários e fascistas, Janary exerceu poder centralizador e fomentou políticas educacionais e habitacionais de teor segregacionista. Empossado durante o mandato do presidente da república Getúlio Vargas (1934-1945), o militar Janary Gentil Nunes (1912-1984) foi nomeado para governar o Território Federal do Amapá (TFA), criado em 13 de setembro de 1943 pelo Decreto-Lei nº 5.812<sup>15</sup>, sendo constituído pelos municípios Amapá, Macapá e Mazagão (Brasil, 1943). Além da nomeação do Capitão Janary Nunes, como era popularmente conhecido, Vargas também indicou que a capital do novo território fosse a vila de Amapá, lugar da vitória contra a coroa francesa no final do Século XIX. Mas, devido as limitações geográficas e implicações da II Guerra Mundial que seguia em curso (Reis, 1949), a capital escolhida foi Macapá, um município até então considerado decadente.

Na primeira metade do século XX, o município do Amapá passou por uma fase de decadência devido ao abandono administrativo e político enquanto pertencia ao Estado do Pará (Barbosa, 2021; Reis, 1949). Nesta conjuntura, o Amapá possuía três sedes de municípios: Macapá, Amapá e Mazagão. De acordo com Reis (1949), a região foi dolorosamente afetada pelas crises desencadeadas pela desvalorização da borracha:

Funcionavam apenas 7 escolas, sem material adequado, em barracos arruinados, sendo que no Oiapoque nenhuma existia. A população, em consequência, grossa maioria, quase totalidade, era analfabeta. Nenhuma estrada de rodagem, comunicações marítimas precárias, dificultavam o desenvolvimento dos três municípios. Nem um deles era servido de luz elétrica. O panorama da decadência era visível (Reis, 1949, p. 112).

Macapá se converte de unidade federativa do Estado do Pará à capital do novo território federal, uma cidade rumo “ao progresso e à civilização” (Nunes, 2021). Um discurso iluminado pela sua época, em que o processo de industrialização, encabeçado pela política desenvolvimentista promovida pela existência do Estado Novo, era emplacado em função do paradigma da modernidade (Arantes, 2008; Barbosa, 2021).

<sup>15</sup> Além do Amapá, os Territórios Federais do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú também foram criados com este Decreto-Lei.

Ademais, Lobato (2014) expõe como a busca pela modernização também se voltava a própria sociedade, em que o projeto janarista se fundamentava em uma ideologia etnocêntrica que não aceitava os modos de vida do Amapá, em que “o discurso e a prática janaristas estavam ligados a um ambicioso projeto político de modernização da sociedade” (Lobato, 2014, p. 282).

Com a elevação a capital segundo o decreto do presidente Vargas, restava a vila se elevar materialmente a capital, e segundo o padrão ditado pelo colonialismo (Dussel, 2005), haveria a necessidade da criação de uma Macapá Moderna. Deste modo, a política janarista foi marcada pelo discurso de modernização da cidade, com o Jornal Amapá – criado em 1945, a primeira edição foi lançada em março – ocorria a propagação de informações sobre as políticas e obras implantadas por Janary (Rodrigues Júnior, 2023). Para Lobato (2014), o jornal Amapá representou uma tentativa de estabelecer a narrativa de que a posse de Janary simbolizava o fim do período de decadência e abandono.

As obras construídas no período janarista, alcunha do período entre 1943 e 1955 em que Janary esteve no poder do TFA, possuem estilos arquitetônicos que se sobressaíam das construções existentes, com características de elementos do Modernismo, Neocolonialismo e Art Déco (Tostes; Weiser, 2018). Por exemplo, em arquitetura proto-moderna, o Hospital Geral de Macapá – atualmente, Hospital de Clínicas Alberto Lima - foi uma das primeiras edificações construídas no governo de Janary Nunes (Tutyia; Quaresma, 2024). A imposição de elementos externos a cultura do lugar tornaria Macapá uma cidade moderna:

Os edifícios públicos foram planejados e executados sob **os melhores moldes da arquitetura moderna**. Como exemplo, citarei o excelente Palácio da Justiça, o Fórum de Macapá, cuja construção está em vias de conclusão. Dotada de mercado, banheiros públicos, ponte de desembarque, forno crematório, hotel, rádio emissora, cinema, radiotelefonia internacional, pode dizer-se que a cidade de Macapá é, hoje, **uma das melhores do Brasil, sob todos os pontos de vista** (Luz, 2021, p. 64-65, grifo próprio).

Foi seguindo os “moldes da arquitetura moderna”, que Macapá se tornaria a cidade do progresso que o governador Janary Nunes e o presidente da República Getúlio Vargas buscavam, diretamente relacionado a construção da imagem de um Estado modernizante implementada pelo Estado Novo (Tutyia; Quaresma, 2024; Chaves, 2016). Assim como em outras cidades brasileiras, o padrão a ser seguido seria ditado pelo pensamento moderno europeu, em que as cidades europeias se firmaram como modelos universais de urbanização e territorialização.

**Figura 12** - Hospital Geral de Macapá, uma das primeiras construções do governo de Janary Nunes.



**Fonte:** IBGE, (s. d.).

As ações do seu governo territorial foram fundamentadas no tripé político “sanear, educar, povoar” e resultaram em uma reestruturação no espaço social, através de transformações sociais, econômicas e culturais (Ferreira, 2021). As cidades do TFA receberam iluminação elétrica e obras de arruamento e terraplanagem, ademais, em Macapá foi realizada a construção “da residência governamental, de um grupo escolar, hotel, hospital, cine-teatro, olaria, usina de força e luz, conjunto de 35 casas para funcionários” (Reis, 1949, p. 128-129).

Todavia, além da transformação na infraestrutura urbana, houve um investimento na construção social em torno da imagem de Janary, o que contribuiu na construção de um imaginário que tem impacto até os dias atuais. De acordo com Lobato (2014), esse imaginário foi construído através da tentativa de estabelecer uma nova narrativa sobre a história do Amapá, em que a posse de Janary Nunes simbolizaria o fim do período de abandono e atraso, para dar início ao progresso nos mais diversos aspectos do social e da economia no TFA.

Para compactuar com a construção desta narrativa, ainda no ano de 1944 surgiu o Serviço de Imprensa e Propaganda, com o intuito de divulgar o programa de ação e desenvolvimento do governador territorial (Macêdo, 2020). A constante divulgação das obras executadas foi realizada, principalmente, pelo Jornal Amapá nos três primeiros anos com governador do TFA, mostrando o seu esforço e trabalho para modernizar a cidade, “publicizando para a população seu esforço para a transformação da Macapá Moderna, termo bastante utilizado pelo impresso” (Macêdo, 2020, p. 13).

**Figura 13** - Recorte de jornal com o título de “Macapá Moderna”.



**Fonte:** Macêdo (2020).

O discurso pela modernidade foi amplamente divulgado pela imprensa controlada pelo Estado, mas é com a nova materialidade que se erguia, que a população poderia visualizar e vivenciar a entrada da cidade de Macapá nesta nova “era” Moderna. No livro “Confiança no Amapá. Impressões sobre o Território”, lançado em 1962 e reeditado pelo Senado Federal em 2021, Janary Nunes reúne diversas impressões sobre o TFA, em suas palavras:

Reunimos neste volume, que intitulamos *Confiança no Amapá*, algumas impressões de vultos que visitaram o território e que acreditaram na capacidade comprovada de sua gente. O reconhecimento, o entusiasmo e a fé que o Amapá desperta nos que investigam seus problemas, concitam as novas gerações a prosseguir na obra fascinante de incorporar à Pátria e de colocar a serviço dos amapaenses as imensas riquezas com que Deus dotou esta terra querida (Nunes, 2021, p. 24).

Nesta obra, muitos dos autores descrevem as suas impressões sobre o trabalho de Janary Nunes como o primeiro governador do TFA ao invés de falarem sobre o território em si, em um apagamento da cultura vivenciada – e, conseqüentemente, do espaço vivido – no período anterior a elevação do Amapá a território federal. Dentre os temas abordados, o trabalho de Janary no TFA é comparado com a criação de uma nova civilização (Nunes, 2021), remetendo também ao discurso colonial que caracteriza a região amazônica como um vazio demográfico.

**Figura 14** - As capas do livro *Confiança no Amapá*. À direita, a capa original da 1ª edição de 1962, e à esquerda, a capa da edição lançada pelo Senado Federal em 2021.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base em Nunes (2021).

Além da ideia recorrente sobre a região amazônica ser vazia continuar sendo propagada em discursos do planejamento (Castro; Campos, 2015), há a ideia, igualmente colonialista, de que o governo de Janary Nunes instituiu a civilização no Amapá. Nas palavras do governador é dito que havia a “possibilidade de se plasmar uma civilização de alto nível sob a Linha do Equador” (Nunes, 2021, p. 24), e em certo momento, até sendo apontado como o “criador” e o TFA como a “criação”: “é esse o homem que vai ao Amapá pedir votos. É o criador pedindo algo à criação.” (Malato, 2021, p. 29).

A escolha de exaltação do governador através de um tom religioso é algo existente na prática política, Malato continua nesse tom para legitimar o poder de Janary:

O mérito inatingível da sua ação verdadeiramente criadora foi o sentido de salvação que ele soube emprestar ao seu esforço persistente, para recuperar, para o Brasil e para o mundo, a área mais sofrida e abandonada que poderia existir em qualquer continente inóspito e perdido. P. 28

Deus fez o mundo em seis dias, e no sétimo descansou. Janary Nunes construiu o Amapá em doze anos, e não descansou jamais, porque a tarefa de moldar uma coletividade, e dar-lhe destinação e objetividade, e assegurar-lhe condições de sobrevivência e abundância econômica, é maior, talvez, do que por um globo a rolar entre milhões de estrelas (Malato, 2021, p. 27)

O enaltecimento de Janary Nunes como o grande salvador do Amapá também contribui com o subjugamento do povo amapaense e dos povos indígenas e tradicionais que o constituem. A decisão de reeditar um livro que declara que um militar paraense “marcou o nascimento de um povo” em pleno ano de 2021 é contraditória e extremamente

problemática, uma vez que não há alguma exaltação do Amapá em uma obra que inferioriza o seu povo e a sua história, além de invocar a imagem dos bandeirantes<sup>16</sup> como uma herança a ser celebrada.

A promoção da educação foi um grande marco na política janarista, mas ela também promoveu mudanças que foram colonialidades do ser e do saber. Ao deslegitimar a história e o próprio entendimento de si com a mudança promovida na comunidade quilombola localizada a cerca de 13 km do centro da cidade, o Quilombo do Curiaú. O Curiaú foi o primeiro território quilombola a ser reconhecido no Amapá e popularmente é dividido em Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. O território faz parte da APA do Rio Curiaú e apesar de não pertencer a área urbana de Macapá, é um lugar muito procurado pela população macapaense que busca lazer e turismo, além dos festejos relacionados às expressões artísticas e culturais do Batuque e do Marabaixo.

Lar da ancestralidade, a comunidade tem uma ocupação secular e era chamada de Cria-ú, mas na década de 1950 tornou-se Curiaú, assim como informa Ísis Tatiane da Silva<sup>17</sup>:

*“O nome verdadeiro da comunidade é Cria-ú, que vem do vocábulo criar, que lá era um lugar de criar boi, cabra. Vem do vocábulo criar, lugar bom de criar [...] “começaram a espalhar as primeiras escolas no Território do Amapá, então houve a necessidade de ter uma escola no Curiaú. Então tinha um módulo lá, um modular que eles chamavam, e uma professora chegou lá achava que era estranho o povo chamar Cria-ú”.*

Embora o nome tenha sido mudado, Tatiane expõe as mudanças positivas que ocorreram no Curiaú através durante o primeiro governo territorial:

*“A gente diz que, assim o percalço que ele trouxe foi a questão de levar o professor a mudança do nome. Mas foi o foi o governador que levou as*

---

<sup>16</sup> Na obra original de 1962, há o discurso do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no prefácio da nova edição, o senador Randolfe Rodrigues traz em seu texto um trecho desse discurso: “É um dínamo, possante e novo, a abrir largas esperanças de progresso desta região. As realizações que o seu gênio construtivo está proporcionando ao Amapá é uma lição que ficará perene na história dos desbravadores do Brasil. Circulam no seu sangue os glóbulos dos bandeirantes que em épocas de outrora penetraram o interior de nossa Pátria e arrancando-a do sono milenário procuraram integrá-la na comunhão humana da civilização.”

<sup>17</sup> Tatiane tem 43 anos, nascida e criada no Curiaú, se mudou para Macapá para estudar. É chefe de gabinete da Fundação Marabaixo, mora no bairro do Pacoval, em Macapá, durante a semana e aos finais de semana vai para o Curiaú de Dentro.

*primeiras estruturas físicas para comunidade. Foi a escola, logo em seguida teve o posto de saúde e assim por diante”.*

Mas não podemos ignorar que ela veio acompanhada de uma negação do Outro, ao promover o apagamento do nome que carregava a essência da origem da comunidade. De acordo com Bispo dos Santos (2023), o processo de denominação das coisas também pode ser visto como uma tentativa de apagamento da memória e tentativa de desterritorialização:

Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Bispo dos Santos, 2023, p. 02).

### **4.3 Discurso sobre urbano e ambiental**

Macapá se torna uma cidade moderna<sup>18</sup> e consigo carrega o paradoxo da modernidade e cultura enquanto cidade amazônica (Marin; Chaves, 1996). Ao longo das décadas, a cidade é impactada pelo aumento do movimento migratório de acordo com três períodos econômicos atravessados pelo Amapá (Porto, 2003). Com o avanço da ocupação populacional sobre o território, o tecido urbano se expande e uma das singularidades da composição territorial de Macapá é transformada pelas novas necessidades da moderna Macapá.

O crescimento populacional em Macapá foi exponencial após a criação do TFA. Entre as décadas de 1950 e 1960, a população urbana aumentou em 189%, enquanto no período entre as décadas de 1960 e 1970, a população urbana aumentou em aproximadamente 286% (Amapá, 1976). A expansão do tecido urbano é marcada pelas diferenças socioespaciais e territoriais, especialmente porque às famílias de menor poder aquisitivo, restou ocuparem as áreas periféricas da cidade, e tendo em vista as singularidades de Macapá, a maioria dessas áreas eram as caracterizadas inundáveis (Barbosa, 2021).

A composição da cidade se alternava em trechos de terra firme e trechos de áreas inundáveis (Fundação João Pinheiro, 1973), sendo esta uma das características que dotavam Macapá de uma singularidade paradoxal, que a caracterizava com uma

---

<sup>18</sup> Ao entendimento da modernidade que surge em 1492, responsável pelo encobrimento do Outro (Dussel, 1993).

peculiaridade que a dotava de “uma conformação toda especial” (Grumbilf, 1960, p. 12), e que também, por muito tempo, a descreveram como um lugar de difícil acesso e responsável pela proliferação de doenças, como a malária.

Dentre as particularidades ambientais na cidade de Macapá temos as áreas úmidas popularmente conhecidas como ressacas, que são caracterizadas por Takiyama *et al.* (2012) como áreas de grande extensão que constituem sistemas físicos fluviais colmatados e conectados a um curso d’água principal, que sofrem grande influência das chuvas e possuem vegetação herbácea. No espaço urbano, as ressacas são constituídas de valores e funções relacionadas ao caráter ambiental, como controlar as enchentes, alimentar os sistemas de água subterrânea e manter a biodiversidade (Takiyama *et al.*, 2012), bem como os de caráter sociocultural, como lugar de ocupação urbana pela parcela da população que se encontra subalternizada no âmbito urbano.

À imagem do desenvolvimento, na Macapá moderna, as ressacas tornaram-se o lugar em que habitam os subalternizados na cidade concebida pelo paradigma moderno. No Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, foram mapeadas 24 favelas e comunidades urbanas<sup>19</sup> em Macapá, sendo que destas, 21 estavam localizadas em áreas de ressaca (Figura 16).

**Figura 15** - Ressaca situada na área do Bioparque da Amazônia.



**Fonte:** Costa (2022).

---

<sup>19</sup> No Censo de 2010 ainda se utilizava a nomenclatura “Aglomerados Subnormal”, mas, vamos usar a nova denominação “Favela e Comunidade Urbana”, adotada pelo IBGE no Censo 2022, para abordar o tema.

**Figura 16** - Localização das favelas e comunidades urbanas situadas em áreas de ressaca na cidade de Macapá em 2010.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2024, com base em IBGE (2010), Google Earth (2024) e Barbosa (2021).

As favelas e comunidades urbanas são caracterizadas por territórios populares cuja origem está relacionada ao enfrentamento estratégico da população, de modo autônomo e coletivo, às dificuldades ao direito à moradia e ao acesso a políticas públicas (IBGE, 2024). Sobre o Censo 2022, somente algumas informações foram divulgadas, apesar de ainda não termos a localização das novas favelas e comunidades urbanas mapeadas, já foi informado que em Macapá existem 83 favelas, em que residem 28,82% da população total (IBGE, 2022). O aumento expressivo de 24 para 83 territórios identificados é mais

um ponto que explora a emergência da revisão do plano diretor de Macapá, que deveria ter sido realizada há mais de 10 anos.

A ocupação das áreas de ressaca é um dos principais fenômenos urbanos de Macapá e é abordada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM) como objeto de ações prioritárias devido a sua fragilidade ambiental, com o intuito de promover a recuperação progressiva das ressacas ocupadas e a proteção das não ocupadas, para que permaneçam preservadas.

A partir do entendimento dos agentes que produzem espaço urbano sendo os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2004), situamos o plano diretor como um instrumento de política pública que implica em uma materialidade concebida no espaço, sendo estruturado em sistemas simbólicos que contribuem na atribuição de sentido a determinados espaços em que se aplicam as suas diretrizes.

Bourdieu (1989) aborda a contribuição dos agentes no mundo social, atuando não somente na visão desse mundo, mas em sua configuração, à medida que “a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social” (Bourdieu, 1989, p. 139). A duplicidade indicada por Bourdieu trata da relação entre a percepção do mundo social e a luta política, em que no lado objetivo desta estruturação, a percepção está ligada aos agentes detentores de poder, o que pode acarretar em uma combinação desigual, enquanto do lado subjetivo, tal percepção se estrutura mediante as lutas simbólicas e as relações de força simbólicas. Deste modo, apesar de atualmente o PDDUAM (Macapá, 2004) ser caracterizado como defasado, o instrumento carrega relevância por indicar o pensamento da época sobre o discurso aplicado ao entendimento das ressacas enquanto questão urbana.

A Lei do PDDUAM (Macapá, 2004) é estruturada em diferentes segmentos e detém como um dos seus objetivos a construção de uma cidade aliada a sustentabilidade e ao fim das desigualdades sociais, de modo que a sua discussão coloca como premissa básica a indissociabilidade das questões ambiental, social e territorial. No segmento das “Estratégias de Desenvolvimento”, as ressacas são instituídas como patrimônio ambiental do município e são designadas como parte da Estratégia para Proteção do Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda, com a proposta de elaborar atividades econômicas sustentáveis (turismo, criadouros e práticas extrativas e pesqueiras). Como medida de prevenção e de proteção também é proposta a educação ambiental, através do Programa

de Proteção e Recuperação das Ressacas e do Programa de Valorização e Preservação do Patrimônio Ambiental, para informar sobre a importância e relevância das ressacas no ambiente urbano e assim estimular a população a compreender a necessidade de participar na sua proteção.

No segmento da “Estruturação do Município” temos o macrozoneamento que divide o município de Macapá em zonas de desenvolvimento sustentável, unidades de conservação, zonas urbana e zonas de transição urbana; de acordo com as suas diretrizes, o macrozoneamento está voltado ao “impedimento à ocupação nas áreas das unidades de conservação de uso indireto e nas áreas de preservação permanente e a restrição à ocupação nas áreas das unidades de conservação de uso direto de ressacas e várzeas” (Macapá, 2004, p. 36). Dentre as Zonas Urbanas, as áreas de ressaca estão incluídas nas Subzonas de Proteção Especial (SPE), caracterizadas pela necessidade de controle de adensamento, devido às suas condições ambientais, e são destinadas principalmente ao uso residencial e turístico.

Enquanto no segmento dos “Instrumentos de Desenvolvimento Urbano e Ambiental” temos como instrumento indutor de desenvolvimento urbano as Áreas de Interesse Social (AIS), que implementam a política habitacional da cidade de Macapá, bem como os programas habitacionais destinados à população de baixa renda. Assim, as AIS são divididas em:

I - Áreas de Interesse Social 1 - AIS 1, são aquelas constituídas em locais já ocupados por população de baixa renda, apresentando irregularidades urbanísticas e precariedade de infra-estrutura e de equipamentos públicos;

II - Áreas de Interesse Social 2 - AIS 2, são aquelas destinadas à promoção da habitação popular, prioritariamente para população reassentada das ressacas, inseridas em programas municipais, estaduais ou federais que visem a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados. (Macapá, 2004, p. 51)

A especificação de AIS 1 é determinada à ocupação residencial realizada em áreas de ressaca que já se encontram comprometidas com aterramento e são localizadas nas proximidades da área central da cidade, sendo consideradas irrecuperáveis de acordo com estudos ambientais como o Estudo de Ações para Intervenções nas Ressacas desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Além deste instrumento, dentre os instrumentos complementares indicados no plano, há o Código Ambiental Municipal, utilizado na delimitação das áreas de ressaca e das suas margens e que tem como prioridade as ações de proteção e recuperação destas áreas.

No entanto, Takiyama *et al.* delimitam a fragilidade institucional como responsável pelos problemas de ocupação das áreas de ressaca, tanto pela falta de planos e programas, como ações e projetos que não se integram e promovem a “inoperância das atribuições ordinárias inerentes aos órgãos ambientais” (Takiyama *et al.*, 2012, p.43). Como Souza (2008) afirma, se faz necessário o entendimento da relação da complementaridade entre planejamento e gestão, para que resulte em uma maior integração e assim o espaço urbano compreenda a função social de acordo com as complexidades ambientais, sociais e territoriais.

É importante elaborar um planejamento e gestão que não seja neutro sobre a divisão de classes existente em nossa sociedade, a complexidade destas relações exige um planejamento que compactue em elaborar mecanismos e intervenções que sejam acessíveis aos distintos agentes sociais (Souza, 2008). Os processos urbanos que ocorrem relacionados às ressacas na cidade de Macapá nos lembram, como explica Maricato (2015), que a violência contra a classe de menor poder aquisitivo é o caminho preferido da lógica do capital nas cidades, como se a cidade existisse de fato somente para uma parcela da população, e à parte restante ocorresse uma concessão da terra urbana, sem garantia à cidadania.

O enfoque do PDDUAM na fragilidade ambiental das ressacas demonstra uma falta de entendimento da multisociodiversidade presente no espaço na cidade de Macapá, uma interpretação distorcida da realidade urbana que é apresentada desde a introdução do plano diretor:

O Plano Diretor visa, ainda, a implantação e a consolidação de um processo de planejamento que propicie o **desenvolvimento sustentável** do Município. Deste modo, fornece diretrizes que, interpretando as **potencialidades econômicas e sociais dos recursos ambientais** do Município de Macapá, induzam ao desenvolvimento sustentável, indiquem as prioridades de investimento e promovam a melhoria da qualidade de vida da sua população (Macapá, 2004, p. 09).

A visão da natureza como recurso a ser consumido é mais uma colonialidade naturalizada em nossa sociedade do consumo. A tentativa do desenvolvimento sustentável em conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental pode ser situada como uma continuidade da “violência epistêmica do desenvolvimento colonialista” (Banerjee, 2006, p. 120). Enfatizar como as áreas de ressaca estão em um contexto de fragilidade ambiental ao invés de promover o acesso a políticas públicas à parcela da população que nelas habitam é uma abordagem em acordo com os paradigmas dominantes acerca do desenvolvimento, ou seja, uma abordagem que segue uma lógica

da colonialidade reorganizada na retórica da modernidade (Mignolo, 2008). Sobre a definição de desenvolvimento, Rist (2008) explica:

“A crença não é menos real do que as práticas, porque estão indissolavelmente ligadas umas às outras. Juntos, eles refletem a lógica de uma sociedade em processo de globalização que - para cumprir o programa que se propôs (cujas consequências não são igualmente animadoras para todos) - deve tirar sua legitimidade de uma série de verdades amplamente compartilhadas e indiscutíveis que têm o caráter de mito” (Rist, 2008, p. 24).

A força do discurso do desenvolvimento constrói uma crença apoiada em diversas práticas que, apesar de também apresentarem contradições, configuram uma única totalidade (Rist, 2008). Segundo Castro (2015), o desenvolvimento é como um campo formado através de relações estruturadas e estruturantes, “composto por agentes e instituições que funcionam com dinâmicas marcadas por escalas e mediações, por crenças, regras e saberes e têm autonomia relativa e especificidades que lhe são próprias” (Castro, 2015, p. 227). As crenças que sustentam o desenvolvimento são formadas por lógicas sociais que se manifestam estrategicamente no espaço (Castro, 2015), o desenvolvimento sustentável seria mais uma tentativa de preenchimento do mundo social a favor de um sentido aliado ao pensamento hegemônico (Bourdieu, 1989).

O desenvolvimento urbano e ambiental faz alusão a ideia de natureza definida pelas categorias de percepção ditadas pelo paradigma da modernidade. Se a América sendo um negócio europeu foi o que deu início ao pensamento moderno (Galeano, 2021; Dussel, 2005), a visão da natureza como fonte de recursos a serem saqueados foi fundamental ao advento da modernidade e ao pensamento desenvolvimentista.

Tudo retorna e provém da ideia da natureza como um bem a ser consumido. No contexto das ressacas, temos duas percepções que se complementam: 1) A natureza é vista como impura, uma vez que foi antropicamente modificada, assim, dentro do esquema simbólico da lógica desenvolvimentista, a natureza deve ser dotada de funcionalidade; 2) A natureza antropizada é colocada como moeda de troca na gestão urbana, atuando como justificativa ao acionamento do discurso da sustentabilidade aplicada ao plano diretor. A complementação dessas percepções converge a sustentação da lógica colonialista em vigor, como um exemplo de resposta à indagação de Banerjee (2006) sobre quem sustenta o desenvolvimento.

O espaço concebido, através das heranças da colonialidade, reproduz a invisibilidade do Outro, em uma percepção que ignora o espaço como uma instância da sociedade (Santos, 2004). Para Trindade Júnior (2021), a região amazônica compreende

formas e conteúdos socioespaciais que não permitem interpretações mecânicas sobre o espaço social, tal como relacionar o campo à vida rural e a cidade à vida urbana. Dessa maneira, interpretar as ressacas, e demais áreas inundáveis na zona urbana, somente no contexto ambiental seria ceder a concepção engrenada pela ótica do desenvolvimento, sem apreender o espaço como estrutura social.

## 5. TERRITORIALIDADES NEGRAS QUE FORMAM MACAPÁ

*“Se uma casa pega fogo, desaparece, mas o lugar — a imagem dela — fica, e não só na minha memória, mas lá fora, no mundo”*

*(Toni Morrison)*

Após apresentar as lógicas que adentram o espaço, a proposta deste capítulo<sup>20</sup> é mostrar as realidades territoriais que existem na cidade de Macapá enquanto produto histórico-social pertencente ao espaço amazônico. Em uma abordagem sobre as territorialidades negras que foram construídas pela população forçada ao trabalho escravo e seus descendentes, inicialmente, este capítulo aborda as relações socioespaciais que englobam a materialidade da imponente Fortaleza São José de Macapá às margens do rio Amazonas, que por sua vez foi erguida devido a lógica colonial e sua necessidade de deter o controle do rio.

Depois, em uma perspectiva sobre o microcosmo que engloba a cultura que transcende a realidade e o mundo de morte fundado pelo colonialismo (Césaire, 2020), discutimos as territorialidades contracoloniais que são formuladas através da resistência da cultura negra, especialmente, na forma do Marabaixo. Os ladrões de marabaixo relatam a história e memória daqueles que caminharam para longe de seu território devido a lógica da modernidade, mas que levaram consigo, em seus corpos-território, as forças que iniciaram os novos bairros do Laguinho e Favela.

### 5.1 A fortaleza que atravessa o tempo

O rio não é uma extensão do espaço das localidades e cidades, como se estivesse nas adjacências do espaço social, ele também faz parte do espaço de Macapá. Entre o passado e o presente, diferentes formas de água acompanharam as mudanças territoriais que ocorriam na cidade e estas acompanharam as transformações sociais. Como a política de fortificação que foi instaurada com o objetivo de deter o domínio das Terras do Cabo Norte e, conseqüentemente, ter o controle do rio Amazonas.

A FJSM se tornou um marco na cidade, materialmente e significativamente. A sua permanência no tempo e no espaço fez com que ela se tornasse “o símbolo da cidade e

---

<sup>20</sup> Parte da discussão deste capítulo foi apresentada no artigo “‘Aonde tu vai, rapaz?’: territorialidades negras nos bairros Favela e Laguinho na cidade de Macapá” na XV Reunião de Antropologia do Mercosul.

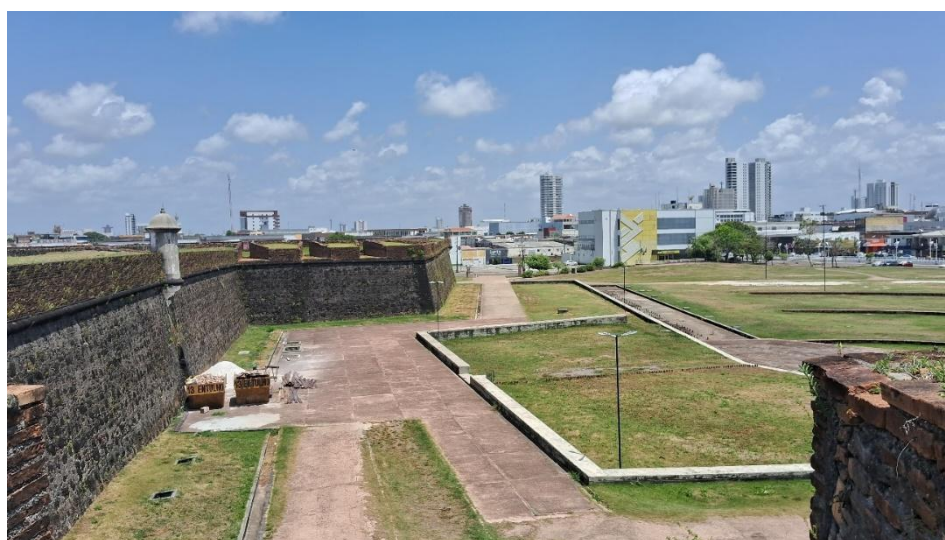
ícone material e memorial da sociedade macapaense” (Canto, 2019, p. 29). Ela atravessou os séculos, mesmo passando por momentos em que esteve tangenciada pelo Estado, como na Figura 17, em que a fortificação é vista em meio a alta vegetação, e na Figura 18, como ela se encontrava mais recentemente.

**Figura 17** - Fortaleza de São José em situação de abandono na década de 1930.



**Fonte:** IBGE (2008).

**Figura 18** - Fotografia da lateral da FSJM e do seu entorno em 2024.



**Fonte:** Camilla Souza Barbosa, ago. 2024.

A sua presença se encontra em diferentes esferas da multidimensionalidade do espaço pela sua permanência no espaço ao longo dos séculos. A sua construção é um marco na cidade, tanto no desenvolvimento urbano, como sendo um marco temporal. Ao

abordar a origem da ocupação no Quilombo do Curiaú, o quilombola Sebastião Menezes<sup>21</sup> usa a permanência da construção da fortaleza para demarcar um período:

*“A gente conta que depois ficou o questionamento por que dessa distância e por que entrar para cá e [se] foi o primeiro lugar a ser descoberto no Amapá que eles estão esse povo do Curiaú. Estão aqui muito antes da construção da Fortaleza só que tava no esconderismo e ninguém se preocupou em nada que tudo um analfabeto ninguém ia se preocupar em querer se descobrir aonde ele tava se ele viveu ainda preocupado em tá sendo capturado.”*

Quando indagado sobre a origem do Quilombo do Curiaú, Sebastião usa da permanência da Fortaleza no espaço para demarcar um determinado tempo, afirmando que o surgimento do Curiaú é anterior ao principal evento de transformação do espaço de Macapá. O tempo existe em relação a algo, nesse caso sendo pertinente a existência da FSJM e todo o seu impacto no espaço social, marcando o espaço materialmente e significativamente.

**Figura 19** - O Curiaú possui áreas de várzea e criação de búfalos.



**Fonte:** Camilla Souza Barbosa, mar. 2024.

---

<sup>21</sup> Sebastião, também conhecido como Sabá do Curiaú, tem 65 anos de idade. Nascido, criado e vivo no Curiaú, ele é agricultor aposentado e autor de livros como “Curiaú sua vida sua história” (Silva, 2001).

A correlação do Curiaú com a FJSM não foi pontuada por acaso. Ela faz alusão a presença negra no Amapá, que comumente se encontra alinhada ao trabalho escravo realizado nas atividades relacionadas à construção da fortaleza. Além do trabalho escravo de africanos, também houve a sujeição de indígenas para que a obra monumental fosse levantada. De acordo com Sebastião, a presença negra no Curiaú se iniciou antes da construção da FSJM. Ele aponta como foi iniciada a ocupação do Curiaú:

*“Isso aconteceu dele através de uma fuga de alguma parte, não se sabe se foi do Estado do Maranhão, se foi do Pará. Esses donos desses escravos que era um senhor chamado Miranda”.*

Na obra “Curiaú sua vida sua história” (Silva, 2001), de autoria de Sebastião, é descrito que o início da ocupação ocorreu quando um casal e algumas pessoas escravizadas chegaram de canoa, trazendo o gado em jangada, através do Rio Pedreira. Posteriormente, ao sair em busca de mel, Francisco Inácio, uma das pessoas escravizadas, teria descoberto o Curiaú ao se distanciar do barraco que eles montaram:

Francisco Inácio, o escravo que descobriu Curiaú, voltou e informou ao seu bom Senhor (Miranda – não consta o nome da firma dele), que Curiaú era lugar bom de viver e era propício para criações.

Convencido, o Sr. Miranda, partiu com os escravos: Francisco Inácio, João Inácio, Domingas Inácio, Dimiciano Inácio e Manoel Inácio, todos irmãos (Silva, 2001, p. 09).

Tempos depois, o lugar que passou a ser ocupado por ser bom de viver e de criar, tornou-se o refúgio aos que fugiam das condições exploratórias do trabalho escravo em Macapá e arredores. Na construção da fortaleza, as atividades da construção da fortificação envolviam o corte e a retirada das pedras, e o seu transporte da área das pedreiras até o canteiro de obras (Vergolino-Henry e Figueiredo, 1990).

Outro trabalho que era realizado pelos africanos escravizados era o trabalho agrícola nas lavouras dos colonos açorianos. No Amapá, no período entre 1775 e 1779, o arroz era o tipo de lavoura mais expressiva, mas há registros em 1776 de lavouras de urucu e algodão, além do arroz e farinha, na Vila Vistosa Madre de Deus<sup>22</sup> (Vergolino-Henry e Figueiredo, 1990). De acordo com Marin (2002), os africanos escravizados tiveram um papel complementar na economia agrícola e nas obras da igreja, do hospital e das casas dos colonos em Macapá, Mazagão e Vistosa Madre de Deus.

---

<sup>22</sup> Apesar de ser distante da Vila São José de Macapá, pois a Vila Vistosa Madre de Deus fica nas margens do Rio Anauerapucu, que desagua no Rio Amazonas, as vilas mantinham contato pelos rios.

De acordo com Vergolino-Henry e Figueiredo (1990), nas construções das fortificações militares existiam indígenas e negros trabalhando escravizados tanto nas pedreiras, que serviam como apoio à construção da fortaleza, quanto na construção propriamente dita, os indígenas eram os designados para executar o transporte das rochas, trabalhando como remeiros das canoas. De acordo com o estudo realizado por Norat (2017), as rochas encontradas na construção da Fortaleza São José de Macapá são, exclusivamente, encontradas no Rio Pedreira e na Ilha de Santana.

Os indígenas detinham maior conhecimento sobre o território, por isso eram designados para trabalhar no transporte fluvial, o desígnio do seu trabalho com uma ilusória maior liberdade não é determinado pela ideia de que eles fugiam menos do trabalho forçado, já que Vergolino-Henry e Figueiredo (1990) apontam o uso de “calcetas” somente nos indígenas escravizados, o que impediam ainda mais a sua mobilidade durante o exercício do trabalho forçado.

Dado o tamanho da obra a ser realizada, foi necessário requerer o trabalho dos africanos escravizados que *pertenciam* aos colonos, segundo Luna (2009, p. 47), “eles eram pressionados a ceder seus escravizados para os serviços da fortificação, bem como de abastecer a força vital desses sujeitos sociais, de forma que assegurasse o andamento dessa construção”. Para Luna (2009), o uso dos escravizados dos colonos na obra fomentou um mal-estar na colônia, pois a obra faraônica exigia grandes esforços das pessoas que trabalhavam forçadamente nela, gerando até uma crise de abastecimento já que os colonos eram os responsáveis por abastecer a força vital das pessoas escravizadas.

Malgrado o mal-estar causado, o maior impacto foram as vidas impactadas pelo trabalho escravo durante os 18 anos (1764-1782) de duração da construção do maior monumento da cidade de Macapá. Em um levantamento feito sobre o quantitativo de pessoas escravizadas itinerantes, foi descrito que o surpreendente número de 2.598 indígenas e 2.394 africanos estavam nas obras da Fortaleza de São José de Macapá em um período de onze meses (Marin, 1999; Ravena, 1998).

Com o passar das décadas, com o fim da escravidão e a proclamação da República, Macapá se manteve ainda nos mesmos limites do período colonial, como expõe José Alberto Tostes<sup>23</sup>:

---

<sup>23</sup> Tostes tem 60 anos, é professor titular na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS).

*“O Amapá pertenceu à província do Grão Pará e depois ao Estado do Pará e essa área foi tratada como uma inércia total [...] até final de 1930, por volta de 39 para 1940, Macapá tinha menos de 1000 habitantes. Havia um surto de malária absurdo naquela época, a cidade de Macapá se limitava a um perímetro muito pequeno que é hoje onde está a Fortaleza de São José, aonde é hoje o bairro Perpétuo Socorro antigo Igarapé das Mulheres e mais ou menos uma faixa de 400 M para a parte interna a partir da orla”.*

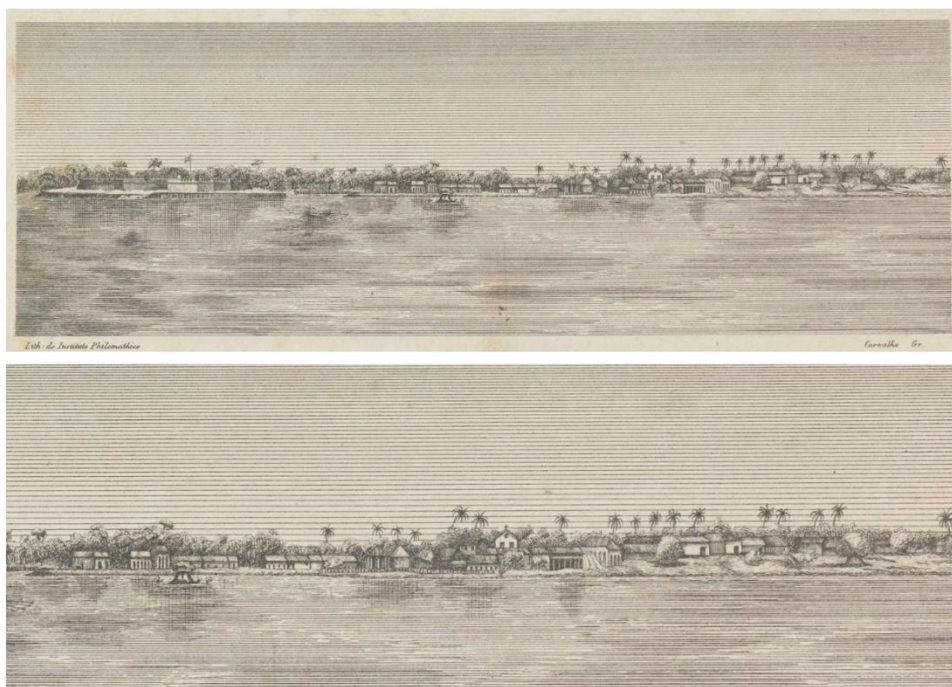
A inércia é colocada em relação à estagnação do perímetro urbano da vila, que se manteve nos moldes da urbanização pombalina (Araújo, 1998). Para Canto (2019), os moradores se mantiveram em um tempo lento, levando a vida em um sistema de cultura tradicional, que é característico das cidades ribeirinhas amazônicas, das cidades da floresta (Trindade Júnior, 2000). Ainda que o espaço concebido se mantivesse restrito ao passado colonial, sem grandes mudanças, o espaço vivido, em contraponto, se manteve ativo, através, sobretudo, do florescimento das comunidades negras descendentes dos africanos que construíram, em conjunto com os indígenas, não somente o maior símbolo da cidade, a FSJM, mas o estabelecimento de uma cultura afro-indígena que se mantém presente até os dias atuais na cidade de Macapá.

Por influência da quantidade de pessoas escravizadas trazidas para trabalhar na construção da FSJM e pelos que acompanharam os açorianos, a vila de Macapá teve a sua população composta de modo majoritário por pessoas negras, como afirma Canto: “os nativos eram, em sua maioria, negros e mulatos pobres, descendentes de escravizados que ajudaram a construir a FSJM e que viviam da agricultura nos arredores da cidade” (Canto, 2019, p. 167).

O centro da cidade e a frente da cidade acompanhou esse florescimento, em que as pessoas que sofreram com a diáspora africana, que por muito tempo foram forçados ao trabalho em uma terra longe da sua, longe dos seus familiares e suas comunidades, conseguiram emergir da dimensão de morte criada pelo colonialismo e criaram laços nessa nova terra de frente ao rio-mar. Canto (2019) aponta duas áreas em que a população negra se estabeleceu dentro da vila, no Largo São José, área em que cultivavam mandioca, próximo à igreja São José de Macapá, e na frente da cidade, nas proximidades do principal porto de Macapá (Canto, 2019).

A frente da cidade se dispõe ao longo do rio Amazonas, com a presença da vegetação de várzea e próxima das atividades portuárias, as casas e as roças do povo negro macapaense eram configuradas de modo humilde, mas eram propriedades suas, “doadas por antigos senhores a seus escravos e herdadas pelos seus descendentes” (Canto, 2019, p. 171). A Figura 20 é a representação gráfica da vista da cidade para quem chega navegando, com a FSJM, a Igreja de São José e as residências que estavam situadas na frente da cidade. Um detalhe importante é a diferenciação entre as edificações, algumas são situadas mais próximas umas das outras e demonstram ser abastadas, com várias esquadrias, enquanto as situadas mais à direita possuem somente uma esquadria e mais vegetação ao seu redor. Aparentemente, as construções mais simples podem ser a representação das habitações da população negra que residia na frente da cidade, devido a localização na gravura, a caracterização das edificações e a presença de vegetação que as famílias negras buscavam preservar e cultivar, como veremos mais à frente no texto.

**Figura 20** - Gravura da frente da cidade de Macapá (acima), com uma parte em destaque com a diferenciação entre as casas (abaixo).



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base em Carvalho (2015).

## 5.2 “Janary disse: eu não quero ver preto na frente da cidade”

A ocupação da frente da cidade pela população negra produziu um espaço social cujas territorialidades se relacionam com a sua descendência africana. A vila Santa

Engrácia foi um dos principais lugares da comunidade negra em Macapá, situada onde atualmente é a Residência do Governador, em frente a Praça Barão do Rio Branco, ou Largo de São João, como era denominada na época da Vila de São José (IPHAN, 2018). Era onde as pessoas se reuniam em comunidade, lugar das sociabilidades e da celebração das manifestações culturais, em especial, o Marabaixo (Bentes, 2020; IPHAN, 2018).

Contudo, a vila Santa Engrácia teve suas construções demolidas para que ali fossem construídas as habitações dos novos servidores que viajaram à Macapá para trabalhar no Território Federal do Amapá, criado em 1943. Resultado do programa político do governador territorial Janary Nunes, que colocou em prática uma reforma urbana para tornar a cidade de Macapá a altura da nomenclatura de Capital do TFA. Um momento que marca a produção de espaço urbano de Macapá na década de 1940.

**Figura 21** - Casas construídas para os servidores do Governo Janary Nunes em frente à Praça Barão do Rio Branco, 1951.



**Fonte:** Lázaro (2020).

As transformações urbanas tiveram grande impacto nas comunidades negras que viviam em Macapá, sendo um momento que ressoa até o presente na memória dos descendentes, como Esmeraldina Santos<sup>24</sup>, que fala sobre as mudanças que aconteceram a partir da ação do governador territorial:

---

<sup>24</sup> Esmeraldina tem 69 anos, voltou a residir no Curiaú há 21 anos, antes morava no bairro do Laguinho. É escritora, marabaixeira e quilombola do Quilombo do Curiaú.

*“Quando o Janary disse ‘eu não quero ver preto na frente da cidade, eu quero esse pedaço aqui para trazer os meus secretários’. O que vão fazer? Que foi aquelas casas hoje em dia estão tudo sendo secretaria ali na praça”.*

A praça que ela faz referência é a Praça Barão do Rio Branco, pois a Vila Santa Engrácia ficava em frente a ela. Essa remoção é considerada o primeiro ato de segregação estabelecido pelo Estado no Amapá (Nascimento; Santos, 2023), sendo removida em nome do desenvolvimento e do progresso do discurso de Janary Nunes. O higienismo promovido pela reforma urbana não alterou somente a materialidade do centro e da frente da cidade, mas os hábitos e costumes desenvolvidos naquele espaço. A percepção foi de que aqueles espaços não eram para o povo negro de Macapá. Para Sebastião, a ação higienista foi normalizada nas cidades brasileiras, fazendo com que as populações sejam “esquecidas” longe dos centros da cidade, distante da frente da cidade:

*“Como tu vê em todas as capitais, a frente da cidade é a beleza, joga o povo que é esquecido lá pro fundo. Então se eles podiam enfeiar a cidade por questões de ser mal vestido, de não ter cultura, não ter estudo, vocês vão sair daqui porque aqui só vou fazer casa para morar Doutor e é por isso que até tem o ladrão do Marabaixo”.*

Ele associa a outras capitais de nosso país, pois é um padrão que se repete diante do paradigma do pensamento moderno na urbanização brasileira. Apesar do fim da colonização, a relação de dominação continua em referência às cidades europeias que se afirmam como modelos universais de urbanização e territorialização. São importadas concepções e práticas de produção e uso dos espaços, como os ideais da reforma de Haussmann<sup>25</sup>, considerado um modelo de modernização, que promove o higienismo das cidades ao promover a expulsão de moradores “indesejados” dos centros urbanos.

Um dos maiores exemplos foi a reforma urbana promovida na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos, no período entre 1902 e 1906, que ao se inspirar nos processos de “embelezamento” da reforma de Paris, promoveu o deslocamento de diversas relações socioespaciais, na sua maioria referente a população negra, que foram segregados em direção a áreas urbanas localizadas na periferia da cidade. Sebastião fez justamente essa

---

<sup>25</sup> George-Eugène Haussmann foi responsável pelo Plano de Paris que reestruturou a forma urbana da cidade na segunda metade do século XIX.

associação em sua fala, entre a relação entre a frente da cidade e a beleza, e o do povo esquecido e o fundo da cidade, isto é, as áreas periféricas.

*“A frente da cidade é a beleza, joga o povo que é esquecido lá pro fundo”.*

O que é feito no espaço social contribui para uma internalização da dominação pregada pela colonialidade, não como um cúmplice, mas um meio da ação desta lógica de poder, como Lefebvre (2008, p. 44) aponta: “o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder”. O espaço não é um aliado ao poder, mas se encontra alinhado aos detentores de poder, pois eles conseguem cooptar e dominar, se embrenhando e assim se fortalecendo através do espaço.

Entretanto, Lefebvre também informa que o espaço é “um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação” (Lefebvre, 2008, p. 44), então, através do seu estudo, isto é, dessa própria pesquisa, podemos esclarecer essa dominação que existe e está tão bem declarada em nosso mundo social. Através do entendimento das palavras de Sebastião, o espaço se mostra como um lugar de história. À medida que o tempo age sobre esse espaço, faz com que ele acumule momentos e relações socioespaciais que atravessam o espaço-tempo e chegam até nós pela oralidade dos interlocutores. Sabendo como o espaço é produzido, sobretudo, pelos interesses e estratégias dos agentes sociais detentores de poder, através do conhecimento que surge com os interlocutores da pesquisa, podemos ver outras maneiras de entender a história da cidade e do urbano.

O poder da oralidade resgata a ancestralidade dessas pessoas e das relações que existiam naquele espaço, em determinado tempo. O que aconteceu na destruição das casas da vila Santa Engrácia, e de outros lugares que o povo negro ocupava, passou a ser discutido pela perspectiva das pessoas ligadas a esse espaço, pelos seus descendentes, pelos detentores da ancestralidade dos que ali viveram. Então, é como se o evento ainda pudesse ser percebido e assim gerar novos entendimentos nos dias atuais, ao escutarmos as pessoas que carregam esses saberes e histórias. Novos desdobramentos de histórias que grande parte da população nem tem conhecimento.

O espaço é marcado e produzido pelos agentes sociais que o transformam, de acordo com os seus interesses e estratégias que dominam os processos urbanos. Das cinco categorias de agentes sociais definidas por Corrêa (2004), quatro trabalham, sobretudo, a

favor da máquina do capital, enquanto a quinta categoria é esmagada pela lógica capitalista. Com a criação do TFA, novas necessidades surgiram, e assim prevaleceu os interesses dos agentes sociais dominantes que determinaram que aqueles casebres e roças de cultivo das famílias negras de Macapá deveriam ser eliminados, para que se abrisse espaço para as intervenções urbanas que o Estado tinha traçado.

Quando perguntada o que ela sabia sobre essa ação na frente da cidade, Tatiane afirma que a retirada das famílias negras foi um processo de higienização, que não ocorreu somente em Macapá, mas em outras cidades também:

*“Pelo que eu sei, por exemplo a frente da cidade, a cidade de Macapá, a cidade velha que a gente chama que é o centro agora. Ela era tomada por todas as famílias negras do Território do Amapá, e tem dessas famílias também de origem do Curiaú, que a família Ramos também se fazia presente nesse meio.*

*Então é uma das coisas que o Janary trouxe pra gente, porque passou por esse processo de higienização das cidades, e a retirada foi... a gente sabe que nos outros estados no Brasil houve revoltas, mas no estado do Amapá não houve essa revolta, porque o que aconteceu: o Janary conseguiu persuadir uma das lideranças que era o seu Julião Ramos. E a outra liderança era a dona Gertrudes Saturnino. E aí ele conseguiu convencer o primeiro, o líder maior, que era ele, de convencer o povo a se retirar aí para mais para longe para poder dar vaga pros professores que vinham para dar aula no Território do Amapá, os doutores, os engenheiros que vinham para trazer toda a infraestrutura para o território.*

*E essa retirada pra gente não foi muito boa, porque a gente vivia nos melhores lugares. Então do Barão do Rio Branco até aqui no centro tudo era morada do Povo Preto.”*

Ela fala da estratégia utilizada pelo Estado, em conseguir persuadir uma das principais lideranças a aceitar a tratativa da transferência das famílias que habitavam aquela área para outra mais distante do núcleo urbano, localizada depois do Poço do Mato, conhecida por Campos do Laguinho. Segundo a obra “Personagens Ilustres do Amapá Vol. I”, o mestre Julião Ramos aceitou o acordo pois o governador definiu um compromisso em promover a construção de moradias e a urbanização da área, como a

abertura de vias e fornecimento de rede elétrica. Assim, o mestre garantiu à sua comunidade o compromisso firmado por Janary Nunes.

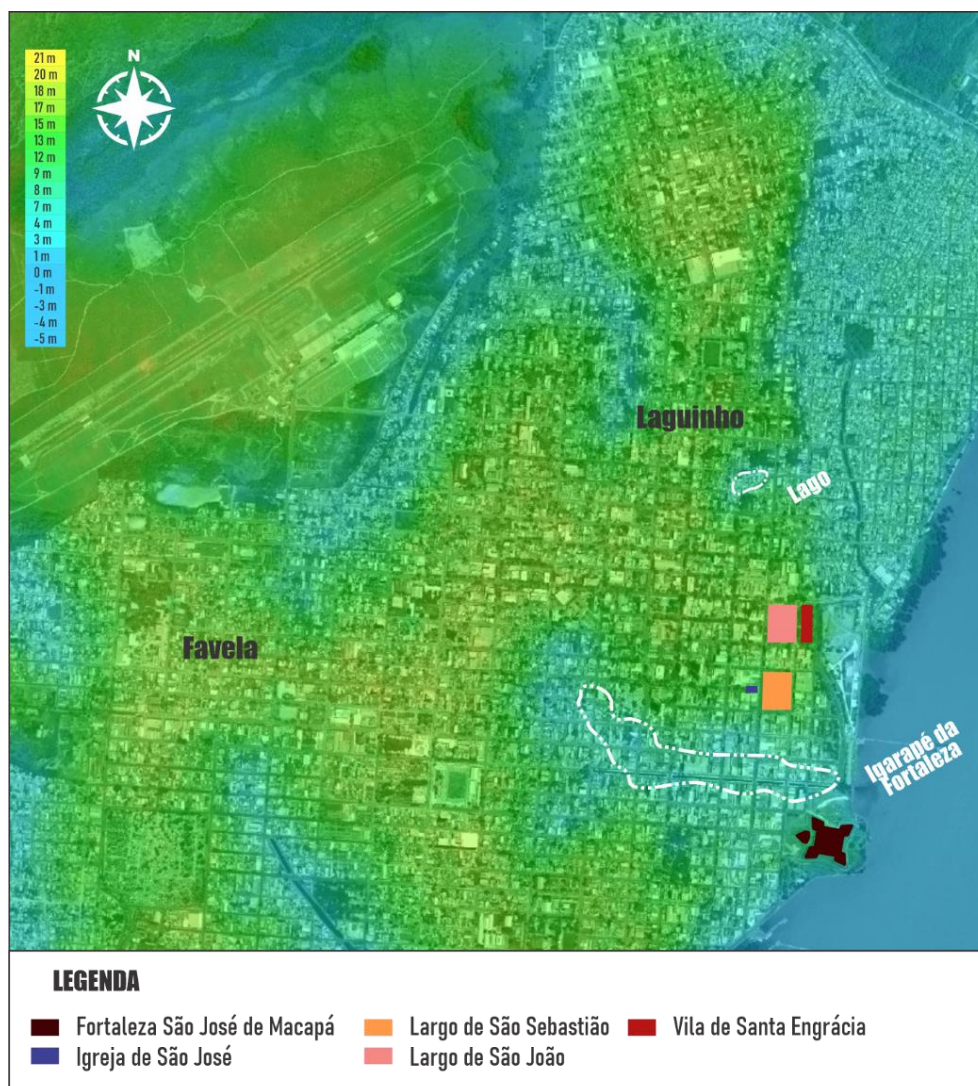
Eles saíram de lá através de um compromisso fundamentado na colonialidade do poder e do ser, como se eles não pertencessem àquele espaço, pois ali deveria ser o lugar dos que iriam trazer melhorias e benefícios à cidade e sua população. Ainda que eles não conseguissem cancelar o acordo com entre os líderes, as famílias negras não negaram que se revoltaram por ter que deixar as suas terras com as suas plantações que se perderiam. Mas, a principal reação partiu da outra liderança apontada por Tatiane, dona Gertrudes Sartunino, que não foi consultada sobre o acordo realizado, por não concordar com o que aconteceu, ela não seguiu para os Campos do Laguinho junto com Julião Ramos e sim para outra área periférica da cidade, a Favela:

*“É porque quase dela não se tem falas, a gente sabe pela parte oral, pela própria oralidade e pelo que os filhos falam, os filhos e os netos falam dela. Mas que ela também não, ela tava ficou tão revoltada, que ela não caminhou pro mesmo lado que o Julião foi. Julião foi pro Laguinho e ela subiu pra Favela. Então ela teve que formar a família, a base familiar da Favela hoje, o bairro Santa Rita, é da dona Gertrudes Sartunino, que ela foi levar o povo dela para lá, triste por não ter estado na presença dessa tratativa que o Julião decidiu. E aí o povo cambou para um lado e ela foi pro outro”.*

A segregação que ocorreu na reforma urbana não promoveu somente a destruição das suas casas, mas houve a expulsão de seus lares, dos seus lugares de afeto, e do principal lugar das sociabilidades da comunidade negra de Macapá daquela época (Bentes, 2020), a Vila Santa Engrácia. A população teve que seguir para áreas periurbanas, alguns foram em direção aos campos do Laguinho, seguindo o Mestre Julião Ramos, e a outra parte, à Favela, sob a liderança de Dona Gertrudes Sartunino (IPHAN, 2018; Bentes, 2020).

Simbolicamente, foi a colonialidade do poder que causou essa ruptura na comunidade negra afroamapaense, em uma produção simbólica como instrumento de dominação (Bourdieu, 1989). Nesse caso, o acordo realizado agiu como este instrumento a favor da perpetuação da dominação dos que tentavam sair da teia de subjugamento implementada pela lógica colonial herdada.

**Figura 22** - Representação dos lugares associados à expulsão da população negra da frente da cidade.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base no Topographic (2024).

Durante as entrevistas, não se buscam culpados sobre o acordo realizado, sim, existem as significações que são produto de intenções conscientes no mundo social, como explora Bourdieu (1989) sobre a objetivação participante e o poder simbólico. Ademais, há uma “verdade dupla, objetiva e subjetiva, que constitui a verdade completa do mundo social” (Bourdieu, 1989, p. 53) que é percebida no espaço de interação, através da intersecção entre os campos diferentes. Nesta verdade dupla, existem os interesses e as estratégias que surgem à primeira vista, como a expulsão das famílias para promover melhorias na cidade de Macapá, porém, de modo subjetivo, há o desenrolar do pensamento moderno ocidental como padrão de poder, fazendo com que os modos de vida do Outro sejam subjugados e espacialmente segregados para longe de onde está a renda da terra.

A tratativa foi um produto simbólico que não fez somente a comunidade divergir para destinos diferentes, mas sugeriu uma ruptura nas relações comunitárias com o seu território. A significação passa a ser preenchida de acordo com o campo de dominação elaborado pelos que detém o poder, então se antes a frente da cidade era do povo preto, como bem disse Tatiane, com a política janarista, essa percepção passou por um processo de transformação.

*“Então do Barão do Rio Branco até aqui no centro, tudo era morada do Povo Preto”.*

A manipulação do sentido resultou na transformação do espaço, a partir da intenção e da vontade de impor uma nova imagem de Macapá, uma em que não existem territorialidades negras na porta de entrada da cidade. Seguindo Sartre (1996) ao apontar que significação é leitura e não percepção, apontamos que surgiu uma nova leitura sobre essa parte da cidade. A imagem de que ali era a morada do povo preto de Macapá foi apagada da cidade e do imaginário da população de Macapá.

A discussão sobre esse processo de higienização mostra a importância da oralidade para reaver a história do povo afroamapaense, que tem as suas origens apagadas pelo processo histórico colonialista. Para Bispo dos Santos (2018), o pensamento academicista é sintético, o pensamento orgânico, movimentado pela oralidade, é que tem o poder de nos conectar à vida. Pouco se tem registros da vida, do cotidiano dos africanos que sofreram tráfico humano, apenas sobre o trabalho em que eles foram submetidos, afinal, de acordo com o pensamento hegemônico, é essa a única visão sobre essas pessoas, apenas corpos a serviço da máquina colonial. Mas, seus corpos contam histórias e produzem territorialidades e resistência, e assim foi com o Marabaixo.

A cultura brasileira tem muita influência das manifestações africanas, em relação a expressões artísticas, religiosas, sociais, entre outras. No Amapá, o Marabaixo se tornou referência de identidade e patrimônio cultural do estado (Silva, 2023). mas a manifestação cultural, mesmo muitas vezes à margem, se manteve associada à cultura amapaense, sobretudo, às comunidades negras que formam o Estado do Amapá. São as águas que influenciam essa manifestação cultural que alia arte, religião e resistência. De matriz africana, o Marabaixo compartilha uma especificidade com outras manifestações africanas incorporadas a cultura brasileira, como o Congado e o Maracatu, que também adotam a perspectiva de travessia sobre a água:

Porque se no Congado é Nossa Senhora do Rosário quem atravessa o mar, mas também o Rei Congo Galanga, e enquanto no Maracatu é a Rainha Njinga, no Marabaixo são os próprios homens. A Origem do Marabaixo tem essa sensibilidade de lançar luz sobre o homem comum, sem grandes feitos heroicos, mas devoto e que se prepara para a morte e exige que um rito festivo encomende sua partida. Este homem que foi lançado do porão de um navio para nunca mais voltar, na maioria dos relatos é um preto velho que não suporta a viagem e acaba sucumbindo à morte (IPHAN, 2018, p. 80).

Não há consenso sobre a sua origem (Pereira, 1989), mas muito se fala sobre a denominação Marabaixo vir do movimento de travessia sobre as águas do Oceano Atlântico durante a diáspora africana, em que os africanos foram levados mar abaixo. É nesse sentido que o Marabaixo surge, como explica Esmeraldina:

*“Marabaixo é sentimento, Marabaixo é ladrão, é aquilo que eu roubo tua história para contar através das caixas tocando. Isso é o Marabaixo. Marabaixo é lamento, Marabaixo é quando eles viviam acorrentado, que não tinham para onde ir, e ficavam cantando aquelas músicas, aquelas músicas de sofrimento. Esse é o Marabaixo, é o sentimento, é o ladrão do Marabaixo, é o sentimento”.*

O Marabaixo é uma manifestação cultural alinhada ao catolicismo popular, cujas celebrações são feitas através de composições musicais chamadas de “ladrões”, marcadas pela manipulação do instrumento caixa e pela expressão da dança coletiva. Os ladrões são textos poéticos que relatam através da oralidade o cotidiano e a história da comunidade, eles recebem essa denominação pois são “tirados” por improviso, são feitos “através de desafios entre os cantadores que devem surpreender uns aos outros com versos complementares que vão encadeando-se, dando sentido à canção e cumprindo a função social esperada” (IPHAN, 2018, p. 17). Sobre uma exibição de Marabaixo no Quilombo do Curiaú, Nunes Pereira descreve:

Não tardou que, a uma ordem do Velho Julião, voltassem pela sala dois tocadores de ‘caixa’, de chapéu à cabeça, e logo homens, mulheres e crianças se puseram a dançar o Marabaixo, variando os ‘passos’ com os toques e as atitudes dos bailantes, abraçados uns, em fila, três a três, lado a lado, isoladamente, frente à frente, mas sem se tocar, provocando-se e esquivando-se, sorrindo-se ou encarando-se de cenho franzido e olhos faiscantes.

Jorravam-lhes dos lábios versos ali improvisados ou as cantigas próprias do Marabaixo, como a Aonde tu Vai Rapais, Pedra Verde e Lírio Roxo (Pereira, 1989, p. 103).

Não há relatos sobre a origem do Marabaixo, pois a preocupação de se registrar a história ficou somente para os dominadores, os dominados ocupavam-se em resistir, em

viver mais um dia. A ancestralidade trouxe o Marabaixo até os dias atuais, como afirma Bispo dos Santos (2018):

Mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade, mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados, mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade. Porque as nossas imagens também são ancestrais (Bispo dos Santos, 2018).

A história foi descrita através das suas próprias vivências, com o seu cotidiano sendo relatado através dos versos, muitas vezes tirados no improviso, dos ladrões de Marabaixo. Escrito por Raimundo Landislau, o ladrão “Aonde tu vai rapaz” é um dos mais famosos e conta a história da reforma urbana de Macapá realizada por Janary Nunes. Os versos relatam o ato segregação executado pela política janarista:

Aonde tu vai rapaz  
 Por esses campos sozinho  
 Vou construir minha morada  
**La nos campos do Laguinho**

Quando vim da minha casa  
 Me perguntou como passou  
 Rapaz eu não tenho casa  
 Tu me dá um armador

Destelhei a minha casa  
 Com a intenção de retelhar  
**Mas a Santa Engrácia não fica**  
 Como a gente pode ficar?

Estava na minha casa  
 Conversando com a companheira  
 Não tenho pena da terra  
 Só tenho do meu coqueiro

Largo de São João  
 Já não tem nome de santo  
 Hoje é reconhecido  
 Por Barão do Rio Branco  
 A Avenida Getúlio Vargas  
 Tá ficando que é um primor  
**Essas casas foram feitas**  
**Pra só morar os doutor**

Dia primeiro de junho  
 Eu não respeito o senhor  
 Eu saio gritando viva  
 Para o nosso governador (Pereira<sup>26</sup>, 1989, p.141, grifo próprio).

A construção dos ladrões de Marabaixo geralmente seguem a métrica de dois cantores em conversa, sendo que a cada dois versos, temos um cantor ou outro. A primeira estrofe já mostra uma incerteza sobre o futuro daquelas famílias que viviam em

---

<sup>26</sup> Versão registrada na obra de Nunes Pereira (1989) ao presenciar a celebração. A escrita dos versos foi modificada para a linguagem atual.

comunidade. O Cantor A<sup>27</sup> afirma que o outro vai sozinho, sem o alicerce da comunidade, indo em direção aos campos, isto é, às áreas além do perímetro urbano de Macapá. Depois, o Cantor B afirma que vai construir a nova morada nos campos do Laguinho, uma região ao noroeste caracterizada pela presença de um lago.

A rapidez da transformação do espaço é observada na sequência dos versos “Quando vim da minha casa, me perguntou como passou” para ser respondida por “Rapaz eu não tenho casa, Tu me dá um armador”. O Cantor A diz que tinha planejado uma reforma no telhado da sua casa, mas é interrompido pelo Cantor B que explica que a vila Santa Engrácia não vai ficar após a transformação urbana, e indaga se nem a Santa Engrácia vai ficar, como eles poderiam ficar? Aqui, temos a expressão da relevância da vila Santa Engrácia como parte do espaço social da comunidade, mostrando a conexão entre a comunidade e o território.

Ao dizer que não tem pena da terra, mas do coqueiro, é revelado o sentimento do afeto, mas não em relação à propriedade da terra, mas ao pertencimento relacionado a esta terra. O afeto está no coqueiro, no seu quintal, na territorialidade que existe pelas relações sociais desenvolvidas ali. Fala-se do sublime que existe nesse espaço, e que está sendo arrancado dessa população em nome da modernidade. As mudanças no entorno são apontadas na 5ª estrofe, como a nova denominação do Largo de São João para Praça Barão do Rio Branco, e a construção das casas aos novos servidores públicos do TFA. Nesta parte, destacamos a associação da beleza da nova realidade, que está ficando “um primor”, sendo pertinente somente aos “doutores”.

A última estrofe do ladrão de Marabaixo mostra as contradições que acompanham o governo de Janary Nunes. No fim, ressoa uma aceitação e reconhecimento positivo sobre as obras que estavam transformando a cidade, apesar dos versos anteriores serem lamentando as intervenções que ocorrem, como a mudança de nomes de logradouros e a indignação sobre a perda das suas moradias. A linha está traçada, de quem é permitido ficar em determinada área da cidade e de quem é expulso, os que ganham casas novas e os que têm as suas destruídas. Qual seria a constituição dessa linha?

A política janarista usou da “tecnologia política do corpo” (Foucault, 1979) para tentar remover o que era indesejado em seu desejo de construir uma cidade moderna. Uma ação de higienismo pautada pela questão racial da população, sendo um resultado

---

<sup>27</sup> Para elucidar o “roubo” que acontece nos ladrões, vamos situar o Cantor A e o Cantor B.

totalmente alinhado ao paradigma da modernidade, pois, de acordo com Quijano (2005), a ideia de raça impõe uma classificação social que se mostra como um dos eixos fundamentais do novo padrão de poder instituído pelo capitalismo colonial/moderno:

Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (Quijano, 2005, p. 107).

A segregação promovida foi legitimada por esse padrão de poder hegemônico, os corpos subalternizados deveriam sair do lugar que não pertence a eles, pois as colonialidades definem as relações de superioridade/inferioridade. E quem definiu esse pertencimento foi o Estado, detentor de poder sob o espaço, traçando o controle através da biopolítica, uma vez que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo” (Foucault, 1979, p. 80).

Segundo Dussel (2005), devido ao período da modernidade ser considerado como detentor de um caráter civilizatório, as barbáries realizadas contra determinadas populações são interpretadas como inevitáveis. Assim, o pensamento moderno justifica todos e quaisquer “sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis” (Dussel, 2005, p. 29).

Para Quijano (2005), a ideia de raça é “uma categoria mental da modernidade”, pois ela, “em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América” (Quijano, 2005, p. 107). Segundo Dussel (1993), a modernidade nasce em 1492, “quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade” (Dussel, 1993, p. 08). Portanto, a existência da raça como conceito é essencial ao êxito da modernidade, bem como aos outros elementos encadeados a ela, como a invenção da América, o pensamento eurocêntrico e o próprio mundo colonial (Dussel, 2005; Quijano, 2005; Mignolo, 2005).

### **5.3 Territorialidades que contracolonizam**

De acordo com Sack (1983), a territorialidade está intrinsecamente relacionada ao poder, sendo uma expressão geográfica do poder social que se estabelece como meio de inter-relação entre o espaço e o tempo. No que se refere a território, Milton Santos explica:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2011, p. 13).

No contexto do Marabaixo, entende-se a territorialidade como a construção intrínseca do indivíduo com as suas manifestações culturais através do tempo e do espaço. A performance do Marabaixo carrega uma expressão territorial desde o início dos seus festejos, uma vez que ela começa com o rito do corte do mastro, que posteriormente será levantado no lugar em que o Marabaixo vai ser realizado, como uma casa, sede ou barracão (Silva, 2004).

**Figura 23** - Grupos de Marabaixo realizam o corte do mastro em área de mata do Quilombo do Curiaú.



**Foto:** Penha (2025).

Na obra “Curiaú: a resistência de um povo”, Silva (2004) informa sobre os ritos do Marabaixo, o mastro geralmente é feito de uma árvore chamada pau-espírito-santo, cuja casca tem valor medicinal e se encontra em extinção em sua comunidade. A retirada do mastro é feita nas matas próximas aos lugares do festejo, e é realizada pela própria comunidade em um momento simbólico de união ao som das caixas de percussão e dos ladrões de Marabaixo, como explica Elísia Congó<sup>28</sup>:

É um momento para celebrar junto o que temos em comum, que é a força da fé e da tradição que nos unem. Antigamente, essa retirada era feita só por homens. Hoje, isso mudou e os grupos são comandados por mulheres. O

<sup>28</sup> Elísia Congó é marabaixeira do grupo Raízes da Favela.

mastro fica em frente ao barracão e é o marco de onde acontecem as celebrações, ao Divino e à Santíssima (Penha, 2025).

As celebrações ocorrem sempre em comunidade e em lugares apropriados para tal, que simbolicamente carregam a importância do Marabaixo. Ainda no mesmo dia da retirada do mastro, Silva (2004) expõe como se sucedem os eventos que marcam o início do festejo:

Na tarde do festejo, uma multidão de todas as faixas etárias se dirige a uma mata para quebrar os galhos de muteiras, uma árvore que até bem pouco tempo era sagrada. As rameiras enfeitam o mastro. É uma grande alegria por parte dos brincantes que vão de cavalo, bicicleta e de pés. Os tocadores de caixas em número de dois ou três são acompanhados pelos cantadores de ladrão, apropriados ao momento. Numa atmosfera de alegria ao som do tom forte do toque apoiado pelo canto, fogos e bebidas faz com que todos cantem e gritem. [...] As rameiras são enroladas no pau que se transforma em mastro enfeitado, firmando em cima uma bandeira com imagens de Santa Maria, Mãe de Jesus ou de outros santos que por ventura estejam sendo festejados. No salão, homens e mulheres, uns tocando, outros dançando vão rodopiando cantando ladrões longos ou curtos até o momento de uma pausa para apertar as caixas ou começar outro ladrão. E assim vão até o amanhecer (Silva, 2004, p. 35-36).

A descrição mostra como o lugar das celebrações são espaços apropriados pela comunidade, que ressoam as performances e manifestações. Por ser uma celebração vinculada às festividades do catolicismo popular, o Marabaixo tem igrejas vinculadas a sua prática (IPHAN, 2018). Quando viviam no centro de Macapá, a população levava o Marabaixo tradicionalmente em cortejos até a Igreja de São José durante o Ciclo do Marabaixo, mas, em meados da década de 1940, a Igreja passou a não mais tolerar essa prática, por considerá-la associada a atos profanos e imorais (Tartaglia, 2021).

Institucionalmente, colocaram obstáculos nos caminhos da prática do Marabaixo na cidade de Macapá, primeiro com a Igreja Católica, e depois com o Estado. Na dimensão do institucional, os marabaixeiros sofreram com o silenciamento e a segregação, resultados de um processo de desterritorialização, entretanto, na dimensão simbólica, notou-se que não houve um profundo impacto, pois, mesmo após a cisão que dividiu a população, os ciclos do Marabaixo continuaram acontecendo nas novas áreas de ocupação.

O Marabaixo é feito de territórios e lugares que são abertos a essa celebração, mas, além de tudo, o principal lugar em que o Marabaixo é encontrado e celebrado é na comunidade, é na reunião dos corpos-territórios (Haesbaert, 2020). Pois, mesmo com a saída da comunidade negra para o Lagunho e Favela, as territorialidades inerentes a essa manifestação cultural foram levadas essencialmente pela população.

Corpos subalternizados, situados no lado dos dominados da dicotomia do paradigma da modernidade, que carregam a celebração ancestral ao Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade<sup>29</sup> (Videira, 2014), foram os que atravessaram os obstáculos. Ao segregarem a população negra que habitava a frente da cidade para áreas periféricas, conseguiram ter o controle dos corpos que estavam naquele espaço, mas os seus corpos expressam as suas territorialidades, pois o território é o mundo do vivido, então eles puderam carregar e levar consigo as territorialidades inerentes ao que vivenciaram.

Eles carregaram, sobretudo, as territorialidades imbuídas pelo Marabaixo, que por si já detinha uma relação com o espaço vivenciado, desde o processo de levantamento do mastro até os festejos que duravam toda a madrugada. Há uma multiplicidade de composições de inter-relações entre o mundo dos humanos e não-humanos que configuram complexidades no espaço social (Haesbaert, 2020); atravessam e coexistem na dimensão do simbólico e, assim, no espaço vivido, percebido e concebido (Lefebvre, 2006).

Um dos modos de compreender o vivido é através das relações que configuram o território, através de seu valor simbólico e do modo que a “territorialidade do acontecer histórico está sempre mudando” (Santos, 2017, p.168). A complexidade da estruturação das territorialidades se revela, pois, as duas áreas em que a população se destinou, após saírem da frente da cidade, não faziam parte da zona urbana de Macapá, eram apenas “campos”. Mas, a partir da apropriação do espaço pela população, houve o desenvolvimento urbano que resultou na consolidação dos bairros Laguinho e Santa Rita (antes, Favela).

Ao longo das décadas, os bairros se mantiveram como redutos de celebração da ancestralidade. Em 2018, o IPHAN publicou o Dossiê de Registro em que foi realizado o levantamento dos grupos de Marabaixo do Amapá, na zona urbana de Macapá foi estabelecido que os bairros Laguinho e Favela se mantiveram como “redutos tradicionais da prática do Marabaixo em Macapá” (IPHAN, 2018, p.07).

De acordo com Pessoa e Venera (2016), o Marabaixo tem o poder de relatar os processos urbanos vinculados a territorialidades negras na cidade de Macapá. A cidade cresceu a partir do movimento iniciado por Janary Nunes, mas, sobretudo, a partir de áreas de expansão constituídas por territorialidades negras. Segundo Quadros (2024), nos

---

<sup>29</sup> Em Macapá, as celebrações são ao Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade. Mas, em outras localidades do interior do Amapá também celebram santos católicos.

dias atuais, as identidades desses dois bairros tiveram desdobramentos diferentes: o Laguinho é conhecido por ser o bairro negro de Macapá, é o lugar que abriga a edificação que abriga a União dos Negros do Amapá e tem como igreja principal, uma dedicada ao santo negro, o São Benedito, enquanto a Favela teve o seu nome mudado para Santa Rita, é como um lugar não oficial que existe na memória de Macapá, mas que continua presente na história da cidade, sendo o lar da primeira escola de samba do Amapá, a Maracatu da Favela.

Os corpos-territórios estabeleceram uma “r-existência” configurando “outras matrizes de racionalidade subalternizadas” (Porto-Gonçalves, 2013). As territorialidades negras seguiram de formas distintas marcaram a cidade de Macapá, influenciando em seu desenvolvimento urbano e cultural, pois, bem como aponta Lefebvre (2006, p. 02) sobre a relação entre corpo e espaço: “cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele aí se produz e o produz”. Para Bispo dos Santos (2018), essa capacidade de reeditar as trajetórias a partir das próprias matrizes é o que ele conceitua de contracolonização, um processo que os quilombolas e os indígenas conseguem realizar em função do seu pensamento em consonância com a circularidade e pela sua cosmovisão não ser fundamentada no eurocristianismo.

A circularidade é uma capacidade inerente a água, ela “não reflui, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade” (Bispo dos Santos, 2023, p. 31), diferente do pensamento eurocristão colonialista, que “só podem ir e refluir, porque não circulam, como nós. O transporte vai e volta, em linha reta” (Bispo dos Santos, 2023, p. 31). De certa maneira, as territorialidades negras se encontram em circularidade, confluíram na frente da cidade enquanto floresceram como comunidade na Vila Engrácia e Largo São José, e depois transfluíram no Laguinho e na Favela. O modo deles de contracolonizar foi semeando a cultura negra nesses bairros e fundando não somente grupos de marabaixo, mas escolas de samba e clubes de futebol (Quadros, 2024), mantendo um senso de comunidade e identidade que celebra a sua ancestralidade. Ao potencializar e fortalecer as suas territorialidades, ocorre o enfraquecimento do colonialismo que se perpetua em colonialidades.

Há uma relação direta, em que “o corpo, com suas energias disponíveis, o corpo vivo, cria ou produz seu espaço: inversamente, as leis do espaço, isto é, da discernibilidade no espaço, são aquelas do corpo vivo e do desenvolvimento de suas energias” (Lefebvre, 2006, p. 02). A ação simbólica que envolve o Marabaixo move

processos sociais que formam territorialidades negras (Turner, 2008), em uma temporalidade própria, apesar das tentativas de silenciamento e segregação, pois: “o que ontem era liminar hoje está estabelecido, o que hoje é periférico torna-se o central amanhã” (Turner, 2008, p. 14).

Os mesmos corpos subalternizados, segregados pelo recorte racial no prisma do paradigma moderno, foram os que apropriaram o espaço e o integraram ao tecido urbano de Macapá, em uma liminaridade através da experiência e performance (Turner, 2008). O Marabaixo tornou-se símbolo da resistência cultural e religiosa (Custódio, 2016), pois, enquanto dança afrodescendente celebrada em comunidade, havia força e simbolismo que situou o Marabaixo como um elo entre história, memória e educação, ao promover o fortalecimento da identidade afroamapaense (Pessoa, 2015). Atualmente, o Estado apoia a realização do Ciclo do Marabaixo e as celebrações voltaram a ocorrer no centro da cidade, em frente à Igreja São José.

**Figura 24** - Registro da celebração do início do Ciclo do Marabaixo em 2017 em frente à Igreja de São José, no centro da cidade.



**Foto:** Loureiro (2017).

## 6. CAMINHOS E VIVÊNCIAS ENTRE AS FORMAS DA ÁGUA

*“Terra, terra  
Por mais distante  
O errante navegante  
Quem jamais te esqueceria”*  
(Joãozinho Gomes e Zé Miguel)

As territorialidades contracoloniais discutidas no capítulo anterior mostram a possibilidade de ir contra a lógica hegemônica a partir das vivências dos subalternizados pelo colonialismo. Neste capítulo, a proposta é discutir possibilidades de contracolonizar a estrutura organizativa do espaço social ao caminharmos pelos processos urbanos que surgem do entrelaçamento da cidade com a água.

Macapá é feita de água, mesmo com o pensamento hegemônico tentando aterrar os cursos d’água e a marca dessa história, no entanto, através de uma empiria delicada foi possível ir ao encontro de novas formas de compreender a cidade e sua conectividade com a água. A abordagem é feita de acordo com a sua evolução urbana, Macapá indo de cidade na floresta para uma cidade média ao longo da apropriação das formas da água. Primeiro com o núcleo urbano, em que a Vila de São José se encontrava delimitada dentre os dois igarapés e o surgimento das dinâmicas socioespaciais na beira da cidade, depois com os novos bairros situados na fronteira entre urbano e rural, formados pela expansão urbana sobre as áreas inundáveis.

Na produção de espaço, a cultura dominante, o pensamento eurocêntrico moderno, coloca uma função no movimento das pessoas que inicialmente ocuparam os lagos, igarapés e ressacas da cidade, como se tais espaços devessem ter alguma utilidade. Como se na relação entre indivíduo e natureza/espaço houvesse apenas uma direção, em que a natureza/espaço é inferiorizada ao poder do indivíduo. Contudo, o mundo não opera em dicotomias, como explica Porto-Gonçalves (2006):

Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo (Porto-Gonçalves, 2006, p. 163).

A sociedade é espaço, a população que ocupa as áreas inundáveis faz parte desse espaço e o espaço apropriado por elas faz parte da sua vivência. Sem romantizar as

dificuldades de se viver em áreas marginalizadas e segregadas socioespacialmente, mas em uma visão do entrelaçamento entre sociedade e espaço que beira o pertencimento ao lugar (hooks, 2022). Nesta abordagem não há dicotomias, mas dualidades que retornam à intangibilidade do olhar da cidade pela cumplicidade das águas do rio e fomentam forças imaginantes que levam a uma multisociodiversidade. Lugares marginalizados no tecido urbano, mas que permitiram a expansão urbana da cidade e abrigaram os migrantes que não eram aceitos na terra firme. Espaços produzidos através da singularidade da cidade de Macapá, do estar entre águas, mas que são percebidos como lugares indesejados pelos agentes detentores de poder.

As diferenças que existem devem ser potencializadas dentro do que surge dessas confluências, das passagens que existem na cidade. Com os fragmentos urbanos trabalhados neste capítulo, pudemos visualizar que a ocupação urbana sobre as águas não engloba somente um ou dois fatores, que institucionalmente são vistos com temática ambiental. A proposta é situar os conflitos socioambientais destes espaços em uma autodeterminação do que esses espaços realmente são na cidade, para as pessoas que o vivenciam e não aos que preencheram o espaço por significações herdadas pelo colonialismo.

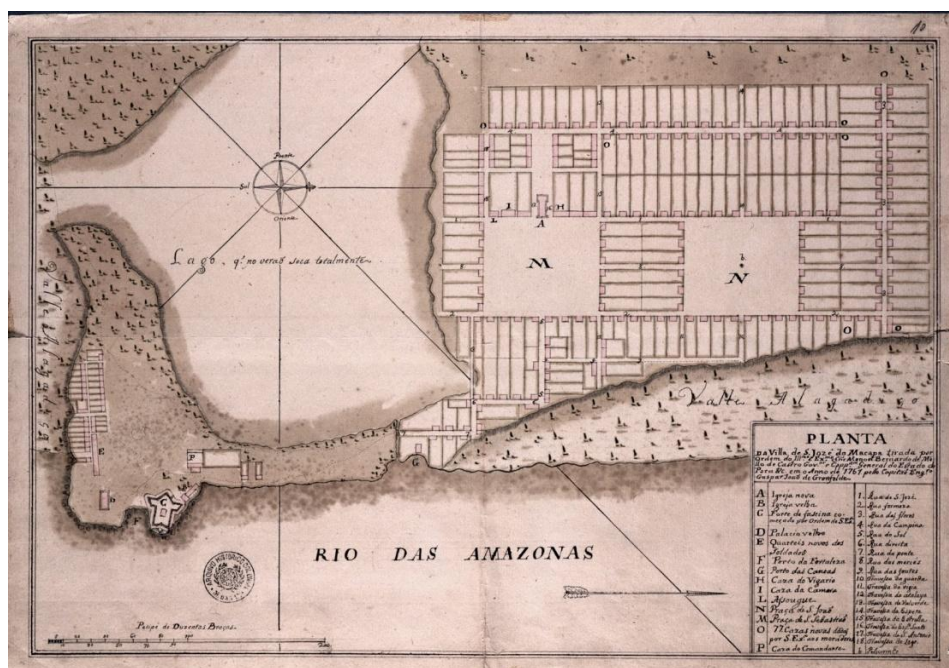
### **6.1 Os igarapés e as memórias da beira**

Quando ainda era designada como Vila de São José de Macapá, a urbe se desenvolveu dentre dois cursos d'água, o Igarapé da Fortaleza e o Igarapé das Mulheres (Lobato, 2019). Na Planta da Vila de São José de Macapá (Figura 25) é mostrada as influências das marés e do clima nas áreas inundáveis nos arredores do núcleo urbano de Macapá, em que são representados um “lago q'no verão seca totalmente” e um “valle alagadiço”<sup>30</sup>, respectivamente, à Leste e ao Sul do núcleo urbano. O “lago que no verão seca totalmente” é o Igarapé da Fortaleza e o “vale alagadiço” é a área de várzea localizada em frente ao núcleo urbano, que acompanha o movimento das águas do Rio Amazonas, e onde está situado o Igarapé das Mulheres.

---

<sup>30</sup> Nesta representação gráfica tem duas áreas nomeadas como Valle Alagadiço, uma ao Sul e outra ao extremo Leste.

**Figura 25** - Planta da Vila São José de Macapá, datada de 1761.



**Fonte:** Luna (2009).

Inicialmente, esses dois cursos d'água marcavam os limites da cidade. É entre eles que vemos a vida urbana florescer, cada um propiciando diferentes relações socioespaciais no espaço social, de acordo com as funções que a sociedade impôs aos cursos d'água. Em um encontro das histórias da cidade e histórias do urbano (Santos, 1992), temos a presença desses dois cursos d'água, formados pelas águas do rio Amazonas, que ajudam a contar a história da produção de espaço de Macapá.

Como o seu nome já indica, o Igarapé da Fortaleza ficava localizado próximo a Fortaleza de São José de Macapá, atual bairro Central, e foi canalizado<sup>31</sup> e aterrado na década de 1970, enquanto o Igarapé das Mulheres atualmente permanece como um elemento do espaço da cidade, nomeado em razão das mulheres que iam lavar as roupas das suas famílias ou das famílias que elas trabalhavam no século XVIII. Entre o passado e o presente, temos ausências e presenças no atual espaço social, resultado da transformação nas dinâmicas socioespaciais que nele se desdobravam.

Ao longo do desenvolvimento da cidade, às margens do rio Amazonas se encontram a maioria das temporalidades existentes no desenvolvimento urbano da cidade. Espaço contraditório, onde se observa a aplicação do pensamento moderno ocidental, que culminou em tentativas de exterminar os modos de viver inerentes a uma cidade na

<sup>31</sup> Construção do canal da Mendonça Júnior, nomeado em razão da via em que está localizado.

floresta. Como exemplo, temos a produção de espaço urbano ligadas aos dois igarapés citados anteriormente, lugar das realidades sociais de vidas amazônicas que foram atravessadas pela ação do Estado.

A embocadura do Igarapé da Fortaleza se encontrava em paralelo à fachada Norte da Fortaleza de São José, vários registros fotográficos do antigo igarapé também mostram as mudanças no entorno, enquanto a fortaleza permaneceu através dos séculos. Na Figura 26 é notável como as embarcações que adentravam o igarapé aportavam na Doca da Fortaleza, localizada à margem esquerda, nas imediações do baluarte São José.

**Figura 26** - Igarapé da Fortaleza e a Doca da Fortaleza durante a maré cheia, datada de 1950.



**Fonte:** Acervo Museu Joaquim Caetano (1950).

Segundo Costa (2007), havia uma grande movimentação de barcos que atracavam na Doca da Fortaleza, em 1955 foram registrados 4.704 barcos privados e governamentais. Diversos eram os tipos de embarcações que navegavam subindo e descendo a bacia amazônica, chegando e saindo de Macapá, levando não só mercadorias, mas o contato com outros mundos além do rio-mar. O regatão é muito mais que uma embarcação que adentra as veias da bacia amazônica, é “uma silhueta da constituição social da região amazônica” (Costa, 2007, p. 14), o autor pontua sobre a pluralidade que envolve o regatão:

Aqui, o termo regatão, no singular, é entendido e diz respeito ao mesmo tempo à atividade de comércio nas vias fluviais da Amazônia e às embarcações (canoa, batelão, lancha ou barco) que praticavam este comércio, assim como ao ser amazônida, propriamente dito (Costa, 2007, p. 14).

O regatão é um elemento amazônico que reflete a realidade socioambiental, em que as necessidades socioeconômicas eram malmente atendidas pela atividade de comércio que o regatão realizava. Ravena (2005) explica como no Século XVIII a vila São José de Macapá passou por dificuldades em seu abastecimento devido à esfera da circulação de mercadorias ser controlada, de modo direto ou indireto, por agentes estatais, nesse cenário “inexistiam feiras livres onde produtores pudessem colocar suas mercadorias” (Ravena, 2005, p. 129). Um dos modos de controle estatal ocorria através da contratação do transporte nas canoas para trocas comerciais, uma vez que essa organização era realizada com monopólio do Estado.

Segundo McGrath (1999), o regatão possui uma história controversa, pois ele carrega consigo uma história que perpassa tanto um perfil de pioneiro heróico, por trazer “civilização” aos que habitavam longe dos centros urbanos, como também uma face de explorador sem escrúpulos, por supervalorizar as mercadorias que vendia. Mesmo com as perspectivas contrastantes, é consenso pontuar a importância do regatão na sociedade e na economia da região amazônica, sendo “uma força decisiva em vários períodos da história econômica e social da Amazônia” (McGrath, 1999, p. 57).

Raimunda Pontes<sup>32</sup> fala sobre o lugar em que se vendia peixe, na beira do igarapé da Fortaleza:

*“Ah eu ainda fui moleca tinha um rio na frente do Banco do Brasil agora molhei muitas pernas [...] tinha uma entrada ali na frente do Banco do Brasil. A gente ia lá comprar peixe Hum que aí agora tá só o canal né. Agora ali na frente do Banco do Brasil só o canal foi aterrado tudo foi aterrado”.*

O lugar mencionado por Raimunda Pontes está localizado na esquina da Rua Independência com a Avenida Mendonça Furtado, onde atualmente existe uma agência do Banco do Brasil, mas que décadas atrás ocorriam as vendas de peixes em formas de cambadas, além de outros gêneros alimentícios recém chegados à cidade.

Os vizinhos Raimunda Pontes e José Pereira<sup>33</sup> relatam como não haviam feiras, a população comprava os seus artigos alimentícios em mercearias e no Mercado Central.

---

<sup>32</sup> Raimunda Pontes tem 82 anos, é amapaense, professora aposentada, e há 60 anos mora na Avenida Piauí, no bairro do Pacoval.

<sup>33</sup> José tem 82 anos, é natural de Breves-PA, aposentado, se mudou para Macapá com seus pais e irmãos, que moravam na Avenida Nações Unidas, no bairro Lagunho. Desde 1973 mora na Avenida Piauí, no bairro do Pacoval.

*“Não existia feira naquele tempo, filha. Não, não existia feira. A gente ... o que a gente comprava era nas mercearias. Não era?”*

Ela pergunta em direção a José, que também está sentado à mesa, e continua:

*“Tinha pouco açougue, açougue tinha muito pouco. Era mais no Mercado Central”.*

A conversa entre os dois interlocutores projeta uma imagem na memória de quem não vivenciou este momento do cotidiano em Macapá, além de evidenciar a relevância do Mercado Central na vida dos macapaenses daquela época. O Mercado Central foi inaugurado em 13 de setembro de 1953, no aniversário de criação do TFA, sendo a primeira construção comercial no governo territorial. Inicialmente, o mercado possuía espaço para 36 boxes, em que se comercializava carnes vermelhas, frangos, peixes, hortaliças, verduras, frutas e produtos provenientes da floresta, além de oferecer serviços como banca de revistas, barbearias, ourivesarias, relojarias, mercearias, lanchonetes e perfumarias (Lima, 2022).

**Figura 27** - Mercado Central e o antigo Clip Bar (ponto de ônibus) a frente, no ano de 1959.



**Fonte:** Lázaro (2013).

Recentemente passou pela primeira grande reforma após a sua construção, sendo entregue a população em 2020 com o dobro de boxes para pequenos empreendedores, espaço para shows, elevador de acessibilidade e entorno renovado com calçadas e projeto paisagístico (Macapá..., 2020). Todavia, não é mais comercializado artigos alimentícios em seu interior, como carnes e hortaliças, somente na parte externa, de modo informal. Aumentaram a quantidade de lugares para restaurantes e lanchonetes, se mantiveram os serviços de barbearia, ourivesaria e relojarias, e adicionaram boxes para artesanatos.

Após a sua inauguração na década de 1950, o Mercado Central foi considerado o responsável por iniciar uma nova dinâmica de comercialização de mercadorias que adentravam a cidade pelo trapiche Eliezer Levy e pela Doca da Fortaleza (Cantuária; Vasconcelos, 2023). A ação e o desejo de “ir à beira do Igarapé da Fortaleza” estava diretamente relacionado ao fato deste lugar ser, sobretudo, o local do embarque e desembarque de mercadorias. Assim, este lugar passou a ser conhecido popularmente como a beira, como lembra Creuza Miranda<sup>34</sup>:

*“Eu lembro que meu pai e minha mãe, eles diziam ‘pra beira... nós vamos lá na beira’ quando eles faziam... tinha um centro comercial na beira. Mas eles diziam Beira porque era a beira do Rio. beira do rio Amazonas, beira do lago, aqueles canais lá tudo era .... enchia aquilo tudo lá. Então como o centro comercial cresceu. eles começaram a aterrar aquela parte ali em torno da Fortaleza aquele a parte da tudo .... aquilo tudo era aterrado a gente sabe então é por isso que quando dá essa chuva crescente, que alguns ali alguns comércios ainda alagam. Então naquela época eles diziam ‘bora nós vamos pra beira’, que era onde fazia compra de roupa, sapato, essas coisas, então era o centro comercial”.*

**Figura 28** - Trapiche Eliezer Levy no período do TFA.



**Fonte:** Cavalcante (2020).

<sup>34</sup> Creuza tem 60 anos, nascida e criada no Curiaú, cursa Ciências Biológicas na UNIFAP. Atualmente mora no Curiaú, mas já morou em Macapá para estudar, pois no Curiaú só tinha educação até a quarta série primária.

O Igarapé da Fortaleza imprimiu um espaço-tempo na cidade de Macapá. É comum escutar de moradores mais antigos de Macapá sobre ir à beira da cidade. O que era um lugar na cidade tornou-se um espaço na memória, que transcende a materialidade da sua funcionalidade socioeconômica. A memória dos interlocutores também apreende os conteúdos que formam o espaço da cidade, uma vez que o sujeito é tão forte quanto as suas recordações (Pavón-Cuéllar, 2022).

Segundo Cantuária e Vasconcelos (2023), a construção do Mercado Central implicou em uma nova organização espacial, que marcou a relevância da rua Cândido Mendes como um eixo comercial. O espaço vivido e o espaço percebido se entrelaçam, com o passar do tempo e das vivências que decorriam. A beira passou de atuar como apenas um local de trocas comerciais para ser um espaço em que dinâmicas econômicas e sociais convergem. O vivido influenciou a percepção dos moradores de Macapá, imbuindo este espaço de valores e significados, como notamos na fala de Creuza.

As mudanças na beira seguiram o desenvolvimento da sua significação. A beira tornou-se o lugar das sociabilidades na cidade de Macapá, uma singularidade das cidades ribeirinhas, de uma cidade da floresta que tinha a beira da água como o lugar de encontro. Entretanto, tal modo de viver tornou-se um estigma que deveria ser ultrapassado aos olhos do paradigma da modernidade. O movimento de valorização do centro da cidade é destacado por Creuza:

*“E eram poucas casas, pouco o comércio era pouco, mas aí como o crescimento da cidade, crescimento do comércio. Pra fomentar a economia no Estado então foi crescendo aquela área, foram aterrando muito aquela área, então a gente sabe que a maior parte daquilo dos problemas também ali é por conta disso do que aterramento e aquela área é baixa ainda”.*

A partir da importância caracterizada das atividades comerciais e sociais que convergiam neste espaço da Doca do Igarapé da Fortaleza, foram estabelecidas dinâmicas socioespaciais que imbuíram significação ao espaço. No entorno da Doca se instalaram estabelecimentos comerciais, sendo a pedra original da primeira área comercial da cidade (Cantuária; Vasconcelos, 2023), hoje conhecido como o centro de Macapá. Na Figura 29, nas proximidades da doca, é possível ver as casas comerciais dispostas em um eixo que, posteriormente, daria lugar a Rua Cândido Mendes, uma das principais vias de uso comercial da cidade.

**Figura 29** - Vista de Macapá com a FSJM, o Mercado Central (ao centro) e a Beira da cidade (à direita), com as embarcações e as casas comerciais nas proximidades do igarapé da Fortaleza.



**Fonte:** IBGE (s.d.).

Durante a década de 1960, o Igarapé da Fortaleza foi totalmente descaracterizado com a obra de macrodrenagem, dando lugar ao Canal da Avenida Mendonça Júnior, que se estende até a Rua Odilardo Silva. Costa (2007) explica que em 1962 foram iniciados os levantamentos orçamentários e os estudos topográficos para a realização das obras de macrodrenagem e retificação do canal natural existente, sendo em 1965 o início das obras responsáveis por suplantar e aterrar o canal natural do Igarapé da Fortaleza, concluídas em meados de 1970.

Para Costa (2007), o ano de 1970 é emblemático, pois é quando o comércio dos regatões na frente da capital do TFA encontra o seu fim. Com o fim do Igarapé da Fortaleza, conseqüentemente, também se findaram as atividades portuárias na Doca da Fortaleza:

As obras propriamente ditas foram iniciadas em 1965 e concluídas com a macro-drenagem do canal e a construção de uma galeria de concreto armado em meados de 1970. Em conseqüência da conclusão desta obra, não só as atividades que envolviam as embarcações de regatão ao lado da Fortaleza de São José de Macapá e a própria Doca de Macapá, desapareceram da frente da cidade (Costa, 2007, p. 33).

**Figura 30** - Montagem com fotografias que mostram o antes e depois do aterramento e canalização do igarapé da Fortaleza.



**Fonte:** Acervo Museu Joaquim Caetano (s. d.); Camilla Souza Barbosa, ago. 2024.

Em consequência, gradativamente, também foram cessadas as dinâmicas sociais que aconteciam inerentes à vida na beira do rio. Com o tempo e as lógicas de dominação, as mudanças ocorreram no espaço e as beiras tornaram-se orla. Como explana Raimunda Pontes:

*“Agora não tem mais beira, acabou as beiras. Não tem beira, mana. Beira porque não tinha, não tinha nada asfaltado. Era chão e rio, e era a beira do rio. Agora é orla.”*

Na memória dos interlocutores encontramos relatos sobre uma Macapá que foi aterrada e esquecida, sobretudo, como resultado das ações governamentais que seguiam o tripé político e colonialista “sanear, educar, povoar”. A política janarista tentou

exterminar os modos de vida que não condiziam com a Macapá Moderna que idealizavam, entretanto, o escopo deste pensamento compreendia somente ao núcleo da cidade, sem levar em consideração as áreas mais afastadas. Desta maneira, na outra extremidade da Vila São José, o igarapé das Mulheres se manteve até os tempos atuais no espaço urbano de Macapá devido a sua localização ser às margens do núcleo urbano, de modo que não compreendia um espaço que demandava valor na ótica do pensamento moderno ocidental. Relatos levam a ocupação do igarapé ainda no período em que Macapá era a Vila São José, em que as mulheres recorriam às águas do igarapé para lavar as roupas das suas famílias ou das famílias que elas trabalhavam, além de aproveitarem para se banhar.

**Figura 31** - Registro fotográfico das lavadeiras no Igarapé das Mulheres.



**Fonte:** Cavalcante (2009).

Aos poucos, o lugar foi se tornando uma área habitacional e passou a ser denominado como bairro Perpétuo Socorro. Segundo Tostes (2020), o antigo bairro do Igarapé das Mulheres foi um vetor de ocupação a partir da demanda expressiva de mão de obra com a criação do Território Federal do Amapá em 1943, principalmente por estar localizado na beira. Macapá passou por um processo de crescimento populacional devido as oportunidades de emprego, sobretudo, na área da construção civil.

Diferente do Igarapé da Fortaleza que foi canalizado e aterrado, o igarapé das Mulheres persiste no espaço da cidade com dinâmicas socioespaciais que envolvem uma doca em que pequenas embarcações atracam para transportar as mercadorias de produtores rurais provenientes de comunidades ribeirinhas, o Mercado do Pescado (inaugurado em 2013), comércios de pequeno e médio porte que vendem os mais diversos

produtos (polpa, frutas, farinha, artigos automotivos, entre outros) e algumas barracas que vendem produtos (frutas, verduras, legumes) na beira do Igarapé.

**Figura 32** - Configuração atual do igarapé das Mulheres e o canal da Mendonça Júnior.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2024, com base no Google Earth (2024).

A mudança na dinâmica socioespacial foi transformada a partir do fim da Doca do igarapé da Fortaleza e de grande parte da dinâmica socioespacial que envolvia a beira de Macapá. Segundo Jacinto dos Santos<sup>35</sup>, antes o movimento de feiras ocorria somente no Mercado Central, nas proximidades da Doca da Fortaleza, afirmando que havia somente palafitas voltadas à habitação no Igarapé das Mulheres. Ele afirma sobre a configuração do bairro:

*“Antes o Perpétuo Socorro era só ponte, tudo era alagado”.*

O processo de aterramento das áreas de várzea é comum nas áreas centrais das cidades seculares da Amazônia, tanto pela ação espontânea da população que busca habitar nas áreas centrais, como pela ação do Estado sob o espectro da função econômica

<sup>35</sup> Jacinto tem 68 anos, é natural de Codó-MA e desde 1981 trabalha com remédios naturais no Igarapé das Mulheres.

da terra. Entre a maioria dos interlocutores, os aterros encontram-se associados a um processo inevitável ao desenvolvimento da cidade. Mesmo com a perspectiva positiva adotada, eles apontam a existência da poluição ambiental nas áreas aterradas, como o acúmulo de lixo e o despejo impróprio de dejetos. Macapá tem a pior colocação no Ranking do Saneamento de 2023<sup>36</sup> (Instituto Trata Brasil; GO Associados, 2023) que analisa as 100 maiores cidades do país sobre os seus indicadores de atendimento de água, coleta e tratamento de esgotos, e índice de perdas e investimentos.

A necessidade da consciência ambiental é algo apontado pelos interlocutores, para Luziane Machado<sup>37</sup> a população costuma colocar a culpa no poder público, mas a poluição é causada por “nós mesmos”, enquanto Nélia Ramos<sup>38</sup> acredita que hoje em dia a situação piorou devido ao aumento das habitações no local. É importante que o senso de coletividade e a educação ambiental existam para que a cidade siga para caminhos sustentáveis, mas o fato que Macapá recebeu de investimentos em saneamento somente R\$ 16,41 por habitante, enquanto a média das capitais brasileiras foi de R\$ 113,47 por habitante (Instituto Trata Brasil; GO Associados, 2023), é algo que torna elucidativo o modo que o poder público trata a saúde e a qualidade de vida da população macapaense.

**Figura 33** - A situação do Igarapé das Mulheres em março de 2024.



**Fonte:** Camilla Souza Barbosa, ago. 2024.

---

<sup>36</sup> Elaborado pelo Instituto Trata Brasil, com os indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) publicado pelo Ministério das Cidades.

<sup>37</sup> Luziane tem 35 anos e trabalha na feira há dois anos.

<sup>38</sup> Nélia tem 49 anos, é natural de Viseu-PA, mora há 22 anos em Macapá e há 15 anos trabalha com frango e ovos na feira.

O dever do Estado é abordado pelos interlocutores ao tratarem da sensação de abandono do lugar. O poder público é evocado para elaborar melhorias na feira que não restabeleceu a movimentação que tinha antes da Pandemia de Covid-19 e para tratar do assoreamento do Igarapé das Mulheres. Para Aguinaldo Alves<sup>39</sup>, a limpeza do igarapé iria melhorar o movimento pois os barqueiros encontram dificuldade para encostar seus barcos com os produtos. A relação com a feira se encontra na necessidade pelo seu trabalho, mas também pelo seu modo de vida, o que gera um sentimento de pertencimento ao lugar, como conta Nazaré Pires<sup>40</sup> ao dispor sobre a situação da feira:

*“No caso da feira, que não nos pertence, mas acaba nos pertencendo, deveria ser melhor”.*

Ao falar de pertencimento, ela sugere uma identidade alinhada à feira e ao seu modo de vida que ocorre devido aquele lugar e a sua conexão com a água. Os interlocutores associam o rio e o igarapé à vida, pois os seus produtos vêm dali, e o sustento dos feirantes depende da sua existência. A esperança da melhora do movimento da feira também está com a reforma da Praça Zagury, situada entre o Igarapé das Mulheres e a Fortaleza São José de Macapá, um dos lugares mais importantes da cidade. Para Nelma Amoras<sup>41</sup>, a esperança é algo que o rio Amazonas traz para as pessoas:

*“O rio é vida. O rio vai, vem. Traz esperança pra gente”.*

As territorialidades acompanham a vida dos igarapés, o da Fortaleza e o das Mulheres. O igarapé da Fortaleza passou por um processo de canalização e aterramento, relacionado a existência do pensamento moderno ocidental, fazendo com que hoje ele exista somente na memória da população. Como uma ruína que foi produto da modernidade, em que vemos os seus vestígios, mas não nos atentamos para sua existência. Visualizamos o canal, mas a existência do igarapé da Fortaleza foi apagada da paisagem urbana.

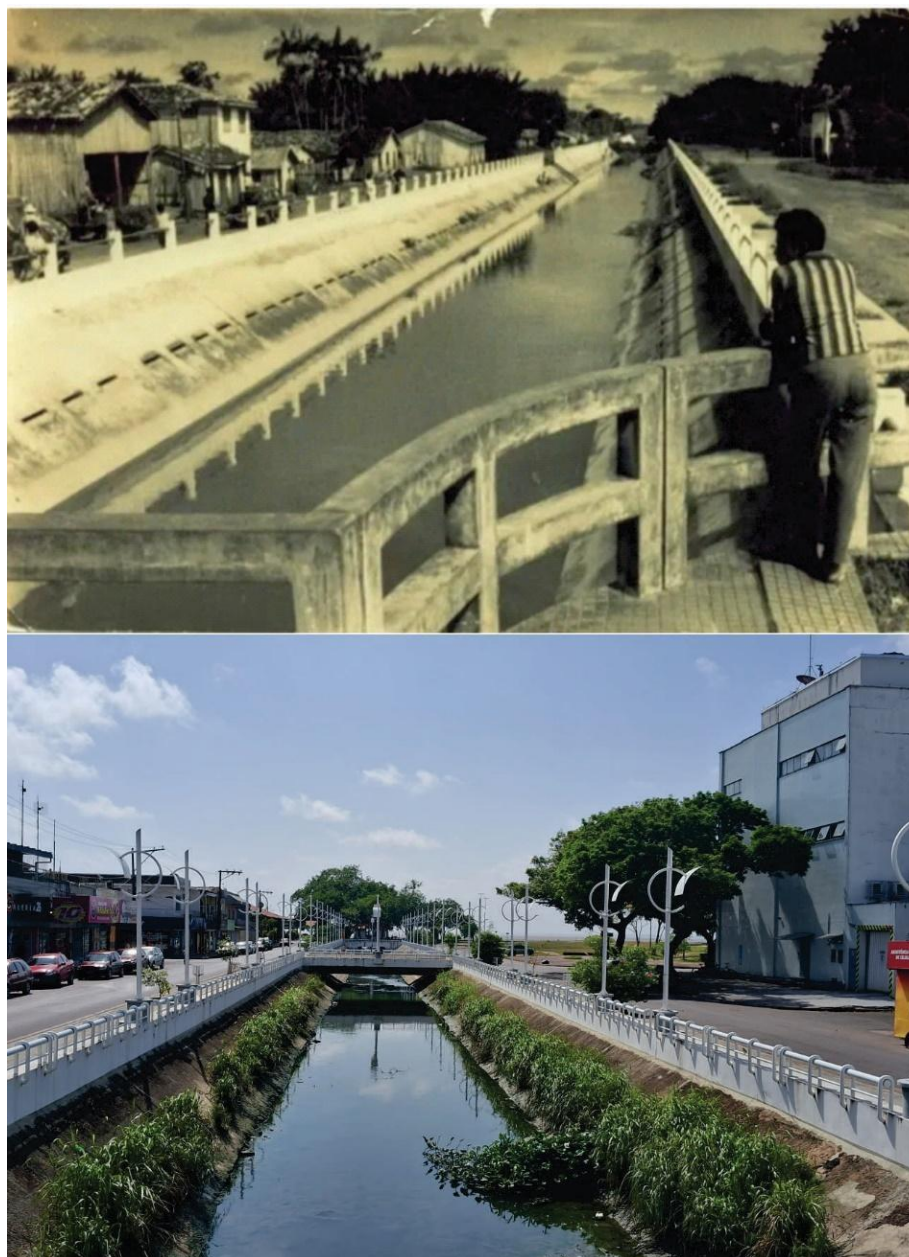
---

<sup>39</sup> Aguinaldo tem 45 anos e trabalha na feira há 30 anos.

<sup>40</sup> Nazaré tem 53 anos, trabalha há mais de 30 anos na feira e mora no Perpétuo Socorro.

<sup>41</sup> Nelma tem 49 anos e trabalha na feira há 6 anos. Trabalha há 25 anos com a venda de frango, antes era no Mercado Central.

**Figura 34** - Montagem com fotografias que mostram o canal da Mendonça Júnior nos anos de 1974 e 2024.



**Fonte:** Lobato (2019); Camilla Souza Barbosa, ago. 2024.

Uma das principais características que diferem a situação dos dois igarapés que um dia delimitou o território pode ser vista na fala de Nazaré quando indagada sobre o bairro Perpétuo Socorro ser alagado antigamente:

*“O pessoal diz que era, mas graças a Deus que desde que estão aqui, não alaga. Tem o rio Amazonas... é engraçado que no Centro é cheio de não me toque e alaga, mas aqui não alaga”.*

A oralidade dos interlocutores nos leva a essa presença do igarapé da Fortaleza, ainda que ele não exista mais em sua totalidade, ele ressurge diretamente pela memória das pessoas sobre Macapá de décadas passadas, e/ou, indiretamente, sobre os alagamentos que existem no centro da cidade devido ao aterramento e canalização do curso d'água (Figura 35). Assim como conta Antônio Sérgio Filocreão sobre o centro:

*“[a ocupação] pegava do Banco do Brasil... eu lembro bem que acompanhava o meu pai, como ele trabalhava na polícia, a delegacia de polícia ficava praticamente suspensa naquela área perto do canal ali, onde se construiu aquele canal. [...] Mas o canal toda vez tem aquele conflito, que tem que ter um cuidado danado porque tem a comporta e às vezes se cair uma chuva muito grande e a comporta não for aberta a tempo, acaba alagando toda aquela área comercial”.*

**Figura 35** - Esquina do Banco do Brasil com o canal da Mendonça Júnior em época de maré alta.



Fonte: Pereira (2025).

## 6.2 Os campos de Macapá: expansão da cidade sobre as águas

Segundo a descrição do Plano Grumbilf (1960), até a década de 1960 a configuração de Macapá era recortada por numerosos lagos e igarapés, sendo que a porção com área majoritária constituída de terra firme englobava mais de 90% da população urbana (Amapá, 1976). Esta área era delimitada da seguinte forma:

A parte menos cortada por lagos e que se estende entre a ressaca do Beírol e Pacoval, abrangendo o centro atual, o bairro do Trem e o bairro do Laguinho,

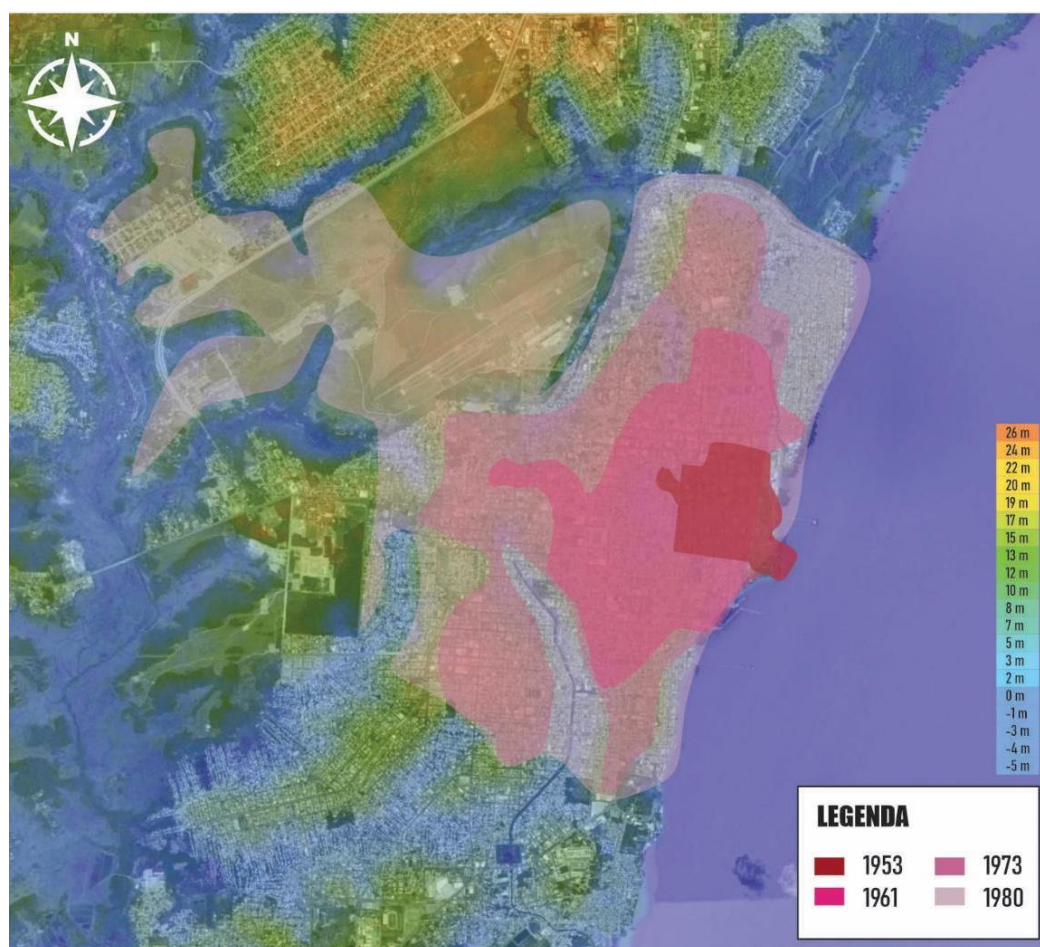
conta com uma população de aproximadamente 26.000 habitantes (Grumbilf, 1960, p. 12)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Amapá (Amapá, 1976), essa população de aproximadamente 26.000 habitantes correspondia a 55,58% da população total de Macapá, uma vez que fora relatado uma quantidade de 17.942 habitantes na zona rural. Ao referenciar as áreas além do centro da cidade, os interlocutores usam a denominação de “campo”, como Raimunda Pontes ao relatar uma ida ao campo:

*“Uma vez eu fui pro campo com umas amigas. Minha mana, a gente se perdeu... a gente ia comer sabe o quê? Tucumã”.*

O crescimento da cidade ocorreu em direção aos campos, em direção às áreas mais cortadas geograficamente pela água, como podemos ver na Figura 36 que demonstra o processo da expansão urbana de Macapá.

**Figura 36** - Macha da evolução urbana ao longo das décadas em direção às áreas inundáveis.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2024, com base Topographic (2024), Fundação João Pinheiro, (1973) e Bastos (2006).

O bairro Laguinho teve a sua ocupação intensificada após a expulsão da população negra da frente da cidade e passou por um processo que o fez um dos bairros da cultura negra em Macapá (Quadros, 2024). Assim como muitos moradores do bairro, que são descendentes do Quilombo do Curiaú, dona Raimunda Leite<sup>42</sup> morou por muitos anos no Laguinho, mas atualmente reside em sua casa no Curiaú de Fora. Em suas recordações sobre o bairro, ela conta como convivia com a presença do lago que é referente ao nome do bairro do Laguinho:

*“Nós andava quando nós queria ir para lá, para Macapá. Tinha uma senhora chamada Marcília, ela já faleceu, a mamãe mandava recado que era pro João Domingo, esse João Domingo até já morreu, para vir nos atravessar. Era um lago, mana, que a gente atravessava na canoa. Lá pra baixo, lá pra Macapá. Agora não, ficou tudo aterrado, né mana”.*

**Figura 37** - Lago natural do bairro do Laguinho na década de 1970.



**Fonte:** Cole (1979).

Outra antiga residente do Laguinho, que atualmente mora no Curiaú, é Esmeraldina Santos, que descreve como era o espaço dos campos do Laguinho a partir da oralidade dos primeiros moradores:

*“Era tudo mato o Laguinho. Era mato, campos e caminho”.*

<sup>42</sup> Raimunda Leite tem 89 anos, nascida e criada no Curiaú de Fora. Atualmente mora no Curiaú, mas também possui casa no Laguinho.

Lobato (2013) afirma que o governo disponibilizou terrenos nas áreas da Favela e Laguinho, mas eram terrenos sem nenhum tipo de beneficiamento, ou seja, sem arruamento, água encanada, energia elétrica, etc. Sobre o Laguinho, Canto (2010) descreve o lugar como uma área de ressacas estagnadas, com muitos buritizeiros, além de caracterizado pelas histórias de encantados que envolviam, principalmente, o Poço do Mato, onde a população ia se abastecer de água (Quadros, 2024; Canto, 2010).

Ademais, Lobato (2013) explica que o bairro Favela era situado em uma área mais baixa e alagadiça, mas que se encontrava mais próxima do centro político-social de Macapá, assim, foi uma das áreas escolhidas pelos migrantes que chegavam em Macapá para trabalhar nas obras do TFA. O centro da cidade já havia sido consolidado para determinada classe social, aos migrantes e populações subalternizadas, restava procurar por áreas mais afastadas, no limiar do que era considerado urbano.

Raimunda Pontes conta que não queria morar para o bairro Pacoval, bairro fronteiro entre a zona urbana e a rural:

*“Depois o meu marido ele fez um negócio aí um carro e trocou com esses dois terrenos aqui. E eu não queria vir para cá, de jeito nenhum, porque aqui era só roça, era um matagal ali. [...] Era só roça aqui, esse meu quintal aqui era local onde eles faziam acho que carvão, né. Então nós mandamos abrir essa rua não tinha rua aqui era só até ali no canto, da Guanabara com a Pará. Aí não tinha energia elétrica **não tinha nada** a gente veio para cá assim no escuro. [...] Ele negociou os dois terrenos esse a nossa casa era aí no terreno do lado era uma casinha de madeira isso aqui era um terreno baldio né eu não queria vir não.”*

Raimunda Pontes foi a primeira a morar na Avenida Piauí, no Pacoval, na rua em que também moram José e Marina, também interlocutores desta pesquisa. Ao falar sobre o lugar que morava em sua infância, José Pereira informa que morava no bairro do Laguinho, além de descrever o Pacoval como uma área de campo:

*“Nesse tempo lá já era cidade, terminava ali na São Benedito. Da igreja para cá que **não tinha nada**.”*

Devido a sua resposta, em dizer que a cidade terminava nas mediações da Igreja São Benedito, na fronteira entre os bairros Laguinho e Pacoval, perguntamos se o Pacoval não era considerado cidade:

*“Não, aqui era campo livre [...] Foi se tornando, fazendo as ruas, invadindo.”*

Atualmente, ele mora no bairro Pacoval, que está localizado ao Norte do bairro Laguinho. O “nada” que José relata é sobre a falta de urbanização, de vias abertas e infraestrutura mínima para que as famílias pudessem habitar. A partir das suas descrições, temos o vislumbre de como era o Pacoval enquanto espaço liminar entre o urbano e o rural:

*“Por aqui tudo era mato, eu caçava com o Balieiro, com o teu tio, de espingarda, de baladeira, por aqui todo dia dava. Tirar açaí naquela baixada ali do Jandiá, pescar. Tudo era mato por ali. [...] Até jacaré a gente pegava aí no mato, jaboti, tirar açaí. Isso era mato aí dessa ponte que tem ali do Sérgio Arruda. Eram mato fechado mesmo. Tinha açazal”.*

Ele descreve um modo de viver ainda muito conectado a vida rural. Mas, depois, com o avanço da urbanização no processo de transformação do campo em cidade, determinadas lógicas também passaram a ser potencializadas neste espaço social, o espaço concebido passou a tensionar cada vez mais o espaço vivido. Um exemplo é a mudança exigida a José sobre a sua casa que estava sendo construída:

*“Nesse tempo que nós viemos pra cá, o primeiro que teve casa de alvenaria fui eu [ininteligível] quando fui armar minha casa aí, era pedaço lá do seu Pedro, né. Aí quando já tava tudo armado, os caras da construtora veio e não podia fazer, tinha que fazer ao menos a frente de alvenaria. [...] o pessoal veio e não podia fazer de madeira mais, tem que ser pelo menos a frente de alvenaria. [E ele explicou por quê?] A cidade ia aumentar, ia evoluindo as coisas”.*

Nesta fala é nítida a linha que traça o que é plausível na cidade moderna, a lógica de base colonialista é interiorizada no imaginário da população. A colonialidade do poder com a imposição de um código de postura sobre a formação das novas casas construídas, sendo que a justificativa que ficou marcada é a do progresso da cidade. A presença do pensamento moderno se torna cada vez mais palpável, em camadas que foram intensificadas com a manipulação da imprensa e a imagem da modernidade sendo vendida como a evolução necessária para Macapá.

Marina Silva<sup>43</sup> também menciona que antes “não tinha nada” no bairro, mas a sua percepção recai sobre a presença de lugares como feiras e comércios. Ela menciona que na falta de onde adquirir produtos alimentícios em seu bairro, ela seguia até o Igarapé das Mulheres e o Mercado Central, lugares citados anteriormente.

*“Ah eu já mudou muita coisa sabe muita coisa mesmo porque como eu falei há pouco né quando eu cheguei para cá não tinha comércio não tinha feira **não tinha nada** né comércio era bem pouquinho então se eu queria comprar alguma coisa alguma roupa algum tecido um calçado alimentação eu tinha que ir lá pro comércio que é lá pro mercado central ali né comprar alimentação fazer a feira era para mercado central ali também para o perpétuo socorro a gente chamava de igarapé das mulheres mas aqui mesmo não tinha nada né então eu achava um pouco difícil por causa disso mas depois não depois melhorou bastante tem muito comércio aqui perto de casa os comércios tudo tem. tem comércio tem feira tem tudo agora”*

Ao informar sobre os produtos que eram vendidos na beira, Raimunda Pontes menciona a presença de campos que abrigavam lagos, nas proximidades do lugar em que hoje é o bairro do Buritizal:

*“A gente comprava peixe nas cambadas assim ou então eles vinham daqui dos campos, né Pereira? Eles traziam, eles pegavam o peixe no lago e vinham vender cidade”.*

Sobre a localização dos lagos:

*“Eu não sei, mas era lá era pro Buritizal, era o Buritizal que ainda não era ainda não era todo habitado era para lá”.*

Ela assegura que o Buritizal era uma área de campo:

*“É era campo, era Campo, ia pro campo. Uma vez eu fui pro campo com umas amigas, minha mana, a gente se perdeu”.*

Assim como o Pacoval, o bairro Buritizal também é um dos bairros que surgiram a partir da década de 1960, em áreas caracterizadas como “desabitadas ou de roçado”

---

<sup>43</sup> Marina tem 73 anos, trabalhava como merendeira e atualmente é pensionista. É natural de Santo Antônio da Pedreira, área rural de Macapá. Reside no Pacoval há 54 anos.

(Lobato, 2013, p. 88), os campos. Os próprios nomes dos bairros eram derivados do tipo de flora que existiam nessas áreas, nas imediações do lago do Pacoval havia *pacova-cororoca* – também conhecida como bananeira do mato ou dos tolos – em abundância (Araújo, 2012), enquanto a área que atualmente é o bairro Buritizal continha muitos buritis.

**Figura 38** – Fotografia do lago do Pacoval na década de 1960.



**Fonte:** Araújo (2012).

**Figura 39** - Bairro do Buritizal em 1976.



**Fonte:** Pimentel (2015).

**Figura 40** - Campos do Buritizal na década de 1970.



**Fonte:** Cole (1979).

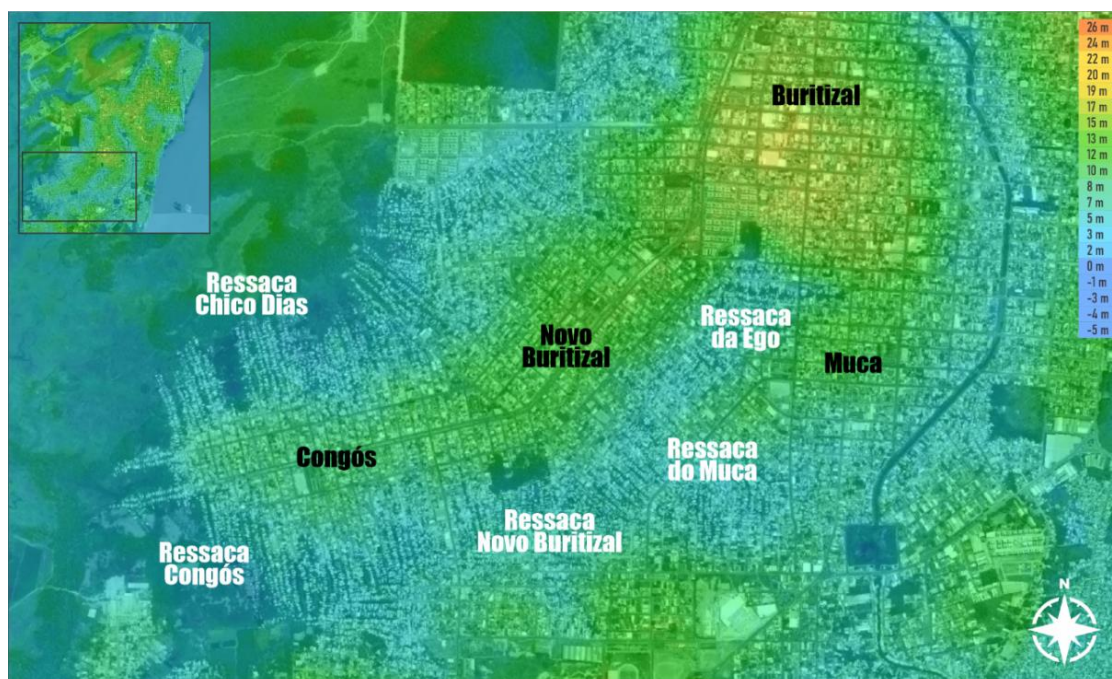
A partir da década de 1980, a cidade se expandiu além do Buritizal, com ocupações em forma de estruturas palafíticas que adentravam áreas inundáveis como a ressaca Chico Dias e a ressaca do Beírol. Elyilza da Costa<sup>44</sup> e Olga Maria da Silva<sup>45</sup> são residentes de uma área de ressaca situada entre os bairros do Novo Buritizal e Muca. O Censo 2010 trouxe denominações para as áreas de ressaca que nem sempre é a forma que seus moradores as reconhecem, por exemplo, quando perguntadas sobre o nome da área de ressaca que elas vivem, as duas afirmaram que não há um nome específico para aquela ressaca.

---

<sup>44</sup> Elyilza tem 43 anos e é autônoma. É natural de Breves-PA e mora nesta ressaca há mais de 20 anos.

<sup>45</sup> Olga tem 55 anos e é cozinheira. É natural de Paraníba-PI e mora nesta área há 31 anos.

**Figura 41** - Áreas de ressaca nas proximidades do bairro Novo Buritizal.



**Fonte:** Elaborado pela autora, em 2025, com base em Topographic (2024) e IBGE (2010).

Elas são vizinhas e relatam que se mudaram para Macapá em função das suas figuras maternas terem se mudado à cidade. Elylza é natural de Breves, no Pará, assim como sua mãe, dona Iza, que viajou para Macapá pois ouvia que na cidade havia oportunidades de emprego:

*“Teve uma época que ela trabalhou em barco cozinheira de barco, aí ela vinha para cá nas rotas do barco. Ela vinha para cá, então ela tinha vontade de vir morar aqui, que ela ouvia que aqui tinha oportunidade de trabalho, entendeu. Aí foi que ela resolveu vir porque já tinha uma tia que morava aqui. aí a minha tia, a gente foi morar com a minha tia e a minha tia arranhou um trabalho para ela na casa de família e a gente foi trabalhar e morar”.*

Vemos uma rede familiar, de presença matriarcal, que se une para avançarem juntas, em busca de melhorias de qualidade de vida. De maneira similar, na vida de Olga, que é natural de Paranaíba-PI, também houve a presença feminina, pois ela morava com uma comadre de sua mãe na cidade de Fortaleza-CE, após a sua mãe ter se deslocado para Macapá. Ainda na adolescência, ela foi para o Estado do Amapá em busca da sua mãe:

*“Eu fiquei morando em Fortaleza. A minha mãe, quando eu soube, a minha mãe já tava morando aqui. Eu morava em Fortaleza, numa casa de uma comadre dela, que ela me mandou para lá. Eu tinha 10 anos. Quando*

*eu vim de lá de Fortaleza, que eu já soube que ela já tava para cá, eu tinha 15 anos.”*

Assim que chegou na cidade, Olga relata que foi morar na casa de uma família no bairro Santa Rita, enquanto trabalhava como babá. Ela somente passou a habitar no endereço atual, na área de ressaca, após ir morar com o seu marido, no ano de 1994. Olga descreve como era o lugar há décadas atrás:

*“Quando nós chegamos, antigamente, Camilla, secava. Os meninos brincava. Secava, mas agora não seca mais, porque tinha pouca casa. De lá só era eu, o seu Nelson, a dona Iza, a dona finada Iza, né, a mãe do Mudo e outras pessoas. Acho que era, eu acho que era umas cinco pessoas nessa época que a gente mudou pra aí. “*

Elyilza se recorda como era a área de ressaca quando ela e sua mãe – dona Iza, também mencionada por Olga – se mudaram:

*“Quando a gente veio era só água pra aí, mato... tinha até bicho pra aí tinha aquele peixe elétrico. Tinha peixe... era só mais assim. Devido o pessoal vir construindo, né, foi afugentando. Mas era mais isso mesmo. Era só água e mato”.*

Ademais, ela relata que a água era limpa e a população pescava para consumo próprio, antes de aumentar a quantidade de domicílios na ressaca. Elyilza comenta sobre as mudanças na qualidade da água:

*“Pescava sim, pescava [...] consumia porque nessa época ainda era limpo”.*

Ela também menciona que atualmente ainda existem animais vivendo nas águas da ressaca, mas não são mais utilizados como alimento pela população:

*“Tem peixe mas não serve para consumo [...] Passa um canal aí, só que é sujo, né. Mas tem peixe, tem peixe, tem aquela moreia, aquele peixe do lago. Aí quando enche elas vêm pra cá, mas tem peixe ainda. Teve uma época que tinha até um jacarezinho por aí. Ele ficava bem ali se esquentando aí, só que o pessoal quiseram pegar para entregar e ele sumiu. Não sei pra onde ele foi, não sei se ele atravessou e foi embora porque ele... Acho que ele foi por onde ele veio.”*

A fala apresentada pela interlocutora não é um recorte que busca romantizar a vida nas áreas de ressaca, ela mostra o processo de ocupação, com as mudanças que ocorreram na paisagem. Ao falar das motivações da sua mãe para procurar emprego em Macapá, Elyilza comenta sobre os tipos de trabalho que ela realizava em Breves-PA:

*É porque no interior não tem muita opção, né, de trabalho. Então a minha mãe ela sempre gostou de... ela nunca gostou de ficar parada. Então no trabalho, ou trabalhava na casa de alguém, ou ia pro mato cortar madeira. Não tinha diferença de homem e mulher. Então ela preferiu vir para cá, aí aqui ela começou a trabalhar na casa de família, ela trabalhava e a gente morava no ambiente. Aí depois foi que a gente foi, ela foi conseguindo né as coisas, aí que a gente veio morar para cá”.*

Se enquanto ela morava em Breves, a sua atividade não era pautada pelo seu gênero, ao trabalhar com o extrativismo de madeira, em Macapá, dona Iza passou a trabalhar com atividades domésticas. Ao longo do tempo, diferentes motivos (como a dificuldade de acesso a bancos, hospitais e escolas de ensino médio) atraíram a população das ilhas paraenses à cidade de Macapá. De acordo com Amorim (2023), a cidade de Macapá, associada à cidade portuária de Santana-AP, compõem uma relação umbilical entre Pará e Amapá através das relações estabelecidas com a Sub-região das Ilhas da Foz do Amazonas (SIFA), localizada na Amazônia Setentrional Amapaense (ASA).

Atualmente, uma das principais motivações é a busca por atendimento médico. Devido a aproximação territorial entre Macapá e o município de Afuá-PA, é visto o encaminhamento de uma “demanda altíssima de pacientes para as redes de atenção à saúde” (Afuá, 2021, p. 29), além do Governo do Amapá declarar que dos 1,5 mil atendimentos e 500 partos realizados por mês no Hospital da Mulher Mãe Luzia, ao menos 10% são de pessoas provenientes de municípios paraenses como Chaves, Afuá, Breves e Almeirim (Marques, 2025). Para Amorim (2023), a criação desta relação ocorre no período colonial e é fortalecida em uma estruturação que ocorre a partir da criação do TFA e da sua elevação a estado (em 1988, pela Constituição Federal), além de pontuar a relevância da empresa ICOMI S.A. que adentrou o território amapaense no final da década de 1950 e contribuiu na atração populacional.

### 6.3 Pertencimento e multisociodiversidade

Para Antônio Sérgio Filocreão, que atuou como secretário do meio ambiente do estado do Amapá durante o período de março de 1998 a maio de 2002, os conflitos são pontuados como uma questão de natureza cultural, em razão das vivências dos migrantes que adentravam a cidade:

*“E nesse sentido como eu fui Secretário do Meio Ambiente do Estado, eu acabei tendo que enfrentar essas situações que foram bastante conflituosas, porque tem uma questão de natureza cultural. Ou seja, muito dos migrantes vem dessas regiões do Pará, que são ilhas aqui do Marajó, do Baixo Amazonas né, o maior deslocamento ou mesmo do Maranhão que tá muito próximo dessa .... então acaba tendo **uma relação muito forte com o rio e essa relação acaba dificultando a visão do próprio planejamento urbano**, dos que trabalham com planejamento e são responsáveis por isso né. Ou seja, que acabam buscando alternativa para resolver problema de habitação, mas sem dialogar, como sempre se faz né ou seja se pensa a sociedade de cima para baixo, sem tentar discutir com os que são os beneficiários”.*

A relação dos indivíduos com o rio influenciou na escolha por ocupar áreas em contato com a água. O rio também é um elemento envolvido na construção da identidade dos que o utilizam, Febvre (2000) afirma que esta identidade se constrói lentamente à medida que o rio atua como intermediário das relações que, por sua vez, são mutáveis ao decorrer do tempo. As significações que o rio leva consigo passam pelo viés sociocultural, econômico, entre outros, sempre atravessados pela dimensão implementada pelo capitalismo de nossa sociedade, que fomenta um “cenário de tensões entre grupos sociais à medida que são desenvolvidas as suas intenções e projetos no espaço e o modo que este é transformado ao longo das contradições e conflitos existentes ao passar do tempo” (Barbosa, 2018, p. 26).

**Figura 42** - Ocupação em área de ressaca da zona Sul de Macapá.



**Fonte:** Fonseca (2017).

Quando é dito que “*e essa relação acaba dificultando a visão do próprio planejamento urbano*”, entende-se que o planejamento urbano, ainda embebido em sua matriz modernista/funcionalista (Maricato, 2013), não é capaz de decodificar a relação entre indivíduo e natureza, cujas significações inerentes possuem capacidade de transformar o espaço social. A “*relação muito forte com o rio*” condiz ao fundamento da prática espacial dessa parcela da sociedade com o seu espaço. Para Lefebvre:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço (Lefebvre, 2006, p. 34).

O entendimento da prática espacial parte do próprio entendimento das relações sociais que predominam em determinado espaço social. Entretanto, tal entendimento não ocorre caso a matriz de entendimento não conduza a totalidade das relações sociais como pertinentes enquanto categoria de análise, de outro modo, podemos afirmar que o planejamento urbano não se propõe a analisar e decifrar o espaço produzido pela população que habita sobre as águas de Macapá. É desse modo que a relação com o rio prejudicou a visão do planejamento urbano, não pela relação em si, mas pela dificuldade do espaço concebido em interpretar o espaço percebido.

**Figura 43** - A diferença na malha urbana entre a ocupações em terra firme e em áreas de ressaca nos bairros Congós e Novo Buritizal.



**Fonte:** Adaptado e Elaborado pela autora, em 2025, com base em Google Earth (2025).

Esta relação com o rio não é vista de modo romantizado, mas como algo culturalmente inerente aos migrantes, uma vez que muitos eram provenientes de ilhas paraenses. Loureiro (1992) aborda essa relação secular entre o indivíduo e a água na Amazônia: “o homem natural da Amazônia vivia, secularmente, à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados – todos eles à margem dos cursos d’água – seja em agrupamentos de duas ou três casas, seja finalmente, isolado” (Loureiro, 1992, p. 16). Ao falar sobre o processo de ocupação das áreas de ressaca, Filocreão pontua algumas contradições inerentes às complexidades do espaço social:

*“Porque é uma área que tá lá, que é difícil para habitar. Mas o cara que vem, ele se submete a toda a todo problema que tem lá, de construir, de construir a alternativa de ocupação, que é complicado do ponto de vista da saúde, do ponto de vista da sanitária. Então acabou em um processo, esses conflitos que foram se estabelecendo, de um lado pelo migrante... que, evidentemente, as áreas nobres já foram todas apropriadas, então qual a saída que ele tinha? Quem vem sem dinheiro? É de ocupar. Aí coloca uma, vai colocando uma madeirazinha, fazendo aquelas pontes e isso acontecendo”.*

As contradições do espaço se mostram nesse processo. Sim, os migrantes ribeirinhos se deslocaram a partir do contato de um espaço vivido que se articulava com

a natureza: “à vida na beira (do rio) corresponde uma profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento definidor da cultura dessas populações ribeirinhas” (Loureiro, 1992, p. 16). Contudo, a ocupação e apropriação das ressacas, como lugar de moradia, correspondem à complexa dimensão do espaço social produzido na Amazônia, em que o interdito transparece a partir das contradições do espaço:

O espaço é significante? Certamente. De que? **Do que é necessário fazer ou não fazer.** O que remete ao poder. Mas a mensagem do poder é sempre confusa, voluntariamente. Ela se dissimula. O espaço não diz tudo. Ele diz sobretudo o interdito (o inter-dito) (Lefebvre, 2006, p. 46, grifo próprio).

A necessidade do fazer pode ser entendida como a necessidade dos migrantes em buscar melhorias na sua qualidade de vida, que os levaram a migrar para Macapá. A necessidade do não-fazer, sobre os deveres do Estado em atender essa população migratória. O espaço é formulado por esses jogos de poder, dos que detém poder para morar em terra firme e os que devem buscar áreas inundáveis para firmar as suas casas. O poder é dado por quem? Pela matriz colonialista que fundamentou as políticas que buscavam o progresso e a modernização, que expulsaram os que moravam na frente da cidade. A mesma matriz colonialista que designou quais os lugares que sobriam para os migrantes habitarem. As colonialidades se perpetuam pelo espaço social, alimentando o interdito com vazios que se revelam cheios de conteúdo.

Tais diferenças devem ser potencializadas para conseguirmos enfraquecer a lógica colonial que persiste. A proposta desta potencialização seria através do pertencimento, do enaltecimento da cultura do lugar. A autora bell hooks (2022) esclarece a existência de subculturas que são erguidas por populações subalternizadas em contraponto às “forças do patriarcado capitalista supremacista branco imperialista” que subordinaram a terra a seus interesses predatórios.

Para ir contra eles e enfraquecer tais discursos, precisamos fortalecer o nosso, além de nos fortalecer enquanto comunidade (Bispo dos Santos, 2023). É uma utopia urbana, como expõe Limonad e Monte-Mór (2022, p. 17), situar a cidade como um lugar de resistência em face ao mundo industrializado e artificial, mas sabendo que “a sociedade urbana também implica um mundo de diferenças”. Apesar da subordinação implementada por tais forças, o sistema não é algo fechado, há a possibilidade de se criar uma subcultura com “crenças e valores contrários à cultura dominante” (hooks, 2022, p. 47). Em um movimento de autodeterminação e resistência que ecoa em conjunto com a topofilia, conceito de Yi-Fu Tuan sobre “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”,

que é “difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (Tuan, 1974, p. 05).

As condições espaciais preexistentes englobam as estruturas sociais que provêm da interação indivíduo-natureza que abrange um feixe de relações, englobando a vida ribeirinha, o contexto de migração, a violência urbana, entre outros aspectos catalisados pela segregação socioespacial. Assim, as interações mecânicas que delimitam urbano e ambiental são incoerentes neste espaço amazônico, as ressacas constituem territorialidades formuladas na multisociodiversidade. São territórios de resistência em meio a lógica da modernidade, que insiste em traçar linhas entre os dominados e dominadores, em uma ocupação que provém da cultura ribeirinha e se mantém marginalizada, em que a população é culpabilizada pela ordem instituída pelo mundo moderno, pela Macapá Moderna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese trouxe um estudo sobre o entrelaçamento entre a cidade de Macapá-AP e o rio Amazonas, em uma abordagem pelo mundo sensível, à procura do entendimento da multidimensionalidade presente na relação entre a cidade e a água. Através dos caminhos da água, conseguimos ter uma dimensão da multisociodiversidade presente em Macapá, pois se evidenciou a complexidade existente no espaço amazônico e a possibilidade de contracolonizar através de seus territórios.

A inquietação que iniciou esta tese surgiu pela singularidade da cidade de Macapá em estar às margens do rio Amazonas, e, com o desenvolvimento da pesquisa, se fez necessário o olhar de modo descentralizado sobre esta cidade pertencente à região amazônica, que se encontra em território brasileiro e no Sul Global. A descentralização do olhar é colocada por Castro (2019) como um meio para percebermos novos paradigmas que podem contribuir ao entendimento de fenômenos emergentes em nossa sociedade, diante da necessidade de entendermos as dimensões da razão colonial que desencadeiam desigualdades sociais, econômicas, ambientais, entre outras.

Deste modo, o desencantamento do pensamento construído na razão colonial, foi fundamental para entender como a cidade se encontra emaranhada em estruturas estruturantes formuladas seguindo lógicas de dominação e poder (Castro, 2015). O olhar epistêmico através da água levou o entendimento da cidade além do véu da colonialidade do poder, tornando possível desvelar a liminaridade presente nos espaços estudados e entender que “apenas na aparência a cidade é homogênea” (Benjamin, 2006, p. 127). Para Walter Benjamin (2006), é na cidade que podemos experimentar o fenômeno do limite de uma maneira mais original, a partir de um pensamento da cidade pela coexistência de tempos e pelos espaços heterogêneos, como uma montagem complexa (Jacques, 2023).

O entendimento do espaço amazônico como um campo de reprodução da dominação instaurada pelo colonialismo e o advento da Modernidade (Dussel, 2005) mostrou como a cidade também é construída por colonialidades, em que o seu espaço social é determinado por dominadores e dominados. Assim, a tese adota uma postura contrária à ilusão fomentada pela dimensão da colonialidade que persiste, à medida que seja possível distinguir como a Amazônia é uma construção discursiva (Pizarro, 2012),

feita por elementos da consciência que conferem intenção ao espaço e, assim, formulam imagens que povoam o nosso espaço até hoje (Sartre, 1996).

A necessidade de expor o eco do colonialismo torna-se cada vez mais urgente em função do agravamento das crises que vivenciamos. Por via de regra, o padrão de poder hegemônico nega a existência da pluriversalidade da região amazônica, admitindo a sua existência somente quando é para fazer uso de seus símbolos e signos, sempre de modo estratégico e distorcido do mundo a qual pertence. Historicamente, as cidades são os lugares que mostram este choque entre dimensões do abstrato e do concreto, com nuances que mostram como a sociedade carrega distintas significações e, assim, produz espaço social.

Quando pensamos em cidades amazônicas, devemos levar em consideração toda essa disputa de poder, em que os subalternizados têm seus modos de vida, cosmovisões, saberes, memórias e o cotidiano esmagados pela razão colonial. Contudo, Bispo dos Santos (2018) alerta sobre a fragilização do Outro, quando ele diz que “inventaram que somos os mais fragilizados” (Bispo dos Santos, 2018, p. 48), ao discorrer sobre a visão de alguns setores da sociedade civil sobre os quilombolas no início da pandemia de Covid-19. De certa maneira, é essa visão de fora para dentro — ou de cima para baixo, como comumente é utilizada no planejamento urbano — que vemos quando se discorre sobre a fragilidade ambiental ou socioambiental das áreas inundáveis ocupadas.

Os processos urbanos elucidados nesta tese surgiram pelos caminhos da água, tanto pela significação que a lógica da Modernidade imbuiu ao rio e, conseqüentemente, ao centro da cidade, quanto pelas narrativas e discursos, fomentados por essa mesma lógica, que levaram a população subalternizada a ocupar as áreas inundáveis de Macapá. Em contrapartida, os caminhos tomados pelos subalternizados foram feitos, inicialmente, a partir de uma identidade ligada ao rio, o que os ajudou a se apropriar destes espaços na cidade. Então, ainda que a Modernidade tenha levado essas pessoas a ocuparem tais lugares, elas conseguiram se apropriar deles por meio de sua cultura e de seu pertencimento enquanto sujeitos do espaço amazônico. Entre passado e presente, os conflitos se intensificaram, assim como a marginalização desses espaços, manifestada na forma de violência urbana, poluição ambiental e perpetuação de colonialidades através da ação estatal. A manutenção das forças colonialistas sobre o Outro e seus espaços também ocorre pela desinformação e controle da narrativa, por meio de discursos que

mantêm a lógica a seu favor. O enfraquecimento dessas forças ocorre a partir do nosso fortalecimento enquanto comunidade pertencente ao mundo amazônico.

Seguindo Sartre (1996), entendemos que a compreensão advinda da pesquisa de campo não foi uma simples reprodução de significação, e sim um ato, uma ruptura sobre o que entendíamos sobre a vida urbana em Macapá. O jogo de forças é formulado em um universo epistêmico controlado pelos detentores de poder, em um controle social que utiliza a informação e o discurso para continuar atacando tais espaços. Ao olharmos de perto, para além da ilusão, vemos realidades sociais e territoriais que detêm vestígios de poder sobre o microcosmo ao qual pertencem. Esse olhar também se mostrou atento pelas imersões através da pesquisa de campo, em que o poder da oralidade evocou construções sociais que existem na vida urbana de Macapá.

Em uma das imersões no campo, que ocorreu durante dias chuvosos na cidade de Macapá, fomos recebidos por dona Raimunda Leite em sua residência no Curiaú. Ao comentarmos sobre as chuvas e os pontos de alagamento em Macapá, ela afirmou, em contraponto, que no Curiaú não ocorriam alagamentos, pois ali eles “*respeitam o caminho da água*”.

De certa forma, ao longo do desenvolvimento desta tese, também houve uma procura em respeitar os caminhos da água. Trabalhar a partir da água, de modo epistêmico, permitiu uma abordagem sensível e imaginativa sobre esta tese, principalmente pelas obras de autores com cosmovisões distintas, que permitiram um vislumbre da pluriversidade que existe em nosso mundo. A epistemologia através das águas permitiu o acesso ao mundo sensível na produção de espaço em Macapá. Nesta sensibilidade, o sublime é mostrado no entrelaçamento entre a cidade e o rio, com territorialidades que são potências, e não fragilidades.

É nesse elo, sendo um refúgio como microcosmo (Tuan, 1974), que confluem o pertencimento e a identidade em territorialidades contracoloniais. Em um limiar formulado pela heterogeneidade, Macapá se revela por caminhos pertencentes a espaços e territórios, em uma multisociodiversidade que conflui com o rio Amazonas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AFUÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde de Afuá: gestão 2022-2025**. Afuá, 2021. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/PREFEITURADEAFUA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ALENCAR, Diogo S. H. **O imaginário e a produção de soluções populares no contexto dos espaços segregados: Estudo de caso da cidade de São Gonçalo (RJ)** 110 f. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

AMAPÁ, GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO. **I Plano de Desenvolvimento do Amapá**. Detalhamento do II PND. Macapá, 1976.

AMORIM, J. P. de A. **Amazônia setentrional amapaense: interações espaciais na sub-região das ilhas da foz do Amazonas**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/96281336-f4ba-4ca2-9bd2-51a56053fe68>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ARANTES, Pedro. F. O Grau Zero da Arquitetura na Era Financeira. **Novos Estudos**, n. 80, p. 175- 195, mar. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100012>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARAÚJO, Nilson Montoril de. Bairros de Macapá - Pacoval (Parte 1). **Amapá, minha amada terra!** Macapá, 03 mar. 2012. Disponível em: <https://castelorooger.blogspot.com/2012/03/bairros-de-macapa-pacoval-parte-1.html>. Acesso em: 09 jul. 2023.

ARAÚJO, Renata M. **As cidades da Amazônia no século XIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BANERJEE, Subhabrata B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Orgs.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p.77-128.

BARBOSA, Camilla S. **Planos e Usos na Orla de Belém-PA**. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2018

BARBOSA, Raimundo G. **Direito à cidade: terra firme e áreas de ressaca, o caso-referência do bairro Congós, em Macapá-AP (1980-2010)**. 213 f. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/927403.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BASTOS, Cecília M. C. B. **Conflitos Ambientais Urbanos em Áreas de Ressaca: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BECKER, Bertha K. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p.7-23, jul./dez., 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**, trad. de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado, 2006.

BENTES, Sabrina N. S. “Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?”: histórias e caminhos do Marabaixo pelas ruas de Macapá – AP. **Revista Em Perspectiva**. v. 6, n.2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/ep.v6i.60095.2020>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

\_\_\_\_\_. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. Rio de Janeiro, 13 set. 1943. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 21 mai. 2025.

BULCÃO, M. Bachelard: A noção de imaginação. **Revista Reflexão**, Campinas, n. 83/84, p. 11-14, jan./dez., 2003.

CANTO, Fernando. **Adoradores do Sol: novo textuário do meio do mundo**. São Paulo: Scortecci, 2010.

\_\_\_\_\_. **Literatura das pedras: a Fortaleza de São José de Macapá como locus das identidades amapaenses**. Macapá : UNIFAP, 2019. 310 p.

CANTUÁRIA, Eloane; VASCONCELOS, José de. Saudades da beira: transformações urbanas do centro comercial de Macapá no período do Território Federal do Amapá (1943-1988). In: PORTO, J. (Org.). **Amapá: oitenta anos de novas racionalidades e dinâmicas territoriais (1973-2023)**. Maringá: Uniedusul, 2023. p. 104-117.

CARDOSO, Ana C. D.; LIMA, José J. F.; PONTE, Juliano P. X.; VENTURA NETO, Raul S.; RODRIGUES, Roberta M. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVAJAL, Gaspar de. Descubrimiento del río de las Amazonas. In: MEDINA, J. T. **Descubrimiento del Río de las Amazonas, según la relación hasta ahora inédita de Fr Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco de Orellana y sus compañeros** (1894). Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.

CARVALHO. **Vista da Fortaleza e da cidade de Macapá**. Biblioteca Digital Luso-Brasileira, Macapá, 2015. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/273167>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CASTRO, Adler H. F. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos S. (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999. p. 129-193.

CASTRO, Carlos P. A construção da Amazônia enquanto espaço colonial, *double bind* e populações locais. In: CASTRO, Edna (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO, Edna. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: CASTRO, Edna; PINTO, Renan F (org.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018.

\_\_\_\_\_. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 640 p. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2), 2015.

CAVALCANTE, Alcilene. Repiquete é memória. **Blog Repiquete no Meio do Mundo**, Macapá, 21 out. 2009. Disponível em: <https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/repiquete-e-memoria-28>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CAVALCANTE, Alcinea. O velho trapiche de muitas histórias, causos e lendas. Blog **Alcinea Cavalcante**, Macapá, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://www.alcinea.com/memoria/o-velho-trapiche-de-muitas-historias-causos-e-lendas>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. La historia subalterna como pensamiento político. In: MEZZADRA, Sandro; et al. **Estudios Postcoloniales: Ensayos Fundamentales**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2008.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940**. 2016. 216 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

CINTRA, Jorge P. Região Amazônica. Metodologia para o estudo da evolução cartográfica. **Terra Brasilis** [Online], 14, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7278>. Acesso em: 09 de jun. 2022.

COLE, H.J. ASSOCIADOS. **Planejamento urbano, turístico e arquitetura**. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 1979.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORRÊA, Stela C. H.; GOSLING, Marlusa de S. Grounded Theory: uma abordagem metodológica congruente com a pesquisa em turismo. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 4, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8020>. Acesso em: 27 ago. 2023.

COSGROVE, Denis. Observando la Natureza: el Paisaje y el Sentido Europeo de la Vista. **Boletín de la A.G.E**, n. 34, 2002. Disponível em: <https://bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/428>. Acesso em: 27 mar. 2021.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá - 1945 a 1970. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12988>. Acesso em: 02 abr. 2024.

COSTA, Ricardo. Projeto apresenta mapeamento de 22 áreas de ressaca em Macapá e Santana. **G1 Amapá**, Macapá, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2022/11/18/projeto-apresenta-mapeamento-de-22-areas-de-ressaca-em-macapá-e-santana.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CUSTÓDIO, Elivaldo S. A Presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. **Identidade!** São Leopoldo. v. 21 n. 1. p. 65-79. jan.-jun. 2016. ISSN 2178-437X. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2772>. Acesso em: 14 ago. 2025.

DENEVAN, William. **The native populations of the Americas before 1492**. Madison: University of Winsconsin Press, 1976.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELTZ, Luiza. Apagão no Amapá: “Nós também somos brasileiros”, dizem moradores do Macapá. **UOL**, São Paulo, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=037-Pgi2RC0>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FAISSOL, Speridião. **Atlas do Amapá**. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966, p. 26.

FANON, Frantz. **O condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Frederico de Carvalho. A política cultural no Território Federal do Amapá em meados do séc. XX: histórias e contextos sobre a instalação do Cineteatro Territorial de Macapá. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia**. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1-13. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1723096800\\_ee37ec71d8a166e432f64401548657c0.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1723096800_ee37ec71d8a166e432f64401548657c0.pdf). Acesso: 25 jul. 2023.

FONSECA, Márcia. Novas passarelas serão entregues à comunidade neste fim de semana. **Prefeitura de Macapá**, Macapá, 07 de jul. 2017. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/novas-passarelas-serao-entregues-a-comunidade-neste-fim-de-semana/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. Macapá, 1973.

\_\_\_\_\_. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

G1; GLOBONEWS. Lula diz ter compromisso com desmatamento zero na Amazônia até 2030. **G1**, Brasília, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/18/lula-diz-ter-compromisso-com-desmatamento-zero-na-amazonia-ate-2030.ghtml>. Acesso em 08 out. 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GAVIRIA, Álvaro. Conheça o mundo pré-histórico intacto que fica no coração da Amazônia colombiana. **Portal Amazônia**, Manaus, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/voce-sabia-que-no-coracao-da-amazonia-existe-um-mundo-pre-historico-intacto/>. Acesso em: 15 ago, 2023.

GERBI, Antonello. **The dispute of the New World**. The history of a polemic, 1750-1900. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine Publishing Company; 1967.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia greco romana**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GRUMBILF DO BRASIL CONSULTORIA. **Plano urbanístico da cidade de Macapá**. São Paulo, 1960

GUERRA, Antônio T. **Dicionário geológico geomorfológico**. 8ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUERRA, Gutemberg A. D. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, A. C. D. (Orgs.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, Niterói, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Acesso em: 26 jul. 2025

HAN, Byung-Chul. **O que é o poder?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HOOKS, bell. **Pertencimento**. Uma cultura de lugar. São Paulo: Elefante, 2022.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**. Garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas pra combatê-lo. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil 500 anos**. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados>. Acesso em: 30 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico, 2010**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza de São José de Macapá**: Rio Amazonas: vista aérea da cidade: Macapá, AP. [S. l.]: Acervo dos Municípios Brasileiros, [19--]. 1 fot.: p&b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440471>. Acesso em: 15 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **Hospital [Geral] de Macapá:** Macapá, AP. [S. l.]: Acervo dos Municípios Brasileiros, [19--]. 1 fot.: p&b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440434>. Acesso em: 15 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **Nota Metodológica Sobre a Mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas** (2024). Censo Demográfico. Favelas e Comunidades Urbanas: Resultados do universo (2024). Brasília, 2024.

\_\_\_\_\_. **Território e meio ambiente.** Atlas Nacional Digital do Brasil 2010. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/#/home](https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/#/home). Acesso: 30 jan. 2025.

IEPA. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá:** primeira aproximação do ZEE/. Equipe Técnica do ZEE - AP. -- 3. ed. rev. ampl. Macapá: IEPA. 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E NACIONAL – IPHAN. **Dossiê de Registro/Marabaixo.** Brasília-DF, 2018.

INSTITUTO TRACTA BRASIL; GO ASSOCIADOS. **Ranking do Saneamento 2023.** São Paulo: 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Resumo-Executivo-digital-FINAL.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMA CHANGE - IPCC. Summary for Policymakers. In: PÖRTNER, Hans-Otto; ROBERTS, Debra C.; TIGNOR, Melinda; POLOCZANSKA, Elvira S.; MINTENBECK, Katja, ALEGRÍA, Andrés; CRAIG, Marlies; LANGSDORF, Stefanie; LÖSCHKE, Sina; MÖLLER, Vincent; OKEM, Andrew; RAMA, Bard (eds.). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, 2022.

ISABELLE, Véronique. **Uma coderiva no mundo sensível do igarapé Jamaci e nas múltiplas dimensões das paisagens insulares e de várzea belenenses.** 227 f. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana. In: VELLOSO, Rita; JACQUES, Paola Berenstein. **Enigma das cidades:** ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin. Belo Horizonte: Cosmópolis; Salvador: Edufba, 2023. p. 98-130. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38880>. Acesso em: 30 set. 2025.

JATOBÁ, Sérgio U. S. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, Brasília, n. 05, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5567>. Acesso em: 05 abr. 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

LÁZARO, João. Fotos Memória de Macapá: Praça Barão do Rio Branco. **Blog Porta-retrato**, Macapá, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2020/11/fotos-memoria-de-macapá-praca-barao-do.html>. Acesso em: 26 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Mercado Central de Macapá **Blog Porta-retrato**, Macapá, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/04/mercado-central-de-macapá.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev.2006

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Anézia. Conheça a história do Mercado Central de Macapá, que completa 69 anos de fundação nesta terça-feira (13). **Prefeitura de Macapá**, Macapá, 12 set. 2022. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/conheca-a-historia-do-mercado-central-de-macapá-que-completa-69-anos-de-fundacao-nesta-terca-feira-13/>. Acesso em: 13 set. 2024.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Utopias Urbanas desde o Giro Decolonial. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. e-189578, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.189578. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/189578>. Acesso em: 11 fev. 2024.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-02102013-131130>. Acesso em: 25 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, p. 150-175, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rtf.v7i1.210>. Acesso em: 06 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lugares de memória dos trabalhadores: doca da Fortaleza, Macapá-AP**. LEHMT, Macapá, 2019. Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-doca-da-fortaleza-macapá-ap-sidney-lobato/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LOPES, João Lázaro (Ed.). **Fotos memória de Macapá: praça Barão do Rio Branco**. Porta-Retrato AP, Macapá, 2020. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2020/11/fotos-memoria-de-macapá-praca-barao-do.html>. Acesso em: 27 out. 2021.

LOUREIRO, Marcelo. Ciclo do Marabaixo: a essência da cultura amapaense. **Agência Amapá**, Macapá, 15 abr. 2017. Disponível em: <https://www.agenciaamapa.com.br/noticia/3692/ciclo-do-marabaixo-a-essencia-da-cultura-amapaense>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

LOWEN, Alexander. **Narcisismo**. Negação do verdadeiro self. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Verônica Xavier. **Entre o Porteau e o Volante: africanos redesenhando a Vila São José de Macapá (1840-1856)**. 2009. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Piauí, Piauí.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**. Macapá, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004. 81p.

MACAPÁ tem novo Mercado Central após 67 anos. **Diário do Amapá**, Macapá, 2020. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/macapá-tem-novo-mercado-central-apos-67-anos/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MACEDO, Luciana. O primeiro decênio de Macapá como capital do território do Amapá: representações fotográficas. In: GUIMARÃES, Danielle; SILVA, Marcelle; LUCAS, Cristina (org.). **Amazônia urbana em questão: Macapá 75 anos de capital**. Livro 1. Maringá: Uniedusul, 2020.

MALATO, João. O Amapá e seu criador. In: NUNES, Janary (org.). **Confiança no Amapá: impressões sobre o território**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

MALHEIRO, Bruno C.; PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando Consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Cidades e luta de classes no Brasil. O urbano da conjuntura do início do século XXI. In: MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015. 112p. : il. p. 17-54.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte, século XVII. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 42-66.

\_\_\_\_\_. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999. p. 33-62.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo; CHAVES, Ernani P. Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia (Paper 056). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v5i1.11902>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARQUES, Karla. Governo do Amapá entrega 40 novos leitos no Hospital da Mulher Mãe Luzia e amplia atendimento materno-infantil. **Agência Amapá**, Macapá, 04 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/29815/governo-do-amapa-entrega-40-novos-leitos-no-hospital-da-mulher-mae-luzia-e-amplia-atendimento-materno-infantil>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MARTINI, P.R.; DUARTE, V.; ARAI, R.; MORAES, J. A. **Metodologia de Medição das Extensões dos Rios Amazonas e Nilo utilizando Imagens Modis e Geocover**. Simpósio Latino Americano de Sensoriamento, 13. Havana, 2008.

McGRATH, David. Parceiros no crime. O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 57-72, dez. 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/109/163>. Acesso em: 13 mai. 2025.

MEDEIROS, Marcelo M. **O que dizem os muros da cidade**. 143 f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEINIG, D. **O olho que observa**: dez versões da mesma cena. *Espaço e Cultura*, n. 13, 2002.

MENDES, Marcos V. I. Mudança global do clima e as cidades no Antropoceno: escalas, redes e tecnologias. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 343-363, maio/ago 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4801>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MENDONÇA, Welton P. de. **Língua, fotografia e produção discursiva do espaço urbano**: a heterogeneidade no imaginário do município de Uberlândia. 130 f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MUSEU JOAQUIM CAETANO. **Igarapé da Fortaleza**. 1950. Fotografia.

NAME, L., SPYER, T. Às vezes é feio, mas tá na moda! Potências, adições e limites decoloniais. **V!RUS**, n. 26, p. 29-40, ago. 2023 Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/882>. Acesso em: 03 ago. 2024

NASCIMENTO, Kercio; SANTOS, Emmanuel. Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944-1988). **Terra Brasilis**, n. 20, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/14102>. Acesso em: 07 jul. 2024.

NORAT, R. da C. C. **Materiais construtivos e sua biodeterioração em fortificações da Amazônia**. Orientador: Marcondes Lima da Costa. 2017. 219 f. Tese (Doutorado em Geoquímica e Petrologia) - Programa de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica.

Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14639>. Acesso em: 04 abr. 2024

NOSSA, Leonencio. **O rio**. Uma viagem pela alma do Amazonas. Rio de Janeiro: Record, 2012.

NUNES, Benedito. **O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura**. Apresentação de Jaime Larry Benchimol. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.279-290, dez. 2007.

NUNES, Janary (org.). **Confiança no Amapá: impressões sobre o território**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

OLIVEIRA, Luccas. Flip 2021: 'Entristecer o mundo parece ser a vontade do capitalismo', diz Ailton Krenak no encerramento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/flip-2021-entristecer-mundo-par-ece-ser-vontade-do-capitalismo-diz-ailton-krenak-no-encerramento-25307068>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS. **Análise da perturbação do dia 03/11/2020 às 20h48min com início nos transformadores de 230/69/13,8 kv da SE Macapá, com desligamento da UHE Coaracy Nunes e do sistema Amapá**. Relatório de Análise de perturbação – RAP. Rio de Janeiro, 2020.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - OTCA. **Projeto Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas**. Visão Estratégica para o Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos e do solo, frente às mudanças climáticas e para o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio Amazonas. Relatório Final. ANA. Agência Nacional da Água. Consultor. Gonçalves, U.C. 2006.

PACHECO, John et. al. Apagão no Amapá completa 1 ano e expõe fragilidades no acesso a energia elétrica no estado. **G1 Amapá**, Macapá, 03 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/03/apagao-no-amapa-completa-1-ano-e-expos-fragilidades-no-acesso-a-energia-eletrica-no-estado.ghtml>. Acesso em 04 fev. 2023.

PACHECO, John. Fortaleza de São José de Macapá poderá concorrer a patrimônio mundial da Unesco. **G1 Amapá**, Macapá, 09 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/fortaleza-de-sao-jose-de-macapa-podera-concorrer-a-patrimonio-mundial-da-unesco.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2024.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **Além da psicologia indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade**. Editora Perspectiva S/A, 2022.

PEIXOTO, Lanna B. L. **Cidade nas águas. Um estudo sobre o imaginário em Salvaterra-PA**. 162 f. 2014. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. Universidade Federal do Pará.

PENHA, Gabriel. Ciclo do Marabaixo 2025: retirada dos mastros nas matas do Curiaú marca um dos pontos altos da tradicional programação no Amapá. **Agência Amapá**, Macapá, 23 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/30464/ciclo-do-marabaixo-2025-retirada-dos-mastros-nas-matas-do-curiau-marca-um-dos-pontos-altos-da-tradicional-programacao-no-amapa>. Acesso em: 28 mai. 2025.

PEREIRA, Isadora. Maré alta no Rio Amazonas provoca alagamentos em Macapá; veja vídeo. **G1 Amapá**, Macapá, 31 de mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/03/31/mare-alta-no-rio-amazonas-provoca-alagamentos-em-macapa-veja-video.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PEREIRA, Nunes. **O Sahiré e o Marabaixo**: tradições da Amazônia. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989. 164 p. il.

PESAVENTO, Sandra J. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, v. 2, n. 4. Pelotas: Editora da UFPEL, ago./dez., 2005.

PESSOA, M.; VENERA, R. **Manifestações Afro-brasileiras no Amapá: a arte do Marabaixo no tempo presente**. Revista do programa de pós-graduação em educação – UNESC, 2016.

PESSOA, Mônica do Nascimento. **Não deixe que morra: o “Marabaixo” como elo entre patrimônio, memória e educação**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville). Joinville: UNIVILLE, 2015. 125f.

PICANÇO, Estácio V. **Informações sobre a História do Amapá: 1500-1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PIMENTEL, Walbi Silva. **A Igreja dos pobres: origem e desenvolvimento das CEBs no Amapá (1966-1983)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Especialização em História e Historiografia da Amazônia) - Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PORTO, Jadson L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: CECENÁ, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. p. 151-197. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

QUADROS, J. A. **As territorialidades do marabaixo no bairro laguinho e na favela em Macapá-AP**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte: 2024. 104f.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (coord.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. *Perú Indígena* (Lima) Vol. 13, Nº 29, 1992.

RAVENA, Nírvia. **O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas**. *Novos Cadernos NAEA*. v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005, ISSN 1516-6481. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.55>. Acesso em: 12 dez. 2024

REIS, Arthur C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 1 ed. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro. 1960.

\_\_\_\_\_. **Território do Amapá – Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REZENDE, Tadeu V. F. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras**. 353 f. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith** (third edition). New York: Zed Books, 2008.

RODRIGUES JÚNIOR, Marlon Galeno. **O janarismo e o jornal Amapá: o discurso do jornal Amapá ao longo do seu primeiro ano de circulação no antigo território do Amapá (1945)**. 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16219>. Acesso em: 13 set. 2024.

RODRIGUES, Randolfe. Prefácio. In: NUNES, Janary (org.). **Confiança no Amapá: impressões sobre o território**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

ROJAS MIX, M. Los monstruos: ¿mitos legitimación de la conquista?. In: PIZARRO, A. M. **América Latina: palabra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

RONCAYOLO, Marcel. **Le Géographe dans as Ville**. Parenthèses, 2016.

ROSA, M. C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 43-65, 11 abr. 2014.

ROSÁRIO, Jocenilda P. de S.; ROSÁRIO, Samuel A. S. do. A cronística de Gaspar Carvajal e a colonização da Amazônia. **NOVA REVISTA AMAZÔNICA**. v. 6, n. 4, p. 93-107, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v6i4.6469>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduanda. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 3, n. 3, p. 272-279, 1987.

SACK, Robert D. Human territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p.55-74, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1983.tb01396.x>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia setentrional amapaense: do "mundo" das águas às florestas protegidas**. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: [https://www2.unifap.br/geografia/files/2012/11/TESE\\_EMMANUEL1.pdf](https://www2.unifap.br/geografia/files/2012/11/TESE_EMMANUEL1.pdf). Acesso em: 18 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **Para além de Tordesilhas: dinâmica territorial setentrional litorânea do Brasil colonial**. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.

\_\_\_\_\_. O Tempo nas Cidades. **Coleção Documentos**, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, fevereiro de 2001.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: M. Milton et al. (Orgs.). **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial** (pp. 13-21). Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. **A Imaginação**. Trad. Rita Correa Guedes. São Paulo: Abril, Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **O imaginário**. Psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996.

SILVA, José Maria da. Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 10 (23): 151-168, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

SILVA, Sebastião M. da S. **Curiaú: a resistência de um povo.** Macapá: Secretaria do Estado do Amapá, 2004.

\_\_\_\_\_. **Curiaú: sua vida sua história.** Macapá: Valcan, 2001.

SOUZA, Marcela S. C. de. Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da Antropologia. **Revista Antropologia.** São Paulo. v. 60, n. 1, pp. 99-116. USP, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 25.113.

\_\_\_\_\_. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

STEFFEN, Will et al. The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. **Ambio**, v. 40, n. 7, p. 739 - 761, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-011-0185-x>. Acesso em: 26 fev. 2025.

TAKIYAMA, Luís Roberto et al. **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana.** Macapá, IEPA, 2012.

TARTAGLIA, Ednaldo. **Os sujeitos do Ciclo do Marabaixo e a Igreja Católica: o funcionamento do dispositivo religioso nos processos de subjetivação de negros.** São Carlos: Pedro & João Editores; UNIFAP, 2021. 168p.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1961.

TOSTES, José; WEISER, Alice. Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v.1, n.2, p.34-53, out.-mar. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/5155/12772>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; SILVA, Marcos Alexandre; AMARAL, Márcio Douglas. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008, p. 27 - 47.

TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica.** Bauru, Vol. XXV: Janeiro/Dezembro, 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial SA, 1974.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2008.

TUTYIA, D.; QUARESMA, C. Arquitetura da saúde no Território Federal do Amapá entre os anos de 1940 e 1950. **História em Revista**, v. 29, n. 2, p. 71-95, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/hr.v29i2.26890>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. **World Cities Report 2022**. Envisaging the future of cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme – UN-HABITAT, 2022.

VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIANA, Artur. As fortificações da Amazônia, I. As fortificações do Pará. In: **PARÁ. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Tomo IV**. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1905. 1 v. Disponível em: <https://archive.org/details/annaes-da-bibliotheca-e-archivo-publico-do-para-tomo-4/page/178/mode/2up>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIDEIRA, Piedade Lino. O Marabaixo do Amapá: encontro de saberes, histórias e memórias afro-amapaenses. **Revista Palmares cultura afro-brasileira**. Ano X. Edição 08, 16-21, nov. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista-palmares-2014-baixa.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

WATERHOUSE, John William. **Echo and Narcissus**. Pintura. Tinta a óleo. Disponível em: <https://www.liverpoolmuseums.org.uk/artifact/echo-and-narcissus>. Acesso em: 12 jan. 2022.

WHITE, Hayden. The politics of historical interpretation: discipline and de-sublimation. In: \_\_\_\_\_. **The content of the form: narrative, discourse and historical representation**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA PRIMEIRA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- a. Qual é o seu nome?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Qual a sua profissão?
- d. Em qual bairro você mora?

### **2. SOBRE O TRABALHO**

- a. Desde quando trabalha nesse local?
- b. Quais as atividades realizadas em sua profissão?

### **3. SOBRE A MORADIA**

- a. Desde quando mora nesse local?
- b. Outros familiares também moram ou já moraram nesse local?
- c. Quais mudanças você já fez na sua casa/lote?

### **4. LUGAR DA PESQUISA DE CAMPO**

- a. Qual a história do bairro/lugar?
- b. Quem foram os primeiros moradores?
- c. Lugares que vai na cidade em busca de lazer, atendimento médico?
- d. Como é para pegar ônibus daqui?

### **5. SOBRE A PERCEPÇÃO SOBRE O LUGAR**

- a. O que esse lugar representa na sua vida?
- b. Como esse lugar mudou ao longo do tempo?
- c. Quais mudanças mais afetaram a sua vida?
- d. Qual a diferença entre o tempo de inverno e de verão?

### **6. SOBRE VIVER EM MACAPÁ**

- a. Quais os lugares que você mais visita em Macapá?
- b. Quais tipos de lazer tem em Macapá?
- c. Quais os lugares mais conhecidos da cidade?
- d. Você gosta de morar em Macapá?

### **7. SOBRE O RIO AMAZONAS**

- a. Como o rio afeta a vida na cidade?
- b. O que é o rio para você?

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA SEGUNDA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM MORADORES**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- a. Qual é o seu nome?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Qual a sua profissão?
- d. Em qual bairro você mora?

### **2. SOBRE A HISTÓRIA DO LUGAR DA PESQUISA DE CAMPO**

- a. Qual a história daqui? Como começou a ocupação daqui?
- b. Quem é o morador mais antigo? Quem chegou primeiro?
- c. O que os antigos falavam desse lugar?
- d. De onde vem o nome desse lugar?

### **3. SOBRE A CIDADE DE MACAPÁ**

- a. O que é a cidade para ti?
- b. Tens dificuldade de sair daqui, de pegar ônibus e ir para outros bairros?
- c. Quais outros bairros tu visitas?
- d. Como era a cidade antes?

### **4. SOBRE TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO**

- a. O que mudou?
- b. O que muda quando chove? A água costuma afetar muito a sua vida?
- c. O que afeta o seu cotidiano?
- d. Os seus vizinhos costumam falar sobre a situação daqui?

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DA SEGUNDA IMERSÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM DOCENTES**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- a. Qual é o seu nome?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Qual a sua profissão?
- d. Em qual bairro você mora?

### **2. SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO DE MACAPÁ**

- a. Como ocorreu o planejamento urbano em Macapá? (fazer perguntas de acordo com o foco de cada
- b. entrevistado)
- c. Como as mudanças políticas afetam o planejamento?
- d. Como o urbano e o ambiental estão relacionados no planejamento de Macapá?
- e. Como o planejamento urbano pode afetar o futuro da cidade?
- f. Para quem (quais bairros) é feito o planejamento urbano de Macapá?
- g. Quais as principais mudanças que devem ocorrer em uma revisão do plano diretor?

### **3. SOBRE O RIO**

- a. Qual a relação da cidade de Macapá com o rio Amazonas?
- b. Quais as realidades urbanas que emergem da relação da cidade com o rio?
- c. O que é a beira da cidade? É o mesmo que a orla da cidade?
- d. Quais mudanças ocorreram na frente da cidade?
- e. Quais mudanças associadas ao rio aconteceram fora do centro da cidade?

### **4. FUTURO DA CIDADE DE MACAPÁ**

- a. Como a cidade estará em 20 anos?
- b. Quais memórias existem na cidade?
- c. Percebe algum efeito das mudanças climáticas no rio, na cidade?